

Universidade Estadual de Campinas
Faculdade de Educação
Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação

Dissertação de Mestrado

TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIA: ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE EM JOVENS EM CONDIÇÃO DE RUA

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida por Antonio Donizeti Leal e aprovada pela Comissão Julgadora em 22 de fevereiro de 2000.

Assinatura: _____

(orientador)

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÃO CIRCULANTE

Comissão Julgadora

Marcia Regina Andrade

Patricia Proença

84765000



UNIDADE	Be
N.º CHAMADA:	UNICAMP
	L473t
V.	Ex
TOMBO BC/	43249
PROC.	16-278100
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	19/12/00
N.º CPD	

CM-00153995-5

**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

L473t Leal, Antonio Donizeti.
Trajetórias e resistência : análise da construção de identidade em jovens em condição de rua / Antonio Donizeti Leal. -- Campinas, SP : [s.n.], 2000.

Orientador : Salvador Antonio Mireles Sandoval.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Juventude. 2. Identidade social. 3. Organizações públicas. 4. Organizações não governamentais. 5. Família. I. Sandoval, Salvador Antonio Mireles. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

*A Nelson Benedito Leal, meu irmão,
pela sua vitória silenciosa, que fez
minha palavra tentar alcançar.*

*Homenageio Maria Lígia Nogueira
Rodrigues Alves que, no percurso de
vinte anos de trabalho com jovens
marginalizados, reconstrói histórias,
confronta o interdito, ressignifica a
tragédia.*

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

AGRADECIMENTOS

A pesquisa, mesmo que o pesquisador assuma todos os riscos e dê uma “identidade” para ela, “assinando em baixo”, eximindo qualquer um de todos os equívocos, é um trabalho que, em sua extensão, é coletivo. Nesse sentido só tenho de agradecer a todos meus interlocutores e, também, àqueles que, em função do apoio irrestrito, possibilitaram a concretização deste trabalho em um momento em que se forjam e se abatem sobre a Universidade pública “crises”.

Ao Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval, orientador, nossa gratidão, por ter cumprido na íntegra sua proposta: fazer-nos pensar.

Pela valiosa contribuição, garantias para a continuidade e finalização do trabalho, na Qualificação, realizada o dia 26/10/1999, agradecemos à Profa. Dra. Elisa Angotti Kossovitch, à Dra. Márcia Regina de Oliveira Andrade, do Instituto de Terras de São Paulo e à Dra. Eloisa de Mattos Höfling.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão financiador, – fazendo um trocadilho –, por-ter-financiado-a-dor, agradecemos.

À Lídia Luis Paze, secretária do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação, nosso carinho e agradecimento.

À Profa. Dra. Salma Tannus Muchail, por sua valiosa interlocução, nossos agradecimentos. À Profa. Ivany Rodrigues Pino, pela sua interlocução, ao ministrar-nos aulas na disciplina Metodologia e Técnicas de Pesquisa, transformada em “ponto de iniciação” essencial à pesquisa, nossa gratidão; assim como ao Prof. Dr. Angel Pino Sirgado, por seu apoio irrestrito e valiosa interlocução.

Nossa gratidão ao Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), em especial, às professoras Ivany Rodrigues Pino, Elizabeth de. A. S. Pompeo de Camargo e Patrizia Piozzi, pelo apoio irrestrito, amizade, confiança e generosidade.

À Eneida Fátima Marques e a Jaime Balbino Gonçalves da Silva, nossos agradecimentos, por terem estado “cara a cara”, acompanhando nosso percurso em seus momentos mais turbulentos, o que serviu para firmar nossa amizade. Além disso, a ela, pela revisão; a ele, pela diagramação e “dicas” sobre “assuntos informacionais”.

Aos educadores da Pastoral do Menor de Campinas, através de seus educadores Lígia, Lincoln, Rose e Isilda, nossa gratidão, por terem permitido estarmos juntos dia a dia, para que realizássemos nossa pesquisa.

À educadora do Centro de Defesa, Sandra Mara Arruda, pelo socorro irrestrito.

Aos jovens que, mesmo experienciando a “bárbarie” em seu dia a dia, fizeram-nos de interlocutores, nossa eterna gratidão, tanto aos que colaboraram conosco, como aos que não, ensinando-nos a lição da resistência.

À minha mãe, Rosa Maria de Godoi Leal, aos meus irmãos, Nelson Benedito Leal e Rosilene Leal e às minhas sobrinhas, Joseane Aparecida Leal Querati e Gisele Aparecida Leal Querati gratidão por terem desculpado a ausência.

A todos os meus amigos cujos nomes não vou listar para não cometer injustiça, meu agradecimento, carinho e amizade.

RESUMO

Esta dissertação analisou a construção da identidade em jovens em situação de rua, a partir de uma pesquisa de campo e de entrevistas semi-estruturadas. A observação participante e as entrevistas, articuladas, possibilitaram-nos apreender em diferentes contextos, como os jovens apresentam e representam suas identidades. Estes processos permitiram indicar que, em situação de rua, esses jovens, em função das estratégias desenvolvidas para garantir sua sobrevivência e das interações contínuas com profissionais, quer das organizações de atendimento, quer das organizações repressivas, mostram-se, nas formas de resistência e de negociação com os mesmos, pelo que poderíamos denominar de “identidade máscara”. Esta estratégia nos sinaliza o quanto esses jovens, longe de serem passivos, são sujeitos “em situação” que, mesmo marcados pela adversidade, reagem a muitas formas de reificação.

A investigação foi realizada no município de Campinas. Existem neste inúmeros projetos para a infância e a juventude das classes populares, pelos quais parte das organizações de atendimento tentam servir como “escudos” contra os “efeitos” radicais da pauperização das famílias, crianças e jovens oriundos dessas classes, enquanto outras agem somente no sentido da produção e reprodução da pobreza de forma a manter o controle sobre esses indivíduos.

ABSTRACT

This master's thesis analyzes the formation of the identity in street youths, based on field research and semi-structured interviews. By combining participant observation and interviews, it was possible to capture different contexts in which the youths presented and represented their identities.

These procedures allowed us to indicate the, under the conditions of the street, these youths, as a result of their strategies to guarantee their survival and as a result of their continuous interaction with professionals whether from care organizations, repressive organizations, appear in the forms of resistance and negotiation with them, through what we have called "the identity mask"

This strategy exemplifies how much these youths, instead of being passive, are subjects in situations that, even though marked by extreme adversity, react to many forms of reification.

The study was conducted in the city of Campinas. There are a large number of care projects for children and youths from the lower classes by assistance organizations in which many of them try to shield these children from the "radical" effects of pauperization of these families, children and youths coming from the popular classes while other organizations attempt only to produce or reproduce the meaning of poverty as a way of controlling these individuals.

Sumário

APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO 1	
A TEORIA E A POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO E ANÁLISE DA REALIDADE	7
CAPÍTULO 2	
JOVENS EM CONDIÇÃO DE RUA: UMA MIRAGEM QUE OFUSCA, TORNANDO-SE REALIDADE.....	35
CAPÍTULO 3	
IDAS E VINDAS: AS ANDANÇAS, ATRAVÉS DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.	81
CAPÍTULO 4	
TRAJETÓRIAS E RESISTÊNCIA: NEGAÇÃO PROVISÓRIA DA AUSÊNCIA DE CIDADANIA	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
BIBLIOGRAFIA	157

APRESENTAÇÃO

O livro “clássico” na literatura sobre jovens em situação de marginalização é o de Ferreira (1979), em que ela cunhou a denominação “meninos de rua”. Segundo a autora, um estudo exploratório e o “pontapé” inicial para futuras pesquisas sobre a temática.

Este relatório de pesquisa não é encaminhado a conclusões dado o caráter exploratório do trabalho, que visa levantar a problemática e sugerir linhas de estudo que possam esclarecê-la. (FERREIRA, 1979 : 167)

Esta consideração da autora permite-nos contextualizar nossa investigação, uma vez que esta se insere na problemática inaugurada por Ferreira, ampliando os estudos sobre a construção da identidade dos “jovens em situação de rua”.

Em relação a estes jovens, não há como entender sua realidade e a construção de suas identidades sem conhecer as estratégias de sobrevivência que criam e manipulam, como “sujeitos em situação”, situação esta articulada a um processo histórico de exclusão social, econômica, política das classes populares.

Para as classes populares e os jovens oriundos delas, em particular os que são obrigados a viver pelas ruas, dormindo em locais provisórios, dedicando-se a múltiplas atividades temporárias, presas do narcotráfico e das estratégias que os colocam na mira da ação dos agentes de segurança pública, a miserabilidade tem servido como justificativa para legitimar todas

as práticas arbitrárias e violentas. Dentro das suas condições de vida, estar “em situação de infração” pode ser uma questão bastante circunstancial, assim como perceber seus atos como ilícitos ou justificá-los, para si ou para outrem, depende mais da situação específica de sobrevivência precária e dos “becos sem saída” do que de uma opção deliberada por parte dos jovens.

As representações sobre os “jovens em situação de rua”, quer pelos meios de comunicação de massa, quer por muitas organizações de atendimento que se utilizem de meios repressivos, têm como pressuposto evidenciá-los, exclusivamente, por suas estratégias de sobrevivência e, de uma certa forma, pelos “efeitos” de suas “identidades máscaras”. Através destas, emergem “personagens” constituídos no “se virar” e no processo de “circulação”. Para conseguir proteger suas “identidades verdadeiras”, cujos vínculos e referências estão na família, na vizinhança e outros espaços nos quais estabelecem relações amistosas, ensaiam um “jogo teatral”: as “identidades máscaras”.

Consistem estas últimas em um “jogo interativo” em que todos são, de alguma forma, participantes, para avaliar os “personagens” que estão sendo criados, quer em contextos das ruas, das prisões, das Unidades Educacionais da FEBEM, das organizações de atendimento. Há determinadas “identidades máscaras”, como por exemplo, “meninos de rua”, que de forma reificada se transforma em uma “camisa de força” que, apesar de ser o único “meio” de defesa desses jovens, muitas vezes, legitima a repressão, a violência e o extermínio deles. Elas, em determinados contextos, vivenciados por eles, são expressão da

modulação de seus comportamentos, para subsistirem em condições hostis e adversas e permanecerem vivos. Eles não são determinados pelos contextos, mas seus comportamentos são: prostituir-se, drogar-se, assaltar, etc. Existe a concretude da violência, de sentir fome, frio, medo, humilhação, quando são impedidos de atribuir “causas” a essas experiências ou resistir a elas sem conhecer as possibilidades de solucioná-las e sem encontrar com quem minorá-las ou, pelo menos, compartilhá-las.

As vivências da marginalização, embora comuns ao amplo contingente de população pobre que temos no Brasil, são não só extremamente traumáticas, como também parecem marcar de maneira a isolar o indivíduo, fazê-lo se sentir só. Esta observação nos permite perguntar por uma imensa maioria de crianças e jovens das classes populares que são mantidos em seus espaços familiares, mas sofrem, tanto quanto ou mais os “efeitos” perversos da violência, agressão e de serem reduzidos à “mais uma boca”, tal qual as crianças e jovens que estão “em situação de rua”.

A investigação sobre a construção da identidade dos “jovens em situação de rua” considerou que, em meio à adversidade e às estratégias de sobrevivência produzidas por estes jovens, eles vivem uma “duplicação” de suas identidades: uma, a “identidade verdadeira” e outra, a “identidade máscara”. Esta última é vivida como estratégia de proteção para suas “identificações verdadeiras”, pois estas remetem-nos a contextos experienciados e espaços em que os conflitos e a adversidade, apesar de estarem presentes, coloca-os na possibilidade de se reconhecerem.

Os espaços privilegiados, na pesquisa, foram os da família, das organizações de atendimento, da rua e do “mundo do crime”, sendo que este último foi se tornando visível com o desdobramento da pesquisa. As diferentes formas de inserção dos jovens, assim como os diversos contextos vividos por eles, foram possíveis de ser apreendidos a partir das observações participantes e das entrevistas. Estas foram realizadas acompanhando o trabalho da Pastoral do Menor de Campinas.

Os percursos dos “jovens em situação de rua” revelaram-nos, também, que para entender a construção de suas identidades teria de mostrar que ela está na “lógica” das formas pelas quais se produz, reproduz e controla-se a pobreza em uma sociedade de classes como a nossa.

Para levar a cabo a concretização desse trabalho, dividimo-lo em quatro capítulos:

- I. No primeiro capítulo, esquematizamos o referencial teórico, por meio do diálogo com diferentes autores cujas pesquisas tinham como central a problemática da identidade. Guardadas as diferenças entre eles, as identidades são colocadas como sendo constituídas, sempre, no “campo das possibilidades”, quer no “jogo das interações”, quer nos processos histórico-sociais, quer nas identificações grupais, quer no “estar em situação”, etc.
- II. No segundo capítulo, realizamos uma revisão sumária dos enfoques assumidos pela literatura sobre o tema, presentes na análise da pesquisa empírica, voltada a

entender a construção e (des)construção das identidades dos jovens em seus contextos, através das formas com quais eles as representam e apresentam.

III. No capítulo terceiro, relatamos e comentamos os principais momentos de nossa pesquisa de campo, explicitando os percursos metodológicos.

IV. No capítulo quarto, procedemos ao exame das entrevistas, aliado às informações obtidas pelas observações participante, com as quais pudemos nos inserir e acompanhar os vários espaços e diferentes contextos vividos pelos “jovens em situação de rua”, para mostrar como eles apresentam e representam suas identidades.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SECÇÃO CIRCULANTE

CAPÍTULO 1

A TEORIA E A POSSIBILIDADE DE APROXIMAÇÃO E ANÁLISE DA REALIDADE

As crianças e os jovens em condição de rua têm sido estudados por pesquisadores de diversas áreas e sob diferentes enfoques. Tal literatura sobre o tema nos pareceu significativa, com ela tentamos não só dialogar como, por meio dela, formular um referencial teórico para analisarmos a realidade investigada ao longo do trabalho de campo realizado. Foi possível encontrarmos trabalhos de antropólogos, sociólogos, psicólogos, filósofos, pedagogos, etc. Levando-se isso em conta é que pretendemos examinar a construção da identidade dessas crianças e jovens: uma vez que tal categoria permite não só o diálogo entre essas áreas do conhecimento, mas, também, uma melhor compreensão da complexidade de constituição do “eu” dessas crianças e jovens.

Vamos nos referir, ao longo desta dissertação, somente aos jovens, uma vez que, na pesquisa de campo e nas entrevistas, foram eles que acompanhamos e pesquisamos, não só por opção, mas, também, pelo fato da Pastoral do Menor, organização de atendimento cujo trabalho acompanhamos, estar atendendo há mais de um ano jovens de acima de 15 anos que se encontram em condição de rua. Ao aceitarmos essa divisão etária, levamos em conta o que Heloísa Helena Teixeira de Souza Martins¹ observa: “...esclareço que entendo por jovens aqueles compreendidos na

¹ MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. “O jovem no mercado de trabalho”. In: **Revista Brasileira de Educação**, nºs 5 - 6, número especial, São Paulo: Anped, 1997, p. 99.

faixa etária que se estende dos 15 aos 25 anos”. A autora problematiza esse intervalo ao indicar que “[o maior problema] na definição do jovem concentra-se [...], no limite superior da faixa” (*ibidem*), pois, segundo a Organização Internacional do Trabalho, “o corte seria aos 24 anos, sendo que a denominação de adolescentes abrangeria aqueles que têm entre 15 e 19 anos e a de jovem, os de 20 a 24 anos” (*ibidem*). E aqui ela lança questões que nos remetem à dimensão da constituição histórica dessa categoria ou “sujeito”: “Afiml, até onde se estende a juventude? Quando o jovem deixa de ser jovem?” (*ibidem*).

A categoria identidade, em termos de sua relevância e alcance analítico, é colocada e problematizada pelos pesquisadores dentro de um *continuum* que se estende entre as diferentes definições e usos feitos pelos mesmos, em várias áreas dos saberes das humanidades, até considerá-la prescindível para suas análises.

Em nosso caso, achamos essa categoria imprescindível para a análise da realidade dos jovens em condição de rua, entendendo-a, não como “essência” estática e imutável, constitutiva de uma “natureza humana”, mas como processo e produção do ser humano, enquanto sujeito, sempre “em situação”.

As experiências desses “jovens em condição de rua” ou “em situação de rua”, devido às suas dinâmicas espaço-temporais diferenciadas, em função de estarem vivenciando vários espaços sociais, com diferentes exigências e formas de inserção social, constroem-se em situações extremamente contraditórias e adversas, marcadas, principalmente, pelo “reino das necessidades”

e pelo peso das várias formas, legitimadas ou não, de violência. Desta maneira, eles interagem com situações de adversidade, provocadas ou não por eles, construindo estratégias de sobrevivência – ou apropriando-se delas – em uma sociedade em que os processos de inclusão se dão pela via da exclusão, por sua vez sintetizada pela forma de enquadramento e adaptação engendrados na ação violenta dos agentes do Estado e dos grupos de extermínio.

É necessário articular o conceito de identidade com o de ideologia definindo esta última com base nas maneiras com as quais um conjunto de significados é manipulado histórica e politicamente, servindo para legitimar, estabelecer e sustentar as formas de dominação e subordinação em uma sociedade de classes – para que possamos entender como se constituem as identidades desses jovens, por meio de formas ideológicas que os reificam na condição de delinqüentes e perigosos – mesmo antes de nascerem. Este “darwinismo social” rotula-os como oriundos das “classes perigosas”². Neste caso, naturalizam-se e legitimam-se formas de controle, extermínio e reclusão desses jovens, pois são colocados como atavicamente sendo todos bandidos e criminosos.

² Cf. Alba Zaluar, ao examinar as representações de alguns setores da sociedade mais ampla em relação ao conjunto habitacional pesquisado, aos demais bairros pobres, aos moradores, trabalhadores ou não, aponta como estão carregadas de negatividade, de pressupostos ideológicos em que todos, indiscriminadamente, são vistos como “vagabundos”, “malandros” e “bandidos”. Se entre os moradores a distinção é tão importante a ponto de ser em torno dela que se constróem as regras de convivência mútua, naquelas representações ela se radicaliza e dá lugar a uma noção que Luis Chevalier denominou “classes perigosas”. Por meio dela, os agentes de segurança legitimam suas ações arbitrárias e violentas. (*in*: **A máquina e a revolta: as grandes organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense. 1994, p. 168)

Thompson³, a nosso ver, articula cultura e ideologia, à medida em que refaz a discussão sobre tais conceitos. O que é mais importante neste percurso é o diálogo que o autor estabelece com várias áreas do conhecimento mantendo criticamente, a dimensão negativa da ideologia ao vinculá-la às formas de poder que engendram a dominação, não subsumindo a cultura. Mantendo a coerência à relação por ele estabelecida, o que mais nos interessa é sublinhar a concepção simbólica e crítica contida em sua definição de cultura

[sendo esta] o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações verbais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências, concepções e crenças [grifos do autor]. (p. 176)

Thompson dialoga com o antropólogo Clifford Geertz⁴, em cuja formulação identifica “dificuldades” e “fraquezas”, apontando, em primeiro lugar, que ele usa o termo “cultura” com várias acepções diferentes, muitas vezes não articuladas entre si de modo satisfatório. Em um determinado momento, Geertz define cultura como “padrões de significados historicamente transmitidos, incorporados aos símbolos” (*ibidem*, p. 177); em outro, “um conjunto de mecanismos de controle – planos, fórmulas, regras, instruções – para governar o comportamento” (*ibidem*). Se neste último caso, cultura define-se como um molde para organização

³ THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.

⁴ GEERTZ, Clifford. **The interpretation of culture**. New York: Basic Books, 1973.

dos processos sociais e psicológicos, para Thompson, Geertz não deixa claro como essa concepção se aproxima da anterior.

A elucidação das regras, planos ou “programas” que governam o comportamento humano pode requerer atenção aos padrões de significados, mas pode requerer atenção a outros fatores, tais como regulamentos e rotinas, relações de poder e desigualdade e tendências sociais mais amplas; a análise de padrões de comportamento pode não iluminar, por si mesma, as regras, planos ou “programas” que governam o comportamento humano. (*ibidem*, p. 177)

Em segundo lugar, para Geertz, a análise etnográfica tem uma relação estreita com o texto, pois a prática etnográfica é produção de textos e fixação do que é dito no discurso social. Segundo Thompson, esses argumentos não poderiam ser encontrados nos escritos de Ricoeur, como insinua Geertz, pois Ricoeur não está preocupado com a relação entre o pesquisador das ciências sociais e o sujeito/objeto de suas pesquisas. Sem contar o fato de o texto etnográfico e o assunto/tema sobre o qual o etnógrafo escreve serem bem mais complexos do que sugerem os preceitos metodológicos de Geertz.

Enfim, para Thompson, Geertz não atenta suficientemente para os problemas dos conflitos sociais e de poder. Essa desatenção está diretamente ligada à própria concepção de cultura de Geertz, em que o peso maior é posto nos significados e não nas implicações das relações de poder e conflito.

Ao questionar a concepção simbólica de cultura e suas “fragilidades”, Thompson formula o que denominou de *concepção estrutural* de cultura, que dá ênfase ao caráter simbólico dos

fenômenos culturais em conexão com as circunstâncias sócio-históricas estruturadas em que esses fenômenos se realizam. Essa concepção se expressa em Thompson, assim, no que ele denominou de *análise cultural*:

O estudo das formas simbólicas – isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas [grifos do autor]. (ibidem, p. 181)

Essas considerações são importantes na medida em que permitem articular ideologia e cultura, sem reduzi-las uma a outra, de modo que podemos indicar que toda ideologia é representação – e constitutiva das práticas e das identidades –, mas nem toda representação é ideológica. Se ideologia são os sentidos mobilizados para implementar ou manter formas de dominação e cultura, os sentidos e significados mais amplos dos quais são produtores, por exemplo, os jovens em condição de rua, constituem-se sobre bases ideológicas.

As reflexões de autores como Ciampa⁵, Goffman⁶ e Tajfel⁷ serão fundamentais para possibilitar a análise sobre a realidade e a construção das identidades desses jovens. Nesses autores, guardadas as devidas diferenças, há uma preocupação com

⁵ CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a História de Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

⁶ GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
GOFFMAN, Erving. **Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1985.

⁷ TAJFEL, H. **Grupos humanos e categorias sociais**. Vols. 1 e 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

análise sobre identidade. Em relação a esses autores, nossa intenção não é (re)fazer todo o seu percurso teórico, mas sim tentar “operacionalizar” suas reflexões, de modo a possibilitar a análise da realidade dos jovens em condição de rua e do processo de construção de suas identidades.

Ciampa formula um referencial teórico sobre a categoria identidade que julgamos essencial para a análise da constituição do processo de subjetivação do ser humano, articulado ao de sua objetivação no interior das *estruturas sociais*.

Segundo as considerações deste autor, a identidade é um processo, passível de ser apreendido em seu movimento de constituição. Para isso, ele o denomina metamorfose: “a gente ir se transformando permanentemente” (CIAMPA, 1993: p. 144 – 145), entendendo, por isso, o processo de negação da identidade pressuposta. Em nossa realidade cotidiana, através do *jogo das aparências* e de determinados *jogos de poder*, esta última acaba impedindo ou obscurecendo as possibilidades da identidade realizar-se como contínua transformação, pois sempre há uma pressuposição em que ela é re-posta a cada momento, sendo “vista como *dada* e não como se *dando*, num processo contínuo de identificação [grifos do autor]” (CIAMPA, 1993: p. 163). Nesse sentido, a expectativa generalizada é a de que alguém deve agir de acordo com suas predicções e, conseqüentemente, ser tratado como tal.

Segundo o autor:

De certa forma, re-atualizamos, através de rituais sociais, uma identidade pressuposta, que assim é vista

como algo dado (e não se dando continuamente através da re-posição). Com isso, retira-se o caráter de historicidade da mesma, aproximando-a mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social. [...] Dado o caráter formalmente atemporal atribuído à minha identidade pressuposta (que é sucessivamente re-posta), fica oculto o verdadeiro caráter (substancialmente temporal) de minha identidade (como uma sucessão do que estou sendo). (*ibidem*: p. 163, 178 – 179)

O autor explicita que a identidade pode assumir várias formas de predicação, entre as quais a que a melhor expressa é a forma personagem. Com isto, ele recorre à metáfora teatral, pois, tal como no “jogo das representações teatrais”, as identidades assumem a perspectiva de papéis ou personagens em que elas “vão se constituindo umas às outras, no mesmo tempo que constituem um universo de significados que as constitui.” (p. 154). Para ele, é necessário ir além de uma visão cotidiana e pragmática de personagem substancial, característica da identidade pressuposta, sendo que *identidade metamorfose* é o movimento da personagem que se constitui pela atividade. O indivíduo não é algo já dado, mas sim o que faz, e o fazer é sempre atividade no mundo, em relação com outros, o estar em situação.

A identidade pressuposta, em seu extremo, reifica-se em uma personagem, denominada pelo autor de *personagem mito*. Segundo ele,

Toda aparência é de estabilidade, ausência de movimento e de transformação: ser estático, a identidade-mito, comandada pelo fetiche de uma personagem, com a qual nos identificamos (e somos identificados) e que nos coisifica. Somos substantivo (sem percebermos que, de fato, estamos sendo o verbo *substantivar-se* [grifos do autor]). (*Ibidem*: p. 178 – 179)

Para o autor, a *identidade-mito* só tem um desdobramento possível: o *fetichismo da personagem*. Esta forma reificada da identidade significa que uma “personalização” específica subsiste independente da atividade que a engendrou, tornando-se algo com poder sobre o indivíduo, mantendo e reproduzindo sua identidade, mesmo que ele esteja envolvido em outra atividade. Ela é a expressão da quase impossibilidade de um indivíduo atingir a condição do que o autor denomina *ser-para-si*, ocultando a verdadeira natureza da identidade como metamorfose.

Quando descobrimos o fetichismo da personagem, falamos da dificuldade do indivíduo atingir a condição de *ser-para-si* criando o que chamamos de *identidade-mito*, o mundo da *mesmice* (da não-mesmidade) e da *má infinidade* (a não superação das contradições) [grifos do autor]. (CIAMPA, 1993: p. 146)

Essa crítica ao *fetichismo da personagem* é crucial, uma vez que, em função dos contextos e situações dos jovens em condição de rua, esta tem sido a forma pela qual suas identidades têm se constituído, tornando-se uma “camisa de força” que os impede de atingir a condição de *ser-para-si*, que é a expressão da autodeterminação. Quase que ficam – ou são – presos de uma *má infinidade*, em que as contradições não se resolvem como superação, são apenas re-postas num círculo infindável, em uma *mesmice*. Pensemos nas categorias pelas quais são reconhecidos e, muitas vezes, não se reconhecem: “meninos de rua” ou “menores de rua”.

O processo de construção da identidade, para o autor, não pode ser entendido de modo que polarize subjetivação/objetivação

ou as dicotomize, à medida em que as identidades se constituem na “intersecção” entre as “singularidades” (os indivíduos) e as “pluralidades” (o social). Esta “intersecção” dá-se pelo movimento e pela tensão na relação entre indivíduo e sociedade. Identidades parecem constituir-se numa das principais mediações entre os indivíduos e as estruturas sociais, por sintetizarem aspectos psicológicos e sociais que nos permitem dizer quem são os indivíduos e que sociedade é esta onde eles vivem.

Movimento e tensão, enquanto relativa autonomia do indivíduo frente à realidade coletiva, são processos capazes de colocar em xeque a identidade pressuposta, pois “isso consiste na *alterização* da minha identidade pressuposta (que deixa de ser resposta) e no desenvolvimento de uma identidade posta como metamorfose constante, em que toda humanidade contida em mim se concretiza (grifo do autor)” (*Ibidem*: p. 181). Este processo, alerta o autor, não pode ser entendido como mecânico, mas como síntese da atividade, consciência e da própria identidade, sendo essas dimensões constitutivas do/constituídas pelo ser humano, “sob condições históricas, sob condições materiais determinadas” (*ibidem*: p. 181).

Outro processo, articulado ao de constituição da identidade, é o de socialização. O ser humano insere-se num processo contínuo de socialização que se inicia desde seu nascimento, ou até antes, na própria história das relações familiares. Nascemos já membros de uma família, oriundos de um grupo social, de uma classe social, historicamente situados.

Neste processo, somos, enquanto indivíduos, os que realizam a ação, mas sob dadas condições histórico-sociais: os que realizam a ação, por nossa socialização depender de nossas ações, pois decidimos, sentimos, pensamos e interagimos com a realidade; sob dadas condições histórico-sociais, por integrarmos um cenário, de cuja construção social, muitas vezes, não participamos, mas em cujas tramas – e dramas – seremos socializados.

A *alterização* (tornar-se outro), ao expressar a idéia de mudança significativa – um salto qualitativo – que resulta de um acúmulo de mudanças às vezes insignificantes, quantitativamente invisíveis, mas graduais e não radicais, é a via pela qual os indivíduos deixam de ser vistos como passivos, para se configurarem como sujeitos ativos, muitas vezes, interagindo com situações adversas. Assim, o que se está considerando é a conversão de mudanças quantitativas em mudanças qualitativas. Vão ocorrendo transformações na identidade e, concomitantemente ocorrem transformações na consciência (tanto quanto na atividade).

Na sociedade capitalista burguesa, cujas relações são perpassadas por todo tipo de contradições e interesses conflitantes, a constituição das identidades dá-se através de processos histórico-sociais em que estão presentes todas as formas de opressão e violência. Estas podem barrar nossas possibilidades de transformar as determinações exteriores em *autodeterminação*, em direção à nossa autonomia, em que o processo de conscientização nos permita rupturas em relação as

nossas identidades pressupostas, quebrando a eterna repetição e reposição destas como formas de aprisionamento no interior da reificação da identidade. Então, nessas condições, cada indivíduo, em sua história de vida, em seu projeto de vida, “encarna” as relações sociais, para configurar sua identidade pessoal. Ela nos aparece como a articulação de várias personagens, articulação de igualdades e diferenças, permitindo-nos afirmar “que não há personagens fora de uma história, assim como não há história (ao menos história humana) sem personagens” (CIAMPA, 1993: p. 157).

Goffman, por outro lado, constrói uma reflexão sobre identidade social, pressupondo que há um “self” (forma como o indivíduo se percebe, auto-identidade). Ele tenta caracterizá-lo pela metáfora da ação teatral em que o indivíduo é forçado a ser uma espécie de pessoa que é representada no palco, um personagem socializado.

O “eu”, portanto, como um personagem representado, não é uma coisa orgânica, que tem uma localização definida, cujo destino fundamental é nascer, crescer e morrer; é um efeito dramático, que surge difusamente de uma cena apresentada, e a questão característica, o interesse primordial, está em saber se será acreditado ou desacreditado. (p. 231)

O indivíduo foi considerado, por Goffman, ator e personagem. Como ator que fabrica impressões, que encena uma representação, o indivíduo tem capacidade de aprender determinados papéis, que, vinculados a ele, expressam determinadas emoções; tudo isso resulta da íntima interação com as situações da representação no palco. Como personagem, o

indivíduo tenta induzir uma certa imagem, geralmente digna de crédito, tentando convencer os outros da autenticidade da mesma. Essa personalidade é estruturada no processo de interação e pelos efeitos das *estruturas sociais*, ou seja, como a *identidade pessoa* que se refere “às marcas positivas ou apoio de identidade e à combinação única de itens da história de vida que são incorporados ao indivíduo com o auxílio desses apoios para a sua identidade” (*ibidem*: p. 67).

Goffman ocupar-se-á, segundo suas considerações, essencialmente, da identidade social, lançando mão da dimensão do indivíduo-personagem, deixando de lado a do indivíduo-ator. Em sua pesquisa, centra a atenção na constituição das identidades sociais sob as formas que ele denominou estigmatizadas, a partir de sua própria definição de estigma:

...estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributo. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso. (*ibidem*: p. 13)

Se essa referência geral ao estigma nos coloca no interior das interações e das categorizações sociais, Goffman explicita-nos como se dão os processos interativos gerais, engendrados, ideologicamente, como forma de constituição das identidades e dos controles sociais:

Posso repetir que o estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de

normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro. Os atributos duradouros de um indivíduo em particular podem convertê-lo em alguém que é escalado para representar um determinado tipo de papel; ele pode ter de desempenhar o papel de estigmatizado em quase todas as situações sociais, tornando natural a referência a ele, [...] como uma pessoa estigmatizada cuja situação de vida o coloca em oposição aos normais. Entretanto, os seus atributos estigmatizadores específicos não determinam a natureza dos dois papéis, o normal e o estigmatizado, mas simplesmente a frequência com que ele desempenha cada um deles. E já que aquilo que está envolvido são os papéis em interação e não os indivíduos concretos, não deveria causar surpresa o fato de que, em muitos casos, aquele que é estigmatizado num determinado aspecto exibe todos os preconceitos normais contra os que são estigmatizados em outro aspecto. (*Ibidem*: p. 148 – 149)

Neste caso, ele está considerando o estigma em sua forma negativa e as conseqüências sociais e pessoais para o indivíduo, quando o mesmo se constitui na forma quase exclusiva de modulação das interações entre o “eu” e o “outro”. Para os jovens em condição de rua, as conseqüências têm sido trágicas, uma vez que, dessa forma, vão-se constituindo, para os mesmos, os “becos sem saída”⁸. Como considera o autor:

Os contatos aparentemente casuais da vida cotidiana podem, ainda assim, constituir algum tipo de estrutura que prende o indivíduo a uma biografia, e isso a despeito da multiplicidade de “eus”. (*ibidem*: p. 84)

⁸ Veja-se a situação hoje, em São Paulo, das Unidades Educacionais da FEBEM. (Ver, por exemplo, o Jornal *Folha de S. Paulo*, Caderno especial sobre as rebeliões da FEBEM Imigrantes, 26 de outubro de 1999).

O indivíduo, ao prender-se – ou ser preso – a uma biografia negativamente estigmatizante, constitui o que Goffman denomina de uma “carreira moral”, indicando assim um processo em que:

Uma das fases desse processo de socialização é aquela na qual a pessoa estigmatizada aprende e incorpora o ponto de vista dos normais, adquirindo, portanto, as crenças da sociedade mais ampla em relação à identidade e uma idéia geral do que significa possuir um estigma particular. Uma outra fase é aquela na qual ela aprende que possui um estigma particular e, dessa vez detalhadamente, as conseqüências de possuí-lo. A sincronização e interação dessas duas fases iniciais da carreira moral formam modelos importantes, estabelecendo as bases para um desenvolvimento posterior, e fornecendo meios de distinguir entre as carreiras morais disponíveis para os estigmatizados. (*ibidem*: p. 41 – 42)

A carreira moral, para Goffman, permite aos indivíduos que têm um estigma particular experienciarem reciprocamente uma aprendizagem relativa à sua condição e sofrerem mudanças semelhantes na concepção dos seus “eus”, tornando-se não só causa como efeito do compromisso com uma seqüência similar de ajustamentos pessoais. Isto compromete – no caso dos jovens em condição de rua –, não só individual como coletivamente a existência física dos mesmos, devido à circunstância de serem colocados – e se colocarem – em contextos extremamente marcados pela violência, opressão e ausência dos direitos elementares.

O que, talvez, impossibilite outras perspectivas de vida para esses jovens, assim como para outros grupos socialmente

excluídos, em nossa sociedade, parece ser os mecanismos mais gerais dessa mesma, em que:

uma condição necessária para a vida social é que todos os participantes compartilhem um único conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas. Quando uma regra é quebrada, surgem medidas restauradoras; o dano termina e o prejuízo é reparado, quer por agências de controle, quer pelo próprio culpado. (*ibidem*: p. 138)

Este quadro mostra, para Goffman, que os processos de estigmatização – em particular, em sua vertente negativa, como no caso desses jovens – “uma função social geral [do estigma]: a de recrutar apoio para a sociedade entre aqueles que não são apoiados por ela” (*ibidem*: p. 149).

Os jovens em condição de rua, em suas práticas cotidianas, acabam desempenhando essa função social geral da estigmatização porque, não só se “culpabilizam” pelas condições limites que experienciam, como as estratégias de sobrevivência que têm de implementar, em função do contexto, legitimam toda a forma de atuação arbitrária e violenta por parte dos órgãos públicos de repressão e dos vários segmentos da sociedade mais ampla, o que tende a legitimar suas próprias ações agressivas. Desta forma, o processo pode ser descrito em uma forma de espiral ascendente: o agressor (órgão de repressão), para ser neutralizado, estimula uma resposta cada vez mais violenta por parte do agredido – e assim aumentativamente.

Goffman, ao indicar as formas de “padronização normal” dos papéis aceitos social e culturalmente, assume como modelo paradigmático a sociedade norte-americana, enfatizando:

Há só um tipo de homem que não tem nada do que se envergonhar: um homem jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do norte, heterossexual, protestante, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa cultura e com um sucesso recente nos esportes. Todo homem americano tende a encarar o mundo sob essa perspectiva (*ibidem*: p. 139)

Não seria possível generalizar essa “padronização” para todas as sociedades ocidentais?

Outra reflexão fundamental de Goffman, além da que trata dos processos de interação “face a face” em que predominam as práticas estigmatizantes, encontra-se em seu estudo sobre as instituições que ele denominou de “totais”. Estas, segundo ele, podem ser definidas como locais de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada⁹. Ele as considera “um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal [...]”. Há também outros motivos que suscitam nosso interesse por esses estabelecimentos em nossa sociedade, são as estufas para mudar pessoas; cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu” (GOFFMAN, 1974: p. 22).

A importância de entender a dinâmica das instituições totais, para nossa análise, é o fato de elas serem organizações com as quais os jovens em condição de rua necessariamente se deparam. Entendê-las, a partir dessa constatação, possibilita-nos

⁹ GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974, p.11.

dimensionar os “efeitos” dessas experiências na constituição das identidades dos jovens, o que é permitido pelas respostas que obtivemos por meio de entrevistas e da observação participante realizada ao longo da investigação.

Goffman, ao nos relatar um exemplo do ritual de admissão numa dessas instituições – a prisão –, considera-o uma “prova de fogo” pela qual se consegue do novo sua submissão, mesmo que não total, “indicando-lhe” à força quais são as regras locais e como deve se comportar. Considera ele:

O momento em que as pessoas da equipe dirigente dizem pela primeira vez ao internado quais são suas obrigações de respeito pode ser estruturado de tal forma que desafie o internado a ser um revoltado permanente ou a obedecer sempre. Por isso, os momentos iniciais de socialização podem incluir um ‘teste de obediência’ ou até um desafio de quebra de vontade; um internado que se mostra insolente pode receber castigo imediato e visível, que aumenta até que explicitamente peça perdão ou se humilhe. (GOFFMAN, 1974: p. 26)

Goffman considera que:

Os fatos básicos a respeito do eu estão apresentados de acordo com uma perspectiva sociológica, e sempre levam de volta a uma descrição das disposições institucionais que delineiam as prerrogativas pessoais de um participante. Evidentemente, admite-se também uma suposição psicológica; os processos cognitivos são invariavelmente incluídos, pois as disposições sociais precisam ser “lidas” pelos indivíduos e pelos outros, para que encontre a sua imagem aí suposta. No entanto, [...] a relação entre esses processos cognitivos e outros processos psicológicos é muito variável; segundo a linguagem expressiva e geral de nossa sociedade. (*ibidem*: p. 49)

Então, nesse caso, as exigências formais da instituição são delimitadas pelos processos de interação entre os vários segmentos de funcionários e os que vão ficar reclusos, estabelecendo, dessa maneira, uma relação em que a tensão está sempre presente. Mesmo que os funcionários incorporem totalmente os códigos da organização e queiram ser seus porta-vozes, implementando-os na prática cotidiana, terão de fazê-lo voluntariamente ou não, de forma negociada. Estamos pensando, neste caso, em uma organização repressiva, como a FEBEM, especificamente, em suas unidades educacionais, para as quais os jovens em condição de rua têm o internamento compulsório, após terem sido sentenciados pela autoridade judiciária por cometerem infrações graves¹⁰, para serem reeducados, ressocializados, segundo a perspectiva da organização. No interior da organização, funcionários e os próprios jovens, a partir de suas vivências, reinventam e redefinem os códigos e as regras, num permanente processo de negociação, nem sempre pautado pelo consenso.

O estudo das instituições totais, tal como é feito pelo autor em questão, é essencial, pois ele pretende “chegar a uma versão sociológica da estrutura do eu” (GOFFMAN, 1974: p. 11) a partir do mundo do internado. Esta perspectiva possibilita-nos distanciar de uma outra que faz do individualismo e naturalismo os princípios epistemológicos dos seus sistemas teóricos, assim como entender não só de que forma os jovens em condição de rua, em suas experiências neste tipo de organização, constituem suas

¹⁰ Cf. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Cap. IV – “As medidas sócio-educativas”, Seção VII – “Da internação”, artigos 121 a 125.

identidades, mas como agem e constróem suas estratégias de sobrevivência ali e em outros espaços pelos quais se dão suas andanças.

Um elemento para o qual Goffman chama nossa atenção em sua análise sobre as instituições totais é o que ele denominou de viração. Com isso, ele está se referindo às estratégias de “adaptação” dos internados, por meio das quais, a seu ver, os indivíduos nesse tipo de instituição “... preferem o caminho que alguns deles denominam ‘se virar’” (GOFFMAN, 1974: p. 62). Como exemplo desta estratégia do “se virar” ou “viração”, o autor coloca a vivência dos internados de um manicômio em que:

O mundo habitual do internado foi de tal ordem que o imunizou contra o sombrio mundo da instituição; nesses casos, não há necessidade de levar muito longe um esquema específico de adaptação. Alguns doentes de classe baixa dos hospitais para doentes mentais, que viveram sempre em orfanatos, reformatórios e cadeias, tendem a ver o hospital apenas como outra instituição total na qual podem aplicar as técnicas de adaptação apreendidas e aperfeiçoadas em instituições semelhantes. Para essas pessoas, a “viração” não representa uma mudança em sua carreira moral, mas uma tática que já faz parte de sua segunda natureza. (GOFFMAN, 1974: p. 62 – 63)

Entender o percurso dos jovens em condição de rua, quer nas instituições totais, como denominou o autor, quer nas ruas, quer em seus espaços de moradia, através de suas falas, é importantíssimo para a compreensão da constituição de suas identidades. Em relação às instituições totais e às estratégias de sobrevivência nas mesmas, estas últimas representam, muitas vezes, recursos que eles têm de acionar para continuarem vivos.

A passagem pelas instituições totais e suas experiências em outros espaços estigmatizam os jovens pejorativamente, configurando as marcas de sua identificação e legitimando os controles sociais exercidos de forma arbitrária, quer pelos agentes do Estado, quer pelos vários segmentos da sociedade em geral.

Goffman, ao desenvolver suas reflexões sobre as instituições totais, abre-nos a possibilidade de nos interrogarmos sobre o que poderíamos denominar *ambientes totais*. Nesse caso, estaríamos utilizando essa categoria para designar espaços sociais nos quais se constituem formas econômicas, culturais e de poder que, devido à sua organização, gestão e implementação, estão assentadas no universo da ilegalidade, configurando-se como “fechadas”. Em especial, estamos aqui nos referindo ao “mundo do crime” que, para os jovens das classes populares, especificamente os que estão em condição de rua, em função do narcotráfico e da fãrmaco-dependência, torna-se uma via de recrutamento. Este *ambiente total* caracteriza-se por ser constituído por *contextos fechados* na medida em que, nestes, prevalecem regras, normas atreladas à infração, que colocam seus membros em confronto direto com a coerção violenta das instâncias do poder público, exigindo que esses tornem tais contextos “ilhados” e refratários a outros espaços sociais. Desse modo, e dificultando ao máximo a entrada de novos membros, assim como a manutenção desses e dos mais antigos, colocam todos sob suspeitas recíprocas. Poderíamos considerar esses contextos como constitutivos de relações e interações tensas e instáveis que colocam seus

membros sempre sob provas, testes, estando em “jogo” as próprias vidas.

Tajfel, por meio de seus estudos sobre grupos humanos e categorias sociais, dá-nos indícios de que a identidade é uma das categorias principais para se entender a “constituição” do indivíduo. Em sua ótica, o indivíduo sente, pensa e comporta-se em infinitas situações, em função de sua identidade social, a se constituir no interior do grupo a que pertence, num contínuo processo de interação, tendo sua conduta fortemente determinada por suas relações intragrupal e intergrupar. O contexto social dessas relações é fundamental para a constituição dos indivíduos, ao mesmo tempo em que são eles os produtores dessa realidade histórico-social.

Diferentemente de Ciampa e Goffman, que centram suas análises na identidade social, Tajfel procura, ao apreender a constituição dos indivíduos, mostrar como, na mesma, articulam-se três esferas que, apesar de convergirem e terem entre si limites muito tênues, são diferenciáveis. A primeira esfera refere-se ao que ele denominou de auto-identidade, da qual pode-se dizer que é aquela em que o indivíduo “acentua”, nele mesmo, a dimensão da constituição da identidade. A segunda esfera – é nesta que se desenvolvem basicamente as análises de Ciampa e Goffman – está relacionada aos papéis sociais que os indivíduos desempenham. A terceira é aquela em que está colocada a auto-identificação ou as identificações que os indivíduos constroem em relação ao seu e aos demais grupos.

Em relação à primeira esfera – a auto-identidade –, Tajfel a vê como sendo diferenciável indiretamente pela dinâmica do indivíduo, uma vez que:

No campo da conduta social podemos descrever as regras como noções sobre o que é apropriado. Isto significa simplesmente que a conduta social é determinada, em larga medida, pelo que o indivíduo pensa ser apropriado na situação social em que se encontra. As suas concepções sobre o que é apropriado são, por seu turno, determinadas pelo sistema dominante de normas e valores, que devem ser analisados à luz das propriedades do sistema em que vive. (TAJFEL, 1982: p. 46)

Em relação à segunda – a identidade social –, fica mais evidente sua articulação direta com os processos sociais:

A identidade social 'biblioteca de argumentos' não existe só enquanto facto imutável da vida. É criada a partir das realidades sociais, muda com elas, inclui sempre visões sobre 'outros' sem as quais os argumentos perderiam tanto o seu significado como a sua função. Na sua permanente interdependência das realidades sociais das relações dos grupos com outros grupos, os argumentos contêm dimensões de comparações e valores de que são dotadas essas dimensões. Dimensões e valores são seleccionados, acrescentados, criados ou preservados em função do que é possível e útil para a construção de mitos e imagens, e do que é exequível para empreender a acção social. (*ibidem*: p. 257)

Por fim, a terceira esfera, a auto-identificação, está relacionada às identificações que o indivíduo faz com seu e outros grupos sociais. A esta, ele dedica grande parte dos seus estudos, pois as categorizações sociais têm a ver principalmente com essa terceira esfera. Coloca ele:

O desenvolvimento de relações entre vários tipos de grupos humanos é um dos problemas sociais fundamentais da nossa época; que um indivíduo sente, pensa e comporta-se numa variedade infinita de situações através da vida, com base na sua identidade social, criada pelo vários grupos de que é membro, e com base na sua relação com a identidade social dos outros, enquanto indivíduos, ou *en masse*. É igualmente óbvio que esta conduta social é fortemente determinada pelas relações entre os grupos a que ele pertence, assim como entre outros grupos, e que a natureza destas relações, por sua vez, é devida em grande parte às regularidades das condutas intergrupo socialmente partilhadas. Este é, pois, um fenómeno social que se pode considerar um exemplo, *par excellence*, da interacção entre o indivíduo e o seu contexto social. O contexto social das relações intergrupais contribui para fazer dos indivíduos o que eles são e são eles, por sua vez, que produzem este contexto social. (*ibidem*: p. 41)

É a partir dessa terceira esfera que Tajfel vai considerar o que, para Goffman, constitui o processo de estigmatização. Segundo Jerome Bruner:

Tajfel não pode aceitar a visão segundo a qual o preconceito é uma simples expressão de mal-estar individual, desajustamento, ou mesmo de claro conflito inter-individual. A sua existência exprime também propriedades estruturais da sociedade em geral, que servem para criar categorias através das quais as pessoas diferenciam e avaliam a sociedade que lhes está mais próxima. Perante estes “processos em larga escala” e estruturas sociais, o comportamento individual é encaminhado em certos sentidos que só indirectamente são determinados pela psicologia do indivíduo. (BRUNER, Jerome. Prefácio de *ibidem*: p. 8)

Nesse sentido, estigma – conceito de Goffman –, estereótipo e preconceito são processos que estão, para Tajfel, no que ele denominou de categorizações sociais. Estas constituem as vias pelas quais os indivíduos procedem as suas formas de

classificação e avaliação da realidade e do outro. Mas temos de considerar que há o que poderíamos denominar de “positividade” e “negatividade” nas categorias estereótipo e preconceito, uma vez que, em sua “positividade”, elas funcionam como “mapas mentais” de como seriam as pessoas em suas funções (“imagem média”); em sua “negatividade”, como formas de controles sociais ideologicamente constituídas, pela expressão da subordinação na relação eu-outro. O estigma fica circunscrito a esse âmbito.

Quando se trata da cor da pele, altura, ou certos traços faciais de ‘valor’ social, há lugar para uma agudização marcada das diferenças no grau de percepção destas características, enquanto pertencentes a indivíduos associados a categorias diferentes. (*ibidem*: p. 80 – 81)

A expressão disso pode ser exemplificada pela transcrição que Tajfel faz do relato do psicólogo negro americano Kenneth Clark, que mostra as formas extremas de internalização que os membros das minorias fazem das opiniões ‘externas’ sobre eles:

Os seres humanos que são forçados a viver em condições de gueto e cuja experiência quotidiana lhes diz que praticamente nenhum sector da sociedade nem lhes concede a dignidade e cortesia que são concedidas a outros seres começarão, de facto, a duvidar do seu próprio valor. Uma vez que todo o ser humano depende das crescentes experiências com os outros para a obtenção de indícios sobre como deve ver-se e avaliar-se, compreende-se porque razão as crianças que são consistentemente rejeitadas começam a perguntar-se e a duvidar se, realmente, elas próprias as suas famílias e o seu grupo não mereceriam um pouco mais de respeito da sociedade em geral do que aqueles que recebem. Estas dúvidas transformam-se nas sementes dum ódio nocivo por si próprio e pelo grupo, o complexo de ser negro e o preconceito depreciativo em relação a si próprio [...] Os negros começam a acreditar na sua

própria inferioridade. (Clark, *apud* TAJFEL, 1982: p. 367 – 368)

Este relato acima ilustra a concepção de minorias que Tajfel toma emprestada de Wagley e Harris em que:

- a) As minorias são sectores subordinados de complexas sociedades de Estado;
- b) as minorias possuem traços culturais e físicos específicos pelos quais os sectores dominantes da sociedade mostram pouco apreço;
- c) as minorias constituem-se de si próprias, ligadas entre si pelos traços específicos comuns aos seus membros e pelas incapacidades específicas que esses traços provocam;
- d) a pertença a uma minoria é transmitida por uma regra descendente através da qual é obtida a afiliação da geração vindoura, mesmo quando não existem traços físicos ou culturais específicos imediatamente aparentes;
- e) os povos minoritários tendem a casar-se, por opção ou por necessidade, com membros do mesmo grupo. (TAJFEL, 1982: p. 351 – 352)

A relevância dessas considerações de Tajfel está exatamente em atentar para os processos grupais para explicar a constituição da individualidade, sem excluir os conflitos e seus efeitos.

Tarefa talvez mais urgente e ominosa com que nos confrontamos hoje é a aquisição de conhecimento sobre as causas do comportamento humano. Esse campo é o das relações entre grandes grupos humanos que inclui, evidentemente, as relações sociais e internacionais. Os aspectos psicológicos das relações intergrupo englobam o estudo do comportamento em situações intergrupo, do comportamento relacionado com estas situações, e das crenças e atitudes respeitantes ao grupo próprio dum indivíduo e a vários outros grupos com relevância para ele. As relações competitivas ou cooperativas, hostis ou amigáveis entre os grupos são determinadas, em larga medida, pela lógica das situações em que surgem. Se

aceitarmos isto, é igualmente verdade que estas situações têm os seus efeitos sobre os motivos e as atitudes de milhões de indivíduos, que estes motivos e atitudes, por sua vez, determinam o comportamento, e que este comportamento, por sua vez, determina, em parte, as relações subsequentes entre os grupos. (*ibidem*: p. 144 – 145)

Isto reflete diretamente nas colocações que Tajfel extrai de Bruner:

Podemos referir-nos ao *corpus* do mito como produtor dum conjunto de identidades possíveis para a personalidade individual. Seria, talvez, mais correcto dizer que a comunidade mitologicamente instruída mune os seus membros duma biblioteca de argumentos a partir dos quais o indivíduo pode ajuizar o jogo das suas múltiplas identidades. (Bruner, *apud* TAJFEL, 1982: p. 257)

E como observação complementar:

Cada sociedade possui um repertório de identidades que faz parte do “conhecimento objectivo” dos seus membros [...]. A sociedade não só define como cria a realidade psicológica. O indivíduo realiza-se em sociedade – ou seja, reconhece sua identidade em termos socialmente definidos e como vive em sociedade, estas definições tornam-se realidades. (Bruner, *apud* TAJFEL, 1982: p. 291)

Capítulo 2

JOVENS EM CONDIÇÃO DE RUA: UMA MIRAGEM QUE OFUSCA, TORNANDO-SE REALIDADE

Neste capítulo, pretendemos fazer uma incursão pela literatura sobre a temática “jovens em condição de rua”. Temos de assinalar que não vamos encontrar pesquisas sobre jovens em condição de rua com esse título, pois é recente essa denominação que constrói.

Para nós, utilizar a denominação “jovens em condição de rua” ou “em situação de rua” significa não só recusar criticamente os termos “meninos de rua”, “menores de rua” e suas implicações ideológicas, mas, também, apreender os jovens das classes populares por meio de categorias que os diferenciem, tais como gênero, faixa etária, raça, origem de classe e familiar, entre outros¹¹. Uma crítica extremamente importante às categorias recusadas é a desenvolvida por Alvim¹², ao considerar que:

[o] problema destas categorias, presentes em diferentes análises e utilizadas por agentes sociais que agem diretamente sobre a realidade social, é que, ao serem utilizadas separadamente para classificar personagens diversos, definidos a partir de espaços sociais diversos, não permitem ver que estamos falando de um único personagem: as crianças e adolescentes das classes populares que seguem diferentes trajetórias.” (ALVIM, 1993, 13)

¹¹ ALVIM, Roselene. “Histórias de vida e trajetória sociais de crianças de rua” mimeo, s/d, p. 3 e *passim*.

¹² ALVIM, Roselene. “Meninos de rua e criminalidade: usos e abusos de uma categoria.”. In: _____. **Candelária 93: um caso de violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

As categorizações “meninos de rua” e “menores de rua”, ao identificarem crianças e jovens das classes populares, expressam vieses fortemente ideológicos; a primeira tem sua origem na academia, a segunda na terminologia jurídica, sendo ambas, posteriormente, incorporadas à linguagem corrente. Quanto à última:

O termo “menor”, de larga utilização no senso comum, na imprensa e mesmo na pesquisa científica, tem uma origem pouco nobre. Cunhado, no Brasil, pela medicina legal e reconhecido pelo direito público para dividir a população entre responsáveis e irresponsáveis, segundo o critério do discernimento moral e do desenvolvimento psicológico, seu emprego generalizou-se para designar um tipo específico de criança, aquela procedente das classes populares, em situação de miséria absoluta, expulsa da escola desde tenra idade, que faz da rua seu *habitat* e lugar privilegiado de reprodução cotidiana e imediata de sua existência. Trata-se da criança cuja existência social e pessoal é reduzida à condição de menoridade, passível, por conseguinte, da intervenção “saneadora” das instituições policiais de repressão e das instituições de assistência e de reparação social. (ADORNO, 1991: p. 183)

Com a elaboração do Código de Menores, em 1927, configurou-se de maneira mais explícita o que se passou a designar por “menor”. Sob esta categoria incluíam-se todas as crianças e jovens material ou moralmente abandonados, subdivididos em várias outras categorias: “crianças de primeira idade”, “infantes expostos”, “menores abandonados”, “meninos vadios”, “mendigos”, “libertinos”, etc. O código estabeleceu também as medidas cabíveis a serem aplicadas aos “menores abandonados”. Estes deveriam ser recolhidos em abrigos apropriados, aguardar a realização de uma minuciosa investigação

sobre as causas do abandono, para, em seguida, serem encaminhados às instituições disciplinares. Ao juiz de menores caberia o destino do “menor”. Passaria a ser ele a autoridade habilitada a processar, julgar, inquirir, examinar, vigiar e conduzir todas as demais ações necessárias para manter sob controle o problema do “menor”.

A categoria “menor” é, primeiramente, um termo distintivo, classificador, que discrimina uma situação específica de crianças e jovens em seu “meio” social. São eles os oriundos de famílias trabalhadoras de baixa renda, que se encontram em situação de miséria, expulsos das escolas, sendo impedidos de terminar sequer o Ensino Fundamental, e que fazem das ruas seus *habitats* e espaços privilegiados de reprodução cotidiana. De acordo com o Código de Menores, que define essa situação como sendo “de irregularidade”, o “direito do menor” consistiria em um conjunto de normas jurídicas relativas à definição dessa situação irregular e de seus tratamentos e prevenções. Ao se definir a caracterização das situações irregulares como questão básica para a qual se deveria orientar o “direito do menor”, aprisiona-se essa área do direito ao caráter discricionário dos princípios que essa doutrina jurídica adota.

Não podemos perder de vista o alcance que essa doutrina ganhou ao infundir o conceito de “menor” nos usos e práticas sociais cotidianos, já que as dissociações entre esse conceito e o de “criança” ou “jovem” se tornaram mais profundas e agudas, quando aquele passou a servir não somente como termo jurídico, mas como denominação cristalizada, adotada cotidiana e

rotineiramente para identificar sujeitos sociais concretos. O uso socialmente difundido do termo “menor” acabou desse modo por concluir sua vinculação definitiva àquelas situações de existência em regra típicas das classes sociais destituídas, numa palavra, a classe trabalhadora.

O Código de Menores de 1927 vigorou até 1989, quando foi substituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo Isabel Frontana¹³, durante o longo tempo de vigência do Código de Menores, sofreria ele apenas algumas pequenas alterações, sem ter contudo modificada sua doutrina inspiradora. Uma das modificações mais significativas foi feita em 1979, quando se adotou a Doutrina Jurídica de Proteção ao Menor em Situação Irregular, segundo a qual o conjunto de classificações que caracterizariam o estado de abandono material e moral da criança ou jovem seriam consideradas “situação irregular”. Assim, definia-se em situação irregular o “menor”¹⁴:

- I. privado de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que, eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsáveis; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;
- II. vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;
- III. em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

¹³ FRONTANA, Isabel C. R. da Cunha. **Crianças e adolescentes nas ruas de São Paulo**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

¹⁴ Cf. MACHADO, Antonio L. Ribeiro, **Código de menores comentado**. São Paulo, 1987, p. 5.

- IV. privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;
- V. com desvio de conduta em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;
- VI. autor de infração penal. (MACHADO, 1987: p. 5, *apud* FRONTANA, 1999: p. 56)

Crianças ou jovens nessas condições, para os juristas, eram potenciais ameaças à sociedade da época na medida em que, “jogados” a sua própria sorte, tornam-se vulneráveis, predispostos a serem conduzidos para fora da lei, do convívio social, propensos ao vício, à desordem e ao crime. A rua era o espaço habitado, era nela que se reproduziam a desordem e a criminalidade.

Quanto à categoria “menino de rua”, constituiu-se pela via acadêmica. Vamos ter vários trabalhos com essa denominação, sendo que podemos considerar, como um dos pioneiros, o de Rosa Maria Fisher Ferreira¹⁵, de cujas pesquisas empíricas emergiu tal denominação.

O que é destacável na investigação da autora acima citada é o fato de ela questionar o uso que as instituições faziam dos discursos e teorias sobre a marginalidade, seja os de linha economicista, seja os de linha psicologizante ou mesmo sociologizante, rompendo com as mesmas. As instituições segundo ela, segundo ela, atribuem às classes populares a “culpa” pela situação em que se encontram, propugnando por métodos repressivos e coercitivos. Seu exemplo, a autora retirou da fala do

¹⁵ FERREIRA, Rosa Maria Fisher. **Meninos de rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo: Comissão Justiça e Paz/CEDEC, 1979.

Coronel Erasmo Dias, Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, no final da década de 70:

A violência que está havendo é por parte da marginalidade da sociedade, em consequência da sub-educação, do sub-emprego, da sub-cultura e dos outros problemas sociais que nós estamos cansados de dizer. Numa cidade como São Paulo o crime é um problema social, já que cresce a uma taxa de 5% ao ano e tem 150 mil favelados e 30 mil marginais à solta [...] O aumento do índice de criminalidade é resultado de uma dinâmica falha, no qual podem ser detectados erros em dois setores: na Polícia e na Justiça. E quem se aproveita dessa situação é o próprio marginal. Cel. Erasmo Dias, Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo. (*Folha de S. Paulo*, 17/12/1978, *apud* FERREIRA, 1979: p. 19).

Ou mesmo as equivalências entre pobreza, delinqüência e criminalidade que operacionalizam determinadas premissas.

A relação entre morar na favela, na periferia, nos bairros pobres e ser delinqüente, vadio, acomodado e não participante, tornou-se uma premissa necessária e natural que fundamenta não só a visão popular e institucional, como também algumas abordagens científicas das populações marginalizadas. Por isso, embora a maioria dos moradores das favelas não seja delinqüente, todos são tratados como gerando a necessidade de tentarem se defender dessa classificação. (FERREIRA, 1979: p. 58)

Para exemplificar os discursos reiteradores da atuação paternalista dos objetivos assistenciais evidentemente paliativos, pouco duradouros e de resultados discutíveis, ela traz o da Presidente da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor:

...que a grande família da FUNABEM saiba cada vez mais, conviver com o espírito do amor e solidariedade, buscando cada vez mais a justiça para que todas as pessoas possam educar-se, viver, e conviver com

dignidade. Queremos lembrar que com eles dividimos a responsabilidade de criar um Brasil mais justo. (Eclea Guazzelli, Presidente da FUNABEM, *Jornal do Brasil*, 14/10/1979, *apud* FERREIRA, 1979: p. 19)

Para seus questionamentos, Ferreira fez pesquisa de campo nas ruas da cidade de São Paulo, seguindo a metodologia da observação participante. Por meio desta, recolheu depoimentos e interagiu com crianças e jovens que, com o desenvolvimento da investigação, passou a denominar, ora de “meninos das ruas”, ora de “meninos de rua”, ora de “meninos na rua”.

Com o intuito de fundamentar a pesquisa através das representações que os “jovens e crianças em situação de rua” fazem de si próprios, o texto vai constituindo categorias que os nomeiam por meio da adjetivação de rua, das ruas ou nas ruas.

No questionamento sobre a relação dos jovens e crianças no interior das relações familiares:

A experiência de vida e a riqueza de informações do *menino das ruas*, assim como o papel preponderante de sua contribuição para a manutenção do conjunto familiar, faz com que as relações entre os pais e filhos sejam pouco hierarquizadas [grifo nosso]. (FERREIRA, 1979: p. 122)

Na reflexão sobre os projetos de vida dos jovens e crianças e seus desdobramentos:

Os projetos de vida dos *meninos de rua* estão presos à solução imediata da sobrevivência e da segurança, o que torna ilógico tentar extrapolá-los para um futuro qualquer, próximo ou distante. Pode-se afirmar que o projeto de vida dos *meninos da rua* representa o seu modelo presente de solução de vida, ao invés de uma

aspiração por algum tipo de objetivo ou realização [grifos nossos]. (FERREIRA, 1979: p. 130)

No percurso da pesquisa participante, ao situar o problema do tempo e condições para as entrevistas, a autora denomina:

As características dos *meninos nas ruas* impediam que os “papos” pudessem se estender por períodos de tempo controláveis. Temos desde rápidos contatos, que duraram quinze ou vinte minutos devido às circunstâncias próprias do local ou momento em que ocorreram, até longas entrevistas tomando todo um período do dia, das quais os sujeitos participaram com empenho e interesse [grifo nosso]. (FERREIRA, 1979: p. 41)

Ferreira, ao denominar as crianças e jovens com essas categorias, não pretendia reduzi-los a estas denominações, o que foi feito pelos meios de comunicação de massa e de muitos trabalhos de investigação, realizados pela academia e outros órgãos de pesquisa.

Cabe aqui uma observação de Francisco Weffort sobre o trabalho, realizado por Ferreira:

Em condições extremamente difíceis, assinalados pela adversidade e pela violência, eles adaptam os valores existentes de acordo com as exigências de cada momento. Esta vida que exige da criança e do jovem que recriem, a cada momento, seus valores é uma vida provisória, de pura sobrevivência física. É uma vida que impede a formação de expectativas de longo prazo, projetos, sonhos para o futuro, dimensão pouco conhecida que é também a denúncia mais terrível sobre a vida dos marginalizados. (WEFFORT, apresentação de FERREIRA, 1979)

A idéia expressa nesta observação de Weffort de que os jovens e crianças “em situação de rua” são obrigados – pela

condição de marginalidade social – a adaptar valores a cada momento, guarda alguma proximidade com o conceito de “viração”.

Este último termo é utilizado usualmente para designar os atos empreendidos por alguém para conseguir sobreviver. Refere-se principalmente às atividades informais de trabalho, dar um jeito, driblar o desemprego, etc. Os jovens e crianças nas ruas “se viram”, o que significa, em muitos casos, que esmolam, furtam, se prostituem e fazem vários “bicos”, aliando a isto a vivência de muitas personagens na forma de “identidades máscaras” para que consigam convencer um conjunto de profissionais, quer das organizações de atendimento, quer dos órgãos repressivos, quer dos transeuntes, de suas necessidades. Exercitar a “viração” é uma tentativa de sobrevivência aliada à manipulação de recursos simbólicos e “identificatórios” para interagir, comunicar-se e posicionar-se em diversos contextos e em relação aos inúmeros interlocutores. Esse processo é extremamente complexo, pois nele incorporam práticas de “personagens” que, aparentemente, são conflitantes: criança ou jovem, “menor carente”, “sobrevivente”, “adulto”, “trombadinha”, “avião” (passador de drogas), etc.

No entanto, a “viração”, como estratégias de sobrevivência que implicam manipulação de recursos simbólicos, não lhes dá nenhuma garantia de sucesso para satisfazer suas necessidades e, muito menos, suas vidas. Neste movimento, os jovens que estão em situação de rua já estão marcados muito antes de virem para as ruas, devido à inserção social. Somado a isto, em uma sociedade cujos interesses são conflitantes e contraditórios, esse

“menos” torna-se a via legítima pela qual implementam-se os controles sociais que, no seu limite, são sinônimos de repressão violenta e extermínio desses jovens. Algo que é altamente significativo é a redução dos mesmos à condição de “meninos de rua” e “menores de rua”: o primeiro implica em uma “infantilização” permanente; o segundo, numa menorização legitimadora da ação e tutela paternalistas – portanto, autoritárias – do Estado e de algumas organizações de atendimento. Um termo não exclui o outro, sendo que o primeiro justifica a constituição do segundo.

Talvez seja relevante observar que essa redução está no interior da lógica das interações entre os vários “sujeitos” em nossa sociedade, cujo guia privilegiado é o “calculismo”. Dados os mecanismos consolidados por essa lógica, seus efeitos têm sido devastadores, frente ao que poderíamos denominar de administração e reprodução da pobreza. São implementadas e acionadas várias agências do Estado e da sociedade civil que, por suas ações, acabam atenuando os efeitos desagregadores, produzidos pela desigualdade e pobreza, produtos do capital. Os jovens em condição de rua passam voluntária ou compulsoriamente por elas, sendo estas experiências, na maioria das vezes, calcadas por relações disciplinares, cuja tônica é a agressividade ou o tratamento paternalista dos funcionários para com os jovens.

A inserção dos jovens nestas organizações de atendimento – e de repressão – acaba por reforçar as classificações

discriminatórias, designando-os como “meninos de rua”, “meninos de favela”, “trombadinhas”, etc...

A pesquisa realizada por Maria Lúcia Vieira Violante¹⁶ em várias Unidades Educacionais da FEBEM/SP, no final da década de 70, com jovens internos, pode ser considerada também como um marco. Muitos jovens internos das Unidades Educacionais têm, como um dos espaços de seu percurso, a rua. Dadas as suas formas de inserção social e seus contextos, um dos espaços possíveis onde os jovens em condição de rua podem ser encontrados são essas unidades. Nestas unidades, os jovens são categorizados, por meio da classificação “menor”, um termo jurídico. A autora, ao investigar a construção da identidade desses jovens, se apropria dessa denominação, não sem possibilitar a crítica à mesma. Como explicita ela:

[no] presente estudo, a identidade do Menor compreende: seus dados pessoais, sua história de vida, sobretudo no momento institucional; as categorias e os atributos que, na Instituição, os outros lhe conferem; como ele se apresenta e quais os sentimentos que experimenta em relação à própria identidade, tanto em relação àquela que os outros lhe atribuem e lhe impõem, quanto à que ele próprio se confere (VIOLANTE, 1982: p. 24).

A passagem dos jovens por estas unidades impinge-lhes a perspectiva da “menorização”, em que a experiência precoce da punição justifica-se pela criminalização de seu comportamento. Podemos considerar que esses jovens são duplamente punidos: pela adversidade das condições materiais de existência e pela

¹⁶VIOLANTE, Maria Lúcia Vieira. **O dilema do decente malandro**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

estigmatização de seu comportamento. Aqueles que se encontram nessa condição são empurrados para o mundo adulto, na medida em que são responsabilizados pela incidência crescente de crimes e de infrações de toda espécie, não obstante o discurso assistencialista dos códigos e das agências de amparo e proteção pretenda dissimular esse caráter. Criminalizados, deixam a condição de jovens para se inscreverem na ordem social como “menores”¹⁷.

Violante, em sua investigação, vai se debruçar sobre esse processo assinalado por Adorno, no momento em que a sociedade brasileira passa por um dos recorrentes momentos autoritários: o regime militar, instaurado com o golpe de 1964. Entender a construção da identidade desses jovens minorizados, para ela, neste contexto histórico, no interior da organização, possibilitou-lhe também desconstruir a forma estigmatizada pela qual os jovens das classes populares¹⁸ são identificados em uma associação direta e mecânica entre pobreza e delinqüência. Essa associação está expressa, para a autora, nos parâmetros de atuação da FEBEM/SP, criada em 1974, em que se concebe a marginalidade como uma incapacidade do indivíduo ou de uma parcela da população. Como a FEBEM segue as diretrizes e

¹⁷ Cf. ADORNO, “A experiência precoce da punição”. MARTINS, José de Souza (Org.). **O massacre dos Inocentes: A criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

¹⁸ Designa um recorte analítico que enfoca grupos de baixa renda. O conceito, tal qual empregamos, não implica nem homogeneidade nem isolamento dos sistemas simbólicos destes universos sociais.

normas da FUNABEM¹⁹, pode-se ler em uma publicação desta organização o seguinte:

Uma porcentagem da população considerada como marginalizada, incapaz de participar do esforço nacional para um desenvolvimento integral, apesar do crescimento poderoso da economia. Essa população despreparada psíquica, cultural e economicamente, não encontra condições para integrar-se de forma desejável na vida sócio-econômica regional e permanece à margem do desenvolvimento [...]. Desconhece como conseguir e aproveitar as oportunidades e espera que os outros atendam às suas necessidades. (FUNABEM, 1967: p. 15, *apud* VIOLANTE, 1982: p. 63)

A investigação de Violante é extremamente importante, pois ela mostra a face e o cotidiano de uma das organizações para cujo interior os jovens em condição de rua são “seqüestrados”. Como considera a autora:

A principal estratégia de “ressocialização” é a retirada do Menor de seu meio social e sua inserção obrigatória num meio social artificial: com pessoas diferentes, algumas semelhantes, atividades diferentes, planejadas, administradas autocraticamente. Quanto maior o isolamento, mais se pratica o que Goffman chama de retirada dos suportes de identidade, que na verdade, mais do que apoios, são parte integrante da identidade do eu, como nome, aparência física, pertences; e mais se pratica a reclusão do Menor em cela e solitária. (*ibidem*: p. 117)

A pesquisa de Adorno²⁰ redimensiona a reflexão sobre a realidade desses jovens, ao procurar mostrar a insuficiência, através das biografias de presos,

¹⁹ FUNABEM. **Diretrizes e Normas para Aplicação da Política do Bem-Estar do Menor**, Publicação nº 5, São Paulo: Setor de Relações Públicas, 1967, 2ª ed.

²⁰ *Op. cit.*

ao contrário do que apregoam certas tendências na literatura, inspiradas em teses criminológicas discutíveis, que elegem a desorganização familiar, a pobreza, a baixa escolaridade, a falta de profissionalização, a intermitência no trabalho como estímulos à construção de uma carreira no crime”. (ADORNO, 1991: p. 194)

Não há uma trajetória biográfica típica que derive para a delinqüência. Caso contrário, estaríamos retirando deterministicamente uma quantidade incontável de seres humanos da “condição humana”, pois que o caminho da delinqüência é uma possibilidade entre outras, aberta por entre os desvãos do “reino da necessidade”. Segundo o autor, a derivação para a delinqüência pode estar associada a tais situações, a algumas delas combinadas entre si, ou a nenhuma delas.

Adorno, em sua análise da “conversão” para a delinqüência, utiliza-se de duas categorias para denominar um duplo mecanismo que “funciona” ao mesmo tempo, ora em confronto, ora em adequação: desterritorialização e reterritorialização. Isto implica, de um lado, em abandono progressivo de espaços institucionais da ordem moral e familiar dominantes; de outro, na inscrição dos sujeitos em microterritórios em que constróem referências para sua existência. Esse processo é paulatino, com avanços e recuos, à base de ensaios pessoais, entre êxitos e fracassos. No desenvolvimento de sua análise, Adorno dá a impressão de que os microterritórios são espaços ou redes de relações que estão “em aberto”, possibilitando a quem entra, sair.

Fariamos observação diferente dessa, pois consideramos que aqueles que se inscrevem no “mundo do crime” tendem a ser

absorvidos em “ambientes totais” em que há uma série de critérios e testes para efetivar o pertencimento e, dificilmente, poderíamos falar em facilidades para sair destes espaços em que os jovens vivem contextos muito específicos, cujo limite seria a própria vida.

Uma razão alegada freqüentemente, no discurso muito utilizada na retórica das autoridades encarregadas do exercício do controle social, para explicar o caminho à delinqüência, seria a *desorganização familiar*. Esboça-se um quadro de carências em que os pais são responsabilizados pelo abandono do lar e dos filhos, clientes potenciais da FEBEM e, posteriormente, das cadeias públicas e da Penitenciária. Esse quadro seria inerente às características da própria clientela, constituída de pessoas portadoras de uma “natureza humana inferior”: indivíduos de “baixo nível” econômico, social e cultural, oriundos das áreas mais pobres do país, com graves deformações de caráter, principalmente nos aspectos relacionados à formação moral. Esse viés ideológico, ao legitimar as formas de administração da pobreza e dos controles sociais sobre as classes populares, justifica e, ao mesmo tempo, implementa práticas de discriminação e repressão generalizadas em que, em princípio, os trabalhadores são sempre “o outro”: o bandido, o perigoso, o delinqüente, etc., até que provem o contrário.

Alba Zaluar²¹, em sua pesquisa realizada no Rio de Janeiro, dá-nos indícios de que a tese da *desorganização familiar* tem de ser examinada com cautela, principalmente quando está

²¹ ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

diretamente relacionada à inexistência ou aos baixos percentuais de famílias nucleares constituídas. Ela demonstrou que, no caso dos focos de criminalidade urbana, tal tese não se confirmaria, pois a maior parte das famílias era completa. Acrescenta ainda que, mesmo nas famílias incompletas, havia sempre uma figura, irmão da mãe ou filho mais velho, que representava a figura masculina. Do mesmo modo, se por *desorganização familiar* compreende-se a impossibilidade de se reproduzir determinado padrão cultural que promove divisão de responsabilidades paternas e maternas, aqui também a tese que a associa à violência criminal não se confirma, sobretudo, porque:

[o] que se nota, como padrão geral, é uma diminuição da importância da figura masculina em favor da expansão do papel feminino. Longe de ser uma característica apenas do proletariado urbano brasileiro, a chamada família matrifocal é, sem dúvida, uma realidade na organização social dos trabalhadores pobres. [ZALUAR, 1994: p. 97]

A “naturalização” num padrão único, imutável e estático da família teve como uma das conseqüências elegê-la como “mola mestra” da sociedade, portanto atribuindo-lhe todas as responsabilidades dos sucessos e fracassos na gestão da vida dos indivíduos, em termos de sua socialização e manutenção. Essa perspectiva “funcionalista” é o “suporte” das formas de controle implementadas pelas instâncias burocráticas do Estado sobre as classes populares, para decidir os rumos da vida dos seus membros. Quando se trata das decisões sobre o que fazer com os jovens oriundos dessas classes, a implacabilidade da vigilância e do controle com efeitos de punição – e porque não, de produção – é

eficaz. Por isso, é fundamental a observação de Adorno, quando se refere à prática dos “burocratas” em relação aos jovens em situação de infração: “[o] que escapa a essas autoridades é a presença da família, em suas variadas formas de associação, às voltas das crianças e dos jovens” (ADORNO 1991: p. 197).

Em sua pesquisa sobre família na cidade de São Paulo, Cristina Bruschini²² contempla as observações de Adorno, assim como as amplia, ao afirmar:

A família é um conjunto de pessoas ligadas por laços de sangue, parentesco ou dependência, que estabeleceu entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto. Não se trata de um grupo “harmonioso e sereno” voltado para a satisfação de necessidades econômicas, mas sim de uma unidade composta de indivíduos de sexos, idades e posições diversificadas, que vivenciam um constante jogo de poder que se cristaliza na distribuição de direitos e deveres. (BRUSCHINI, 1989: p. 13)

Esta perspectiva geral possibilita-nos colocar que, em diferentes contextos e arranjos familiares, podemos argumentar que as famílias, como “espaços sociais”, estão “mergulhadas” no interior das contradições econômicas, sociais, históricas, culturais, cujo “centro” é o das relações individuais. Neste caso, queiramos ou não, os problemas individuais são compartilhados ou não pelos seus membros, definindo, muitas vezes, por relações contraditórias e conflituosas, os rumos de vida dos mesmos. No caso dos jovens das classes populares, seus poder de decisão e “negociação” no interior de suas famílias, em função das

²²BRUSCHINI, Cristina. “Uma abordagem sociológica de família”. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, vol. 6, nº 1, janeiro/junho 1989, p.13.

dificuldades econômicas das mesmas e das interações hierarquizadas – entre outras modalidades demarcatórias das assimetrias – quase sempre são muito baixos. Nestes contextos, dentre as inúmeras possibilidades de classificação do outro, está: “você é uma boca”. Esta não é invenção das famílias, mas as perpassa, como também não remete direta e automaticamente para as ruas os seus filhos. É uma das condições do “horror econômico”.²³ Não podemos nos esquecer de que “[as crianças] e [os jovens] assassinados em frente à Igreja da Candelária no Rio de Janeiro em 1993 [sic] tinham vindo para as ruas no intuito [sic] de obterem dinheiro para as suas famílias, além de não suportarem as condições de vida em que se encontravam submetidos juntamente com seus familiares” (ALVIM, 1993: p. 11).

A pesquisa de Ana Maria Goldani²⁴ esboça um quadro que pode nos explicitar essas condições, apresentando dados dos domicílios:

A maior parte dos domicílios brasileiros em 1989 (77%) residiam em áreas urbanas e um terço deles se encontrava abaixo da linha de pobreza. Entre esses domicílios destacavam-se aqueles formados por mulheres com filhos e sem cônjuge. A pobreza nas áreas urbanas está estratificada, tem um perfil bem definido e separa o país em dois. Com cerca de 40% da população urbana residindo em domicílios classificados como pobres, em 1989, encontra-se que 12% destes apresentavam uma pobreza estrutural, 21% seriam os pobres mais recentes, e 6% pobres com necessidades básicas insatisfeitas.

²³ Título do livro de Viviane Forrester.

²⁴ GOLDANI, Ana Maria. “As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas”. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 91, novembro de 1994, pp. 7 – 22.

As maiores probabilidades de serem pobres ou indigentes são encontradas para os domicílios com as populações pardas e pretas, casais jovens com filhos, idosos e os residentes em domicílios plurifamiliares, sobretudo mulheres jovens, sem cônjuge e com filhos. As diferenças de pobreza entre as regiões caracterizam dois países: o do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o do Sul e Sudeste. (GOLDANI, 1994: p. 11)

A pobreza, da forma como está caracterizada aí, permite-nos contextualizar e diferenciar, em termos de gradação, os vários níveis de pobreza, levando em conta que:

a pobreza é um conceito comparativo, e sua qualidade relativa aos outros gira em torno da desigualdade social. Esta não é uma consequência de sua cultura, mas o resultado de políticas públicas que provocam uma real privação material e uma real exclusão dos pobres nos campos ocupacional, educacional e político. (ZALUAR, 1994: p. 41)

Com base nestas considerações, podemos inclusive questionar a procedência de uma explicação tautológica sobre a causa dos jovens estarem nas ruas: a pobreza faz com que as famílias expulsem os jovens para as ruas.

O que tem prevalecido em nossa tradição analítica é desconsiderar os processos e contextos sociais, isolando “menino de rua” de qualquer laço social, como se fosse “produto” de geração espontânea. Até hoje prevalece, em muitos círculos, a cadeia de associações: crianças ou jovens pobres = “meninos de rua” = menores infratores ou crianças abandonadas. Nesta perspectiva, quando se volta o olhar para o contexto social de onde as crianças ou os jovens saíram, é para o focar e causas, invariavelmente psicológicas ou sociológicas, que se reduzem a

explicar “porque elas se deram mal”. As famílias, vizinhanças e redes sociais destas crianças ou jovens são rotuladas de antemão de “patológicas”, “desorganizadas” – de influência nociva.

A nosso ver, o trabalho de Maria Paula Panúncio²⁵ sobre “jovens em situação de rua” assume essa perspectiva, já expressa na introdução de sua dissertação, onde se afirma:

Ao se pensar na criação de possibilidades de intervenção imediata, independentemente da ocorrência das necessárias transformações estruturais exigidas no contexto brasileiro e de considerações ideológicas, torna-se importante caracterizar os diferentes grupos que vivem na rua quanto a um possível perfil psicológico. (PANÚNCIO, 1995: p. 1)

Esse “perfil psicológico” vai ser delineado por ela a partir de um estudo documental. Os documentos (50 prontuários de meninos de rua) que foram utilizados para traçar esse perfil limitaram-se aos formulários das 3 organizações que trabalham com crianças e jovens em condição de rua em Ribeirão Preto: Pastoral do Menor, Centro de Referência e Programa Criança de Rua. Informa ela como foram obtidos os dados:

Os dados foram coletados de forma indireta, através da análise dos prontuários, que continham informações que foram incorporadas durante um período de três anos e obtidas em momentos diferentes, por pessoas diferentes, através de diferentes métodos. (PANÚNCIO, 1995 : 54)

Ainda reitera que fez trabalho de campo, adotando como definição do mesmo a de Minayo: “o trabalho de campo pressupõe a existência de atores sociais em constante interação, fazendo

²⁵ PANÚNCIO, Maria Paula. “Crianças e adolescentes em situação de risco: entendendo a opção pela vida de rua”. Dissertação de Mestrado. FE/UNICAMP, 1995.

parte de uma relação de inter-subjetividade” (PANÚNCIO, 1995: p. 54). Na verdade, o que serviu de base para suas análises, foram, sobretudo, os prontuários das organizações.

A partir dos prontuários, ela constrói tabelas e, dentre elas, a definitiva para sua análise vai ser a que apresenta distúrbios de conduta, indicando aqueles que recorrem com maior frequência:

Os sujeitos apresentaram uma média elevada de distúrbio de conduta, sendo que os mais freqüentes [sic] foram furtos (100%), mentiras freqüentes [sic] (98%) e uso de drogas (96%). O número mínimo de distúrbios de conduta apresentado por indivíduos foi quatro. Análises multivariadas indicaram relações entre pobreza, frequência [sic] elevada de eventos da vida potencialmente estressantes e a ocorrência de distúrbios de conduta. Os dados sugerem que há risco individual e social em pertencer a um segmento populacional que, embora numeroso, é “não-normativo” em termos sociológicos e psicológicos. (PANÚNCIO, 1995, vii)

Não só é apresentada a frequência dos distúrbios, como se estabelece uma relação entre esta, pobreza e frequência elevada de eventos de vida potencialmente estressantes²⁶. O “instrumento” que possibilita medir o grau de distúrbio é o Manual de Diagnóstico e Estatística dos Distúrbios Mentais (MDIII). Ele permite à autora concluir que a saúde mental de crianças e jovens está comprometida e que, para o resgate da cidadania dos mesmos, é necessário conhecer suas realidades, “com ênfase no ‘pessoal’, uma vez que o ‘social’ tem se mostrado de difícil abordagem” (PANÚNCIO, 1995: p. 59).

²⁶ Segundo ela, esses eventos são: morte do pai, da mãe, separação parental, conflito com o companheiro da mãe, conflitos familiares constantes, violência física, violência psicológica, negligência, rejeição/abandono, privação severa, exploração, dificuldade de adaptação escolar, evasão escolar, prisão, internação por drogadição e fuga do lar (PANÚNCIO, 1995: p. 38, tabela 6).

Como bem mostra Marilena Chauí²⁷, com base em de Foucault, este cientificismo, valorizado por Panúncio, está apto a criar um mundo de técnicas normalizadoras ou disciplinadoras do corpo e da alma, formas de vigilância e de punição, de reeducação (para o trabalho) e de adaptação (às condições sociais dadas) que visam transformar a não-aceitação de ser reduzido de sujeito a coisa à condição de patologia e de indisciplina. Esse saber, reiterado dessa forma, aparece como racionalidade acima dos valores, como se existisse por si e se impusesse pela força de sua verdade. Os jovens em condição de rua sentem na pele o poder invisível desse saber que justifica e legitima a exclusão dos “violentos”.

Claudia Fonseca²⁸, em sua investigação, possibilita-nos, não só abordar a problemática dos jovens em condição de rua, com ênfase “no social” – algo que Panúncio coloca como difícil –, mas também compreender as implicações político-sociais da “equação” explicativa já mencionada. Mostra que transformar a pobreza num “pântano ahistórico”, justificador e explicador de todos os “problemas” sociais não é a solução, pois leva a uma visão estereotipada da realidade, impossibilitando a percepção de particularidades da vida social existentes. Em suas palavras:

Há um perigo de que essa indignação leve à visão estereotipada da realidade e barre o caminho para a percepção das formas particulares de vida social que existem neste contexto. Muitas vezes é com as melhores intenções que o pesquisador sublinha os aspectos negativos do grupo com o qual trabalha, enfatizando

²⁷ CHAUI, Marilena. “A não-violência do brasileiro: um mito interessantíssimo”. In: **Almanaque**, nº 11, São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 22.

²⁸ FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

“faltas”, “carências”, problemas etc. No entanto, colocado desta forma, o grupo parece pura nulidade. A única coisa que resta aos indivíduos em questão é um *potencial* para, *eventualmente*, se tornarem humanos, inteligentes e sensíveis à condição de que algum redentor filantrópico queira ajudá-los. Nem é preciso dizer que tais atitudes simplesmente reforçam as estruturas de dominação – estruturas essas que visam a isolar o indivíduo do grupo para melhor discipliná-lo. Não somente desvalorizam toda a experiência pessoal dos sujeitos como também, ao menosprezar outras maneiras de viver e de encarar a vida, negam a própria existência histórica da classe [grifos da autora]. (FONSECA, 1995: p. 16)

Há, no Brasil, uma longa história de definições negativas dos grupos populares. Nos anos 60 e 70, considerados como “atrasados”, muitos foram alvo de inúmeras campanhas educativas, promovidas para superar sua “mentalidade tradicional”. No final dos anos 70, veio à tona uma nova filosofia pedagógica “libertadora”, calcada na experiência de vida dos alunos. Porém, as sutilezas dialógicas da primeira teoria sempre vingaram. Muitas campanhas educativas simplesmente substituíram o antigo rótulo de “ignorantes” pelo novo, de “alienado”, deixando, neste caso, a necessidade de “conscientização” repetir os mesmos equívocos do processo autoritário que a precedeu.

Entre abril de 1981 e março de 1983, Fonseca investigou famílias de baixa renda, na Vila do Cachorro Sentado, uma vila de invasão, de cerca de 750 habitantes que, há oito anos, ocupava um terreno baldio em uma zona de classe média de Porto Alegre. Um fenômeno que chamou muito sua atenção foi o alto índice de crianças em circulação, ou seja, um grande número de crianças

que passa parte da infância ou juventude em casas que não a dos seus genitores. Observa ela:

É preciso evitar o determinismo econômico que vê, em práticas como a circulação de crianças, nada além da “anomia”, resultado da pobreza. Em nossa análise sobre a circulação de crianças, a privação econômica é obviamente um fator-chave. Todavia, sem um exame cuidadoso dos fatores sociais e culturais através dos quais ela é mediada, a miséria nada pode explicar. Além do mais, a evidência histórica até aqui trazida à baila, embora parca, indica que a circulação de crianças tem sido comum entre os pobres urbanos no Brasil pelo menos nos últimos dois séculos. Mesmo se certas práticas se iniciaram como estratégias de sobrevivência *ad hoc*, é inconcebível que, depois de dez gerações, não tenham adquirido um significado específico integrado a um modelo cultural. (FONSECA, 1995: p. 17)

Ou mesmo que²⁹:

Ali, surpreendeu-me, entre outras coisas, o grande número de crianças em “circulação”, isto é, que não viviam com os próprios pais, bem como de adultos que diziam ter passado vários anos de sua infância nas mesmas condições. [...] Se esses dados refletissem apenas a situação contemporânea, talvez fosse possível reduzir a circulação de crianças a um produto do capitalismo selvagem. No entanto, sem querer subestimar a influência da miséria nessas estruturas familiares, pareceu-me que não estava diante de um expediente *ad hoc* mas de uma prática oriunda de um universo simbólico razoavelmente coerente, fruto da experiência acumulada por gerações. (FONSECA 1990: p. 33, *apud* ALMEIDA, 1997: p. 173)

Com base na conclusão da pesquisadora de que a circulação de crianças entre as casas de avós, madrinhas, vizinhas e “pais verdadeiros” é uma prática familiar, velha de muitas

²⁹ FONSECA, Cláudia. “Crianças em circulação”. In: **Ciência Hoje**, São Paulo, 11, nº 66, setembro de 1990, pp. 33 – 38.

gerações e estudando como se articulam as representações “meninos e meninas de rua” e “educadores de rua”, José Luís Vieira de Almeida³⁰ chega a seguinte conclusão:

É a de que os “meninos e meninas de rua” não existem, ao menos do ponto de vista histórico e social, pois eles são crianças em circulação como milhares de outras crianças e adolescentes aos quais se igualam. A diferença está na circunstância de estarem na “rua”, estada que é, via de regra, temporária. A “rua” é apenas mais um, dentre muitos locais de circulação destas crianças e adolescentes. A criança que está em circulação passa por várias situações de estada ou de residência, como por exemplo, junto a famílias de parentes ou de conhecidos, em instituições, ou ainda na “rua”, porém, nenhuma delas é definitiva. Portanto, não há “meninos e meninas de rua”, mas sim, alguns milhares de crianças e adolescentes em circulação. (ALMEIDA, 1997: p. 227)

Ter situado o movimento de construção e desconstrução das categorias “meninos de rua”, “menores de rua” e outras que estão articuladas a estas foi extremamente importante para que pudéssemos expor a categoria que, para nós, possibilita entender melhor a realidade desses jovens: “jovens em condição de rua” ou “jovens em situação de rua”.

Fúlvia Rosemberg³¹ observa que várias expressões foram sendo veiculadas para designar essas crianças e jovens:

³⁰ ALMEIDA, José Luis Vieira. “Educadores de rua do estado de São Paulo, as representações que informam sua prática educativa”. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação/USP, 1997.

³¹ ROSEMBERG, Fúlvia. “Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo”. Subtítulo: “Como conceituar crianças em situação de rua”. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 91, novembro de 1994. Este artigo relata a pesquisa realizada na cidade de São Paulo em 1993 pela Secretaria da Criança, Família e Bem-Estar Social em que se estimou o número de crianças e adolescentes em situação de rua.

Circularam várias expressões para caracterizar esse grupo de crianças e adolescentes: crianças ou menores “carentes” e/ou “abandonados”, expressão consagrada na CPI do menor de 1975; “menino de rua”, no início dos anos 80, principalmente após o Ano Internacional da Criança, e que se impôs na mídia. Estas expressões não eram neutras, pois associavam, na compreensão do fenômeno, determinações de ordem econômica e de natureza familiar: menores abandonados ou meninos de rua eram considerados como crianças/adolescentes pobres que viviam nas ruas porque perderam o vínculo familiar com os pais e residiam fora do domicílio familiar. (ROSEMBERG, 1994 : 33)

Segundo a autora, esta conceituação de meninos de rua tratando-se de abandonados, em ruptura de vínculo familiar, foi colocada em questão pela observação direta do modo de vida dessas crianças e adolescentes, por meio de pesquisas ou de programas sociais que se desenvolveram principalmente durante a primeira metade dos anos 80. A pesquisa realizada por Rosa Fisher e Zálua Gonçalves em 1979 constatou que um número significativo de crianças e adolescentes vistos nas ruas mantinham vínculos com os pais e voltavam periodicamente – muitos, diariamente – ao domicílio familiar. Disso resultaram duas conceituações: crianças e adolescentes de rua, para quem a rua é o domicílio, o local fundamental de socialização; crianças e adolescentes na rua, para quem a rua constitui apenas o local para a geração de renda, mantendo vínculo familiar e retornando sistematicamente ao domicílio.

Mas ela considera que:

Apesar do avanço incontestável dessa nova conceituação (na medida em que reconhece uma heterogeneidade na população infanto-juvenil que usa as ruas), ela pode ser considerada insuficiente: primeiro, porque estar na rua

é interpretado simultaneamente como “não ter casa e não ter família” (mais uma vez a assimilação de família e domicílio); segundo, porque ser criança – adolescente de rua ou na rua é considerado como atributo da pessoa, assumindo uma perspectiva atemporal. (ROSEMBERG, 1994: p. 33.)

Ao contrário disso, ela observa que:

O conhecimento empírico que foi se desenvolvendo durante os anos 80 sobre essa população tem evidenciado exatamente a dimensão temporal e a diversidade de condições familiar e domiciliar de crianças e adolescentes que usam o espaço da rua para além da circulação. Assim, tem sido possível identificar uma variedade de combinações entre vínculo familiar, domicílio e trabalho: crianças/adolescentes que vivem com a família nas ruas (moradores de rua); aqueles que acompanham os pais que geram renda na rua, participando ou não da geração de renda familiar e que residem em domicílio; ou os que mantêm vínculo familiar e que geram renda na rua próxima a seu domicílio de forma esporádica (trabalho eventual na feira, por exemplo); crianças/adolescentes que mantêm vínculo familiar e que trabalham na rua de forma regular e contínua; ou os que vivem com a família em domicílio, vão à escola e, esporadicamente (ao final de semana, por exemplo, distribuidores de panfletos nos sinais), trabalham na rua e esporadicamente aí dormem; os que, durante um curto período da infância e/ou da adolescência, vivem na rua; os que permanecem na rua a maior parte de sua vida de criança e adolescente. (ROSEMBERG, 1994: p. 34)

Por causa desse “mosaico caleidoscópico”, a conceituação empregada na pesquisa³² de contagem de crianças e adolescentes como estando “em situação de rua” designa aqueles que encontram na rua “o espaço principal ou secundário do cotidiano na garantia da subsistência e do lazer ou de ambos

simultaneamente” (*Estado de São Paulo*, 1992: p. 19, *apud* Rosemberg, 1994: p. 34). Foram identificados como estando em situação de rua as crianças e os adolescentes que usam vias ou logradouros públicos externos, fazendo desses espaços os locais principais ou secundários para trabalhar, esmolar, perambular e brincar. As atividades causam menor ambigüidade na identificação das crianças e jovens em situação de rua são: “estarem trabalhando”, “estarem esmolando” e “estarem dormindo” nas ruas.

Em um artigo anterior³³, Rosemberg já questionava a retórica que havia sido produzida em torno do número de crianças e jovens que estariam em situação de rua, indicando que:

[o] esforço de sensibilizar a opinião pública quanto à violência a que são expostas crianças e adolescentes, principalmente dos países subdesenvolvidos, gerou uma retórica específica, que vem percorrendo o mundo, e que, no esforço de convencimento, muitas vezes incorpora diagnósticos catastróficos, inverossímeis, distantes da realidade, estigmatizadores de famílias, crianças e adolescentes pobres, e inadequados enquanto baliza para a ação. (ROSEMBERG, 1993: p. 71)

Em relação à retórica sobre “criança de rua”, para ela, um dos grandes divulgadores da mesma foi o UNICEF, através de seu assessor Peter Taçon³⁴:

Em 1981, o então assessor do UNICEF em Nova York sobre questões relacionadas a crianças abandonadas e

³² ESTADO DE SÃO PAULO, SECRETARIA DO MENOR. “Projeto Casa Aberta. Série Secretaria do Menor: 3 anos de experiência”. São Paulo, 1992.

³³ ROSEMBERG, Fúlvia. “O discurso sobre criança de rua na década de 80”. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 87, São Paulo, novembro de 1993.

³⁴ TAÇON, P. **My child now: na action plan on behalf of children without families**. UNICEF Document, 1981.

sem família, Peter Taçon, trouxe a público o que talvez tenha sido a primeira estimativa mundial de crianças de rua: “Talvez não existam crianças mais intensamente exploradas e abusadas em nosso mundo atual do que aquelas que são forçadas a sobreviver nas ruas das cidades – descendência de milagres econômicos e tragédias humanas. Qualquer estimativa razoável poderia avaliar seu número em torno de cem milhões – e é possível que metade delas vivam na América Latina” (Taçon, 1981:13). (ROSEMBERG, 1993: p. 71 - 72)

Dessa estimativa a autora destaca duas observações: a exorbitância da cifra que permaneceria até quase o final da década de 80 nessa ordem de grandeza e as determinações econômicas e familiares, estas últimas evidenciadas no texto de Taçon, pela alegação de que as crianças de rua são produtos do “milagre econômico” e da miséria social.

Continuando, ela observa que 100 milhões caem para 70, no “mundo subdesenvolvido”, no livro escrito por Maggie Black³⁵, sobre a história do UNICEF e a categoria criança de rua ganha sofisticação, sendo-lhe atribuída a condição de “situação familiar irregular”.

Expande para além da rua o contexto de vida, acentuando a origem familiar de suas dificuldades. “Indivíduos, organizações voluntárias e departamentos governamentais concernidos estimam que, aproximadamente 70 milhões de crianças no mundo em desenvolvimento entrariam na ampla definição de ‘situação familiar irregular’ significando que vivem total ou virtualmente sem apoio parental [...] Dentre essas crianças, 40 milhões vivem na América Latina onde a industrialização foi mais intensa que na Ásia e África. Isto significa que um em cada cinco jovens latino-americanos e caribenhos vivem de um modo muito

³⁵BLACK, Maggie. **The children and the nations: the story of UNICEF**. New York: UNICEF, 1986.

diferente da tradicional dependência de uma família e parentesco” (BLACK, 1986: p. 360). (ROSEMBERG, 1993: p. 72)

Em um artigo de Cassie Landers³⁶ as cifras são alteradas, de 70 milhões cai-se para 30 milhões, em 1988. Explicita Rosemberg:

Considerando taxas de mortalidade infantil, taxas de urbanização e densidade populacional, e estimando o número de crianças economicamente ativas em áreas urbanas, gerou-se uma estimativa ligeiramente acima de 30 milhões de crianças de rua no mundo. A distribuição geográfica da situação indica uma concentração na América Latina, onde residem aproximadamente metade das crianças de rua do mundo. Os países mais afetados são sociedades com rendimentos medianos, tais como Brasil, a Colômbia e o México. (LANDERS, 1988: p. 13, *apud* ROSEMBERG, 1993: p. 72)

Em 1992, o UNICEF³⁷, em sua publicação *As crianças das Américas*, reduz o número para 8 milhões.

Não se conhece com exatidão quantas crianças da América Latina e do Caribe se encontram em circunstâncias especialmente difíceis, porém estimativas globais dão indícios de sua gravidade: 6 a 8 milhões de crianças maltratadas ou abandonadas; 30 milhões de crianças trabalhadoras; 8 milhões de crianças na rua... (UNICEF, 1992, p. 18, quadro 6 *apud* ROSEMBERG, 1993: p. 72 – 73)

Em relação ao Brasil, em termos de estimativas, Rosemberg considera que:

³⁶ LANDERS, Cassie. **A cry for help: UNICEF response to street children in the third world**, 1988.

³⁷ UNICEF. **As crianças das Américas: Sobrevivência, proteção e desenvolvimento integral da infância, na década de 1990**. Santa Fé de Bogotá, Colômbia, 1992.

Simultaneamente às estimativas mundiais e sobre a América Latina, pessoas e instituições brasileiras e estrangeiras avançaram estimativas sobre crianças abandonadas no Brasil, muitas vezes identificadas também como crianças “carentes” e “de rua” e, mais recentemente, “trabalhadores infantis”. Assim, criança carente, abandonada, trabalhadora, de rua, foram expressões usadas indiscriminadamente por muitos durante a década de 80, unificando, sob o mesmo rótulo simplificador, a diversidade de situações de vida de crianças e adolescentes empobrecidos. Criança de rua consistiu, para alguns, sinônimo de pobreza. Neste contexto de imprecisões conceituais, as estimativas variaram de 49,6 milhões a 1 milhão no período compreendido entre 1982 e 1993. (ROSEMBERG, 1993: p. 73)

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), segundo a autora, foi uma das instituições nacionais que mais produziu cifras do período da década de 1980 até o começo da década de 1990. Sua sucessora, o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), também pode ser elevada à mesma condição.

Assim, em 1985, o encarte da publicação Retrato do Brasil (dezembro de 1985) divulgava as estimativas da FUNABEM de que existiriam no Brasil 7 milhões de “menores” abandonados (20% do total de menores carentes) dos quais “a FUNABEM só atende 6%”, mencionando como fonte uma entrevista concedida pelo então presidente daquela instituição, Nelson Alves Aguiar, ao Diário Popular. (ROSEMBERG, 1993: p. 73)

Essa instituição nacional manteve durante uma década a tradição de empregar a expressão “criança abandonada”, divulgando, através de seus presidentes, as estimativas.

Assim, Marina Bandeira, então presidente da FUNABEM em 1987, afirmava em entrevista à revista Tempo e

Presença: “A OEA calcula 25 a 30 milhões de crianças abandonadas ou filhos de famílias de baixa renda. A FUNABEM fixa o número de 25 milhões. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito apontou 32 milhões, cifra equivalente à população da vizinha Argentina” (ROSEMBERG, 1993: p. 73)

O jornal *O Grito*³⁸ estimou em 8 milhões o número das crianças e adolescentes nas ruas.

Estimativas extra-oficiais indicam que, aproximadamente, 45 milhões de crianças e adolescentes brasileiros sobrevivem em condições subhumanas. Desse total, 12 milhões de abandonados nas cidades e nos campos e cerca de oito milhões, sem qualquer vínculo familiar, disputando as ruas, especialmente nos centros urbanos... (O Grito, 1988: p. 1 *apud* ROSEMBERG, 1993: p. 73)

No interior da “dança dos números”, além da imprecisão conceitual e das superestimativas, houve uma estigmatização das famílias, das crianças e dos adolescentes pobres.

À dimensão epidêmica do fenômeno (como vimos falava-se em milhões), acrescentava-se uma descrição anedótica do que seria o comportamento típico dessa criança e de sua família, algumas vezes pomposamente batizada de “estudo de caso”. (ROSEMBERG, 1993: p. 75)

Podemos encontrar exemplos dessa estigmatização em Olmena³⁹ e em um relatório elaborado por uma comissão enviada ao Brasil, representando a Federação Internacional dos Direitos

³⁸ Jornal *O Grito*, nº 0. Brasília, junho de 1988. Órgão de divulgação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua do Brasil (MNMMRB).

³⁹ Dissertação de mestrado em saúde pública defendida na Universidade de Minnesota (EUA) em 1989 (dados bibliográficos não fornecidos pela autora).

Humanos e a Associação Internacional dos Juristas Democratas (AIJD)⁴⁰. Respectivamente:

“Neste exato momento, milhões de crianças no Brasil estão vivendo nas ruas e enfrentando grande sofrimento. Freqüentemente, filhos e filhas de famílias pobres, geralmente tendo pais dependentes de drogas (chemically dependent). Podem ter sido abandonadas ou deixado suas casas por diferentes razões. Nas áreas mais pobres do país, como no Nordeste, podem ter sido vendidas para prostituição. Também podem ter sido abusadas em suas casas e fugido.”(Olmene, 1989: p. 18, *apud* ROSEMBERG, 1993: p. 75)

Muitas personalidades já relataram o que acontece aos menores abandonados no Brasil. Trinta milhões segundo alguns, 32 a 36 conforme outros. Os rapazes se tornam *naturalmente* delinqüentes (roubo, assalto, ataque a idosos etc.) e as meninas são prostitutas com pouca idade [grifo da autora]. (Federação Internacional dos Direitos Humanos e AIJD, 1987: p. 106, *apud* ROSEMBERG, 1993: p. 75)

Segundo estimativas desta delegação, em relação à prostituição infanto-juvenil, o Brasil teria 5 milhões. Outra estimativa, publicada pelo jornal *Mulherio*⁴¹ em 1987, citando como fonte o UNICEF, coloca a cifra de 2 milhões. Mostra-se dessa maneira a imprecisão da base de cálculo:

As estimativas de 5 milhões, 2 milhões ou 500 mil prostitutas infanto-juvenis remetem, obrigatoriamente, a um número inimaginavelmente alto de homens adultos brasileiros que abusariam sexualmente de meninas e adolescentes. Se a lógica que vem direcionando a construção destas estimativas sobre prostituição infantil fosse aplicada ao prostituidor, possivelmente a população masculina adulta brasileira

⁴⁰ Relatório de uma comissão enviada ao Brasil (dados bibliográficos não fornecidos pela autora).

⁴¹ Dados bibliográficos não fornecidos pela autora.

estaria sob suspeita de, pelo menos uma vez em sua vida, ter “abusado sexualmente de menores”, o que, no plano das políticas públicas, implicaria na extensão do judiciário, no desenvolvimento de programas para “reeducar o homem brasileiro” ou no aumento intenso de vagas nas prisões. (ROSEMBERG, 1993: p. 79, nota 10)

Rosemberg questiona as cifras, atentando para:

O intrigante é que a divulgação dessas estimativas ocorreu, no final da década de 80, simultaneamente à realização de contagens de crianças e adolescentes em situação de rua em algumas capitais latino-americanas e cidades brasileiras que chegaram a estimativas bastante baixas, mas que não conseguiram a mesma divulgação que as cifras astronômicas. (ROSEMBERG, 1993: p. 75)

A visibilidade que os filhos das classes populares têm tido pela ocupação de espaços onde, em princípio, não deveriam estar, transforma-os em “problemas sociais” estatisticamente definíveis, o que, no limite, significa estarem à mercê dos supostos projetos governamentais, de organizações de atendimento ou na mira do extermínio. Essas têm sido as “instâncias” responsáveis para “administrar” e “resolver” os problemas daqueles que estão –ou são colocados – em um “beco sem saída”.

Podemos inscrever, também, nestes novos enfoques que criticaram a visão discriminatória dos jovens das classes populares a investigação de Helena Wendel Abramo⁴².

⁴² ABRAMO, Helena Wendel. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. In: **Revista Brasileira de Educação**, n^{os} 5 – 6, número especial, São Paulo: Anped, 1997, pp .25 – 36.

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis: Punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Página Aberta/Anpocs, 1994.

Em um estudo sobre culturas e estilos juvenis, esta autora, faz um balanço sobre as pesquisas do tema “juventude”, para analisar os grupos *dark* e *punk* nos bairros da cidade de São Paulo. Não só questiona e problematiza essas investigações – inclusive aquelas consideradas clássicas no estudo da temática “juventude” no Brasil, como a de Marialice Foracchi, Otávio Ianni, entre outros – como rompe com algumas das mesmas, que, segundo a autora, viam a juventude, no Brasil, com exceção dos movimentos estudantis dos filhos da classe média na década de 60 e início da década de 70, sempre de forma negativa. Segundo seu ponto de vista, as investigações sobre esta temática, nesse período, reiteravam as manifestações estudantis e juvenis como tendo atingido “o grau máximo de utopia e de capacidade de interferência nos acontecimentos sociais.” (ABRAMO, 1994: XIII). Essa fixação acabou por cristalizar uma como que “essência” da condição juvenil enquanto portadora de utopias e de projetos de transformação, que nega a historicidade e os diversos contextos em que se constituíram os vários grupos juvenis.

Essa projeção universalizadora da juventude fez com que a geração jovem mais recente aparecesse principalmente marcada pela negatividade, pela ausência de capacidade de reflexão crítica da ordem social, pela passividade em relação aos valores e práticas inscritas nas tendências sociais atuais. Isso só foi possível porque essa fixação e as interpretações dela resultantes desconsideraram as dimensões sociais e históricas dos vários grupos juvenis e suas expressões como respostas vinculadas às suas realidades.

A negatividade em relação aos grupos juvenis expressa-se ao relacionar juventude e cidadania.

...toda vez que se relaciona a questão da juventude à da cidadania, seja pelos atores políticos seja pelas instituições que formulam ações para jovens, são os “problemas” (as privações, os desvios) que são enfocados; todo debate, seminário ou publicação relacionando esses dois termos (juventude e cidadania) traz os temas da prostituição, das drogas, das doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez precoce, da violência. As questões elencadas são sempre aquelas que constituem os jovens como problemas (para si próprio e para a sociedade) e nunca, ou quase, questões enunciadas por eles, mesmo por que, regra geral, não há espaço comum de enunciação entre grupos juvenis e atores políticos. Nesse sentido, o foco central do debate concentra-se na denúncia dos direitos negados (a partir da ótica do adulto), assim como a questão da participação só aparece pela constatação da ausência. Ou seja, os jovens só estão relacionados ao tema da cidadania enquanto privação e mote de denúncia, e nunca – ou quase nunca – como sujeitos capazes de participar dos processos de definição, invenção e negociação de direitos. (ABRAMO, 1997: p. 28)

Em artigo de Carlos Alonso Barbosa de Oliveira e Wilnes Henrique⁴³, também, a abordagem é feita numa perspectiva crítica em relação às análises que atribuem à pobreza as opções ou incapacidades dos indivíduos, chegando à conclusão de que “a reprodução da pobreza no país é o espelho de uma sociedade conservadora e de um Estado também conservador, dominado por interesses privados e por uma coalizão de classes que exclui a presença das camadas subalternas” (OLIVEIRA e HENRIQUE, 1990: p. 28).

⁴³ Carlos Alonso Barbosa de Oliveira e Wilnes Henrique. “Determinantes da pobreza no Brasil: um roteiro de estudo”. In: **São Paulo em Perspectiva**, 4(2), São Paulo: SEADE, abril/junho 1990.

Os autores constroem sua análise econômico-histórica, a partir da comparação da realidade brasileira com a de outros países europeus, em particular a França. Eles afirmam que os movimentos migratórios ocorridos em vários países europeus, no século XIX, em função do processo de industrialização, não atingiu uma parcela significativa do povo francês tal como aconteceu com os alemães, italianos, etc. Isso deveu-se ao fato de a burguesia francesa ter sido acossada por movimentos proletários, tendo de buscar o apoio do campesinato, como uma política tarifária que impedia a importação de produtos agrícolas. Preservou-se assim a pequena produção independente no campo e bloqueou-se o processo de proletarização.

Outro exemplo com o qual pode ser mostrada a maneira pela qual os países centrais superaram as miseráveis condições de vida de expressivas parcelas da população no pós-guerra é o da generalização dos sindicatos e dos gastos sociais do Estado. Observam os autores que o dinamismo econômico dos “anos gloriosos” foi condição necessária, mas não suficiente, para explicar o encaminhamento dado à questão social. A generalização da presença sindical retirou dos mecanismos de mercado a fixação dos salários, possibilitando a elevação dos rendimentos reais dos trabalhadores. Isso não ocorreu como resultado imediato do processo de crescimento econômico, pois a atuação do setor público foi decisiva na criação de empregos. Os mecanismos de redistribuição de renda derivados da ação estatal foram também essenciais para a superação da pobreza. A Alemanha, a Inglaterra e a Suécia podem ser consideradas exemplos de redistribuição de

renda via ação estatal, pois a carga tributária que superou os 40% do PIB permitiu ao Estado manter uma infinidade de programas sociais.

Por esses exemplos históricos, os autores sugerem que não se pode explicar a questão da pobreza simplesmente considerando-se a especificidade da estrutura econômica. Há de se considerar também os processos políticos e a maior ou menor presença dos interesses das classes populares na atuação do Estado. No caso brasileiro, seria equivocado explicar a maciça presença de miseráveis por um suposto baixo grau de desenvolvimento nacional. Fazem a seguinte consideração:

Ao contrário do que ocorreu em grande parte dos países da América Latina, cujas economias são ainda agrárias e pouco dinâmicas, o capitalismo brasileiro demonstrou notável capacidade de crescimento no pós-guerra, caracterizando-se hoje por sua estrutura produtiva integrada, dominada pela indústria. Ora, é evidente que este crescimento econômico poderia ter sido acompanhado por melhorias generalizadas nos padrões de vida da população e, na atualidade, a capacidade produtiva do país, considerada dinamicamente, suportaria programas de erradicação da miséria [...] manifesta-se hoje no Brasil um gritante descompasso entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e os padrões de consumo de grande parte da população. (OLIVEIRA e HENRIQUE, 1990: p. 27)

Então, para eles, as razões da reprodução da pobreza no país devem ser buscadas a partir de três eixos explicativos: a questão agrária, a especificidade do mercado de trabalho e as formas das políticas sociais.

No caso da questão agrária, apesar da agricultura brasileira dinamicamente ter respondido às necessidades da industrialização

e do processo de urbanização, são marcantes os baixíssimos padrões de vida da população rural, formas de dominação arcaicas que perduram até hoje em certas regiões e, o que é mais importante, uma estrutura fundiária baseada na reprodução da grande propriedade, barrando o acesso à posse da terra à maior parte da população. Além disso, fatores como: dominância da grande propriedade, o processo de modernização impulsionado pela ação do governo aumentando a produtividade do trabalho mas reduzindo a capacidade de geração de empregos nas áreas de fronteira, a sobrevivência, em certas áreas, do latifúndio tradicional, a pobreza dos trabalhadores rurais, a super-exploração, a proibição dos sindicatos e a ausência de políticas sociais na área rural resultaram num êxodo rural espantoso.

O processo de urbanização derivado das condições elencadas caracterizou-se pela sua rapidez. A urbanização do país se processou num curto período de tempo, com uma velocidade sem paralelo na história de outras nações.

A fragilidade da burguesia industrial brasileira fez com que se mantivesse intocada a estrutura fundiária do país, não apenas sacrificando os trabalhadores rurais, mas configurando um mercado de trabalho urbano extremamente desfavorável aos assalariados. Apesar do dinamismo da geração de empregos, com a aceleração da migração das áreas rurais de um imenso contingente populacional, este não foi totalmente absorvido pelo mercado de trabalho formal. Assim, acumulam-se nas metrópoles uma grande maioria de marginalizados, vivendo de atividades informais ou de subemprego, associados aos baixíssimos

rendimentos. As razões para a manutenção dos salários em níveis baixos no Brasil devem ser buscadas tanto na ausência ou debilidade do movimento sindical como também nas políticas salariais do governo.

Nos períodos de expansão econômica, décadas de 60 e 70, se contássemos com um movimento sindical que fosse atuante, as grandes empresas teriam elevado os salários de amplas categorias de trabalhadores, num ritmo que acompanhasse os aumentos de produtividade. Não podemos nos esquecer de que nos anos 30 40, o Estado atrelava a si o movimento sindical ou o considerava forada-lei e, após 1964, a legislação conservadora praticamente proscreeu a ação sindical. A política salarial, após 1964, encaminhou-se claramente no sentido do arrocho salarial.

Em relação às políticas sociais, o Estado brasileiro pouco atuou no campo social. Após 1964, agiu de forma limitada e não compensatória; quanto à primeira, porque a efetiva arrecadação de impostos no país é reduzida e também porque os recursos foram preferencialmente encaminhados para atenderem e estimularem o crescimento econômico e não para a área social; quanto à segunda, as políticas sociais foram financiadas principalmente por meio de contribuições sociais pagas pelos próprios trabalhadores. E, no campo dos gastos sociais do Estado, é necessário lembrar que a definição e implementação das políticas sociais estiveram condicionadas às regras de apropriação e aos interesses privados. Isto é, não apenas aos interesses burocráticos, corporativos e clientelísticos, mas atendendo também à rede hospitalar privada,

aos fornecedores de insumos e equipamentos, aos empreiteiros, aos proprietários de terras urbanas, aos agentes financeiros, etc.

Alba Zaluar, em seu artigo “Exclusão social e violência”⁴⁴, considera que, durante todo o período autoritário, a conceituação de pobreza que prevaleceu para a aplicação das políticas sociais pelo Estado foi a de carência material, caracterizando-as como assistencialistas, paternalistas e clientelistas. Para ela:

[embora] pensadas em moldes estatais, na verdade essas políticas guardaram continuidade flagrante com a assistência social privada baseada na caridade e na ação filantrópica, visto que, como estas, mantêm-se fragmentárias, episódicas, instáveis e apresentando-se como um “dom” ou favor aos necessitados. Suas bases foram: grande centralização de decisões e comando financeiro aliado à pulverização de recursos nos níveis estadual e municipal; fragmentação institucional e programas superpostos que resultaram na atuação de forma compartimentada e competitiva entre as instituições; a burocratização e emperramento dos órgãos das áreas sociais; ausência de participação e controle dos interessados; manipulação e vinculação dos serviços aos interesses políticos eleitorais; e, principalmente, descontinuidade da ação devida à manipulação política e à iniquidade do desenvolvimento. (ZALUAR, 1992: p. 115 – 116)

Essa interpretação prejudicou e obscureceu a compreensão de vários aspectos relacionados aos direitos da cidadania – civis, políticos e sociais – entrelaçados até mesmo quando se trata de políticas sociais. Neste caso, desigualdade foi interpretada no plano social apenas como diferença material, sem vinculá-la também às desigualdades políticas e jurídicas. Houve um duplo

⁴⁴ ZALUAR, Alba. “Exclusão social e violência”. In: SEVERINO, Antonio Joaquim (Org.). **Sociedade civil e educação**. Campinas, SP: Papirus: Cedes/Ande/Anped, 1992.

reducionismo: o de confundir a pobreza ou a desigualdade social com a privação absoluta em sua manifestação concreta mais evidente – a fome; o de reduzir a cidadania aos direitos sociais elementares. Tanto um como o outro são graves, mas o segundo caso foi a armadilha que impediu o entendimento de que a participação política e o acesso do cidadão à Justiça estão entrelaçados à sua condição de usuário dos serviços públicos. A falta de uma visão integrada de cidadania marcou as propostas, especialmente as dirigidas aos jovens, em particular, as educacionais.

Nos anos 80, para Zaluar, vai perdurar a concepção assistencialista e, talvez, clientelista, servindo de baliza para os variados e descontínuos programas estatais de assistência aos pobres, em especial aos “menores”, apesar da retórica sobre a cidadania.

Para o senso comum, confundir a pobreza e a desigualdade com privação absoluta cristalizou ideologicamente a idéia de que pobreza gera crime e violência:

(...) Tanto no discurso que faz desta idéia a justificativa para a repressão violenta às classes populares, quanto para os que a utilizam na retórica de defesa da política social voltada para o atendimento aos setores mais pobres da população. De fato, no último caso, cai-se na armadilha de uma concepção autoritária de cidadania e a retórica vale-se de uma ameaça para justificar ou exigir o que deveria ser, mas nem sempre foi, apresentando como um direito desses setores. Ambos os discursos se sustentam na idéia do perigo aliado à pobreza, ou no conceito de classes perigosas para fazer dos pobres o foco de uma intervenção estatal montada

na ameaça da suposta violência deles. (ZALUAR, 1992: p. 117 – 118)

Marilena Chauí⁴⁵, em um artigo sobre a questão da violência, define a mesma não pelo viés da transgressão de regras, normas e leis aceitas, mas pelo da reificação: “um indivíduo (humano ou não) é transformado de sujeito em coisa” (CHAUÍ, 1980: p.16). Essa “definição” grosseira, segundo ela, tem uma finalidade precisa: retirar a violência do contexto que a define como transgressão de regras e de leis para pensar estas últimas como portadoras de violência. Isso permite colocar tal conceito, originariamente, do lado da sujeição e da dominação, da obediência e de sua interiorização e, não do lado da violação dos costumes e das leis. Desse modo, seria mais pertinente encarar a violência como “um conjunto de mecanismos visíveis e invisíveis que vêm do alto para baixo da sociedade, unificando-a verticalmente e espalhando-se pelo interior das relações sociais, numa existência horizontal que vai da família à escola, dos locais de trabalho às instituições públicas, retornando ao aparelho do Estado” (CHAUÍ, 1980: p. 16).

A importância de focalizar tal tema associado ao exercício da dominação é o fato de se poder assim perceber com certa clareza o caminho que conduz à construção do mito da não-violência brasileira. Ele é construído graças a um processo de exclusão social e histórica preciso, cuja finalidade é admitir a existência inegável da violência, mas fazendo-a aparecer para assim negá-la. A primeira forma de aceitação-negação da violência é tomá-la como um acontecimento esporádico ou acidental e não

⁴⁵ *Op. cit.*

como constitutiva da própria sociedade brasileira. A violência é tratada como reação de “baixo para cima”, portanto, como violação; como acidental ou ocasional, fruto inesperado do descompasso entre as leis e os costumes; circunscrita à esfera da criminalidade: como transgressão do direito da propriedade e da vida, portanto, ação perpetrada pelos extratos mais baixos da classe trabalhadora. A repressão que desde sempre recai sobre os trabalhadores, a distância estabelecida entre o poder político e a sociedade não podem aparecer como exercício de violência. Então, esta se configura como excepcionalidade e acidente.

Os jovens em condição de rua, por seus contextos, por suas estratégias de sobrevivência e, muitas vezes, pela ação contrária a permanecerem na “invisibilidade”, como têm sido obrigados milhares de crianças e jovens dos mesmos espaços em que se originaram os primeiros, são colocados como transgressores da ordem, ignorantes do “verdadeiro” bem social. Isto, por si só, tem garantido a legalidade e a legitimidade de práticas violentas contra os mesmos que vão desde o extermínio até as formas paternalistas de supostamente resolver o problema do “menor”.

Esses autores, sobre os quais fizemos essa breve referência que, discutem vários aspectos da produção, reprodução e representação da pobreza no Brasil, foram apoios importantes para a compreensão da realidade dos jovens em situação de rua, que, uma vez oriundos das “camadas subalternas”, não apenas são os mais atingidos pela exclusão, como ficam “tutelados” pelas “políticas assistenciais” do Estado conservador.

Esta sumária revisão de alguns dos enfoques assumidos pela literatura sobre o tema esteve presente na análise da pesquisa empírica, voltada a entender a construção/desconstrução das identidades dos jovens em seus contextos, por meio das formas com as quais eles as representam e as apresentam.

Capítulo 3

IDAS E VINDAS: AS ANDANÇAS, ATRAVÉS DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Nossa primeira tentativa de entrar em contato com organizações que trabalhassem diretamente com crianças ou jovens em condição de rua fez com que nos deparássemos com uma situação de mudanças no quadro administrativo por parte de uma das organizações. Essa organização era pública, a Casa Amarela, um projeto da prefeitura de Campinas que teria como finalidade “alocar” as crianças e jovens em suas diversas oficinas de trabalho, percebendo-lhes proventos variáveis, dependendo da oficina.

As crianças e os jovens que participavam do projeto na época em que procuramos os responsáveis, final de 1997, não faziam parte dos denominados em “condição de rua” ou “em situação de rua”, senão como estes, todos fossem oriundos das classes populares. A situação na organização estava tensa, pois os educadores contratados com verba do BID tinham sido dispensados, em virtude do convênio ter sido extinto e, para substituí-los, estavam ingressando os profissionais concursados pela prefeitura. Não pudemos sequer conversar com a coordenadora, pois esta também estava para ser substituída. As crianças e os jovens manifestavam-se contrariamente às demissões dos educadores.

Fomos avisados por uma das educadoras de que a Casa Amarela não atendia “crianças e jovens estruturados na rua”. Esta

era a denominação dada pelos educadores, assim como pela organização, aos jovens que seriam alvo da nossa investigação. Esta classificação parece-nos ser uma espécie de “confinamento” dos jovens a uma sociabilidade que começaria e terminaria nas ruas, o que, a nosso ver, não se confirma.

O projeto Casa Amarela tem como objetivo prioritário atender às crianças e aos jovens, denominados pelos educadores de “crianças e jovens em situação de risco”. Nessa classificação, para a organização assim como para os educadores, estão as crianças e os jovens que, na rua, encontram-se em situação de mendicância, no mercado informal ou outras que não caracterizem que os mesmos estejam envolvidos com o narcotráfico ou usem constantemente drogas. A forma classificatória já mencionada encara a “condição de rua” como um processo sem volta em que crianças e jovens tornaram-se definitivamente “perdidos” para qualquer outra alternativa – como se, para eles, houvesse muitas –, permitindo àqueles agentes diferenciarem arbitrariamente vários “tipos” de jovens que buscam sua sobrevivência na rua.

Vale a pena atentar para a descrição que faz Fragella⁴⁶, a partir de uma conversa que teve com participantes do projeto. Ela não explicita, em seu relato, que função ocupavam. O que nos interessa é sua observação sobre o projeto Casa Amarela, seus fins e a quem se destinava:

⁴⁶ FRAGELLA, Simone Miziara. “Capitães do asfalto’: a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas ‘de rua’ em Campinas”. Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP: Campinas, 1996.

O trabalho da Prefeitura de Campinas é ainda mais contundente quanto à divisão – de rua/na rua. Quando perguntei sobre o trabalho com crianças carentes, eles me explicaram que havia quatro tipos de atividades, atendendo a idades diferentes, ligados a espaços diversos, todos com intuítos profissionalizantes e educacionais. Dos quatro, havia uma Casa Aberta (casas que normalmente funcionam como lugar de acolhida, oferecendo comida, e atividades pedagógicas), a Casa Amarela, que trabalhava com as crianças que estavam na rua, com exceção dos *drogaditos*. Perguntei quem eram os *drogaditos*. Estes eram as crianças e adolescentes que tinham uma ruptura efetiva com a família, não desejavam sair das ruas, e já estavam envolvidos com drogas. Para estes a Prefeitura não tinha nenhuma política de atendimento, salvo alguns educadores da Casa Amarela, que às vezes atendem os pedidos ocasionais dos *drogaditos* [grifo da autora]. (FRAGELLA, 1996: p. 102)

Pelo esclarecimento desse falante, mesmo que não seja esta a forma unânime pela qual a organização e demais funcionários entendem o que sejam os “estruturados nas ruas”, é fundamental sublinhar a sua vinculação direta e inexorável no uso recorrente das drogas e a rua, pela expressão “*drogaditos*”.

Concretamente, a Prefeitura Municipal tem oferecido aos jovens em situação de rua a intervenção emergencial dos educadores sociais, contratados pelo SARES (Serviço de Acolhimento e Referenciamento Social), atrelado ao DAFCA (Departamento de Assistência à Família, à Criança e ao Adolescente). Sua ação limita-se a recolhê-los em alguma organização de abrigo de forma provisória ou simplesmente retirá-los dos locais impróprios, porque geralmente os educadores são acionados pela denúncia dos donos de lojas, bares, etc.

No segundo semestre de 1997, também entramos em contato com os educadores da Pastoral do Menor de Campinas, pois, segundo informações, era uma das poucas, senão a única organização a trabalhar com crianças e jovens em condição de rua, uma vez que o projeto do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e da Casa Aberta não estavam mais atuando com essas crianças e jovens, em Campinas.

Só retornamos à Pastoral do Menor de Campinas em 1998, para acertos referentes à nossa participação junto aos trabalhos da instituição. Nossa participação e atuação com os educadores deu-se de março até dezembro de 1998, período em que concluímos nossas observações participantes nas ruas, as entrevistas com os jovens em condição de rua e com os jovens que haviam passado experiências similares.

Definimos um total de 12 entrevistas, das quais 6 com entrevistados que estavam “em situação de rua” enquanto os outros 6, já haviam passado pela experiência. Deste grupo, apenas uma das pessoas era do sexo feminino.

A categoria pela qual identificamos esses jovens é importante porque, ao nosso ver, recusa as adjetivações que os reduzem ao próprio espaço o qual, por força das situações e da quase ausência de opções, ocupam. Nessa perspectiva, jovens “em situação de” e não “meninos de” possibilita-nos problematizar como uma experiência particular de inúmeros jovens e crianças oriundos das classes populares, nas ruas, pode ser compreendida não como fruto do subdesenvolvimento, da desigualdade, da opressão, da ausência sequer dos direitos elementares, mas como

expressão de uma identidade reificada e aprisionante: “meninos de rua” e “meninas de rua”.

As observações participantes com idas às ruas 3 dias por semana, para o contato com os jovens, foram cumpridas assiduamente. Articuladas, as entrevistas e as observações participantes, possibilitaram-nos entender a apresentação e a representação de cada jovem entrevistado em seus diferentes contextos. Nesse sentido, elas foram atividades complementares, pois, em relação aos jovens em situação de rua, julgamos menos adequado fazer somente uma entrevista com cada um, sem acompanharmos suas andanças pelas ruas ou pelas organizações de atendimento ou organizações repressivas de diferentes formas. Essa combinação de recursos foi importante por que nos permitiu entrevistar os mesmos jovens em diferentes contextos.

Para que realizássemos as observações participantes e as entrevistas com os jovens, sendo estas últimas num total de 6, foi fundamental nos inserirmos nas atividades realizadas, cotidianamente, pela Pastoral do Menor. Com exceção de uma entrevista com um jovem interno na Unidade de Acolhimento Provisório da FEBEM, as 5 restantes foram realizadas por intermédio desta organização. Além da abordagem dos jovens nas ruas, fazíamos, também, visitas às casas de alguns que tinham saído delas, a algumas Unidades Educacionais da FEBEM em que se encontravam internos, às organizações responsáveis por tratamento contra a fármaco-dependência e às prisões, onde se encontravam alguns dos jovens que tinham vivido tal situação.

A maioria das entrevistas realizadas com os jovens que já haviam saído das ruas foram possíveis, também, graças às indicações e ao empenho dos educadores da Pastoral. Apenas um desses contatos, com um adulto do sexo masculino, não se passou conforme tais circunstâncias.

Paulatinamente, fomos nos aproximando dos jovens que estavam em situação de rua, e dessa maneira desconstruindo, para nós, as “imagens negativas” sobre os mesmos. Conceitos gerados no bojo dos controles sociais que recaem sobre eles, na forma da repressão violenta levada adiante pelos agentes da segurança pública e da sociedade civil, e das “representações” estigmatizantes dos meios de comunicação, como jornais, televisão, rádios, etc., acabam modulando, queiramos ou não, a relação dos mesmos com os outros e vice-versa. Para isso, foi muito importante nosso contato cotidiano, possibilitado pela observação participante e pelas entrevistas.

Vivendo pelas ruas, morando em locais provisórios, dedicando-se a múltiplas atividades temporárias, os jovens que investigamos têm características de vida, comportamento e linguagem muito semelhantes. Dentro das suas condições de vida, o fato de encontrarem-se em situações de infração pode ser uma questão bastante circunstancial.

As entrevistas foram realizadas somente depois de longos contatos com os jovens, em que pudemos explicar-lhes o que estávamos pretendendo, construindo vínculos com eles de tal forma que já éramos encarado como “medianamente confiável”. Não nos esqueçamos de que nós, em situação de pesquisa com

jovens “mergulhados” na adversidade, por mais que fôssemos conquistando sua confiança, não deixaríamos de ser intruso, para quem as informações deveriam ser controladas e diante de quem, se necessário fosse, acionariam “a identidade máscara”.

Perguntávamos a eles se podíamos gravar as entrevistas , o que pôde ser feito sem oposição explícita ou sem conflitos declarados. Sem dúvida alguma, estarmos acompanhando o trabalho de uma organização facilitou nossos contatos com eles. O que julgamos necessário destacar aqui é o fato de só ter sido possível participar das vidas desses jovens, em termos dos vários espaços em que eles “circulam”, – voluntariamente ou não – devido ao “trânsito institucional”, porque parece-nos que ou eles são “capturados” para o interior das organizações repressivas públicas ou, na forma assistencialista, abrigados em organizações de atendimento privadas. Quando estão nas ruas, há um monitoramento por parte de algumas organizações, ou mesmo de agentes públicos de repressão, com o intuito de tê-los sob controle.

A relação dos jovens com as organizações de atendimento que trabalham diretamente nas ruas não é livre de tensão, pois elas têm de estabelecer um processo de negociação constante, em função das exigências desses jovens. Parece-nos que são estes o que “informam” qual o trabalho pedagógico a ser utilizado, e não o contrário. Então, tais atividades não se realizam por meio de um “método”, mas atreladas às exigências desses jovens. Com isso, não queremos afirmar que eles tenham autonomia a ponto de conseguir contestar radicalmente o tipo de relação a ser

estabelecida, mas apenas que, se não quiserem ouvir ou conversar, não o farão, podendo intensificar a tensão e o conflito. Em muitas situações e no enfrentamento com determinados agentes de segurança, as formas de resistência dos jovens colocam-nos no interior – do ponto de vista destes agentes – dos “grupos perigosos”, legitimando intervenções violentas, montadas em reação à sua suposta ameaça de violência. Tais atos acabam por reprimi-los, inibindo a possibilidade de uma relação social em que resolver os conflitos, por meio da palavra, sem matar a liberdade ou a vida dos outros, seja a tônica.

As entrevistas com os jovens foram marcadas por uma permanente tentativa de manter conversas descontraídas, mesmo quando os relatos não o fossem. Elas foram abertas, contendo 3 grandes temas (organizações de atendimento, família e rua), por meio dos quais eram desenvolvidas as questões e conversas. Ao longo das entrevistas e observações participantes, um tema de fundamental importância que emergiu foi o “espaço do crime”, estritamente vinculado ao papel da FEBEM, configurado, na representação desses jovens, como organização mais repressiva do que educacional, similar às prisões.

Assim, a postura metodológica assumida – de conhecer a ação e a representação dos jovens em situação de extrema marginalização, através de sua própria voz – foi ampliada. Não só pôde dar voz aos sujeitos, como essa voz se manifestou da forma mais conveniente a eles e, ainda, as manifestações partiram daqueles que as quiseram fazer, onde se sentiam seguros para tanto.

As atividades de sobrevivência e as contínuas andanças desses jovens – originadas em contextos marcados por um processo de negociação constante que, na maioria das vezes, encenava-se pelos conflitos: de um lado, com os agentes repressivos; do outro, com os próprios parceiros de infortúnio –, ocorriam em diferentes lugares e de diferentes formas, na área central, ou em direção aos vários bairros da cidade. Com isso, as conversas não podiam se estender por períodos de tempo controláveis. Tivemos desde rápidos contatos, que duraram quinze ou vinte minutos, devido às circunstâncias próprias do local, até conversas mais prolongadas com alguns membros de um único grupo coeso, das quais os sujeitos participaram com empenho e interesse. Estamos nos referindo aqui ao grupo de jovens que limpava o pára-brisa dos carros no semáforo.

Um dos aspectos que aproximava esses jovens, em termos de experiência, era o fato de serem “seqüestrados” para o interior das organizações repressivas ou, em algumas, de atendimento, como internos. Terem vivido essa experiência era comum, também, para aqueles que não mais faziam parte dos que estavam “em condição de rua” – como constatamos pelas entrevistas. Suas idas e vindas, do espaço familiar às várias organizações de abrigos, até o “seqüestro”, como internos em uma das organizações repressivas, constituíam-se em itinerários quase obrigatórios.

Pelas narrativas dos jovens, ficava nítido que suas passagens pelas organizações de atendimento ou repressivas estavam permeadas por alguma forma de discriminação por parte

dos funcionários, ou mesmo de violência física. Podia-se inferir, também pelas mesmas, que estar “em situação de rua” estava muito longe de se concretizar na liberdade que supostamente seria a marca das ruas.

Nossas andanças pelas ruas para o trabalho de abordagem com os jovens geralmente se davam no período da tarde e, nos últimos dois meses (outubro e novembro), com a proposta dos educadores de iniciarem a abordagem no período noturno, conseguimos acompanhar um deles durante duas noites. O estabelecimento do horário para a abordagem dos jovens se deu em função do seu próprio itinerário, pois, na parte da manhã, geralmente, eles estavam dormindo por terem passado a maior parte da tarde e noite, como disse um deles: “fazendo suas correrias”. Nestas, incluíam-se todas as estratégias para comer, arranjar dinheiro para consumir drogas, arrumar roupas, cobertores, fazer “bicos”, etc. Nas palavras da pesquisadora Fragella:

Os meninos e as meninas pipavam o *crack* a noite toda, iam dormir de manhã; acordavam lá pela hora do almoço e iam roubar ou pedir dinheiro. Então, compravam comida, ou guardavam o dinheiro para a droga. Mais ou menos às 15h eles iam “mocoçar” para outra pipada. Às 18h, aproximadamente, voltavam às ruas para conseguir mais dinheiro. À noite, voltavam a se mocoçar. Isto tudo indica que quando saíamos às duas, os meninos estavam comendo ou indo ao Vila Rica em busca de drogas. No início do trabalho de acompanhamento, com todos esses complicadores, não era sempre que podíamos encontrá-los. (FRAGELLA, 1996: p. 130)

Durante o período da investigação, quer nas entrevistas com os jovens, quer nas abordagens dos mesmos nas ruas, ficou

evidente o maior número de jovens do sexo masculino do que do feminino. Esta relação, também, mantém-se quando verificamos a cifra de jovens internos na Unidade de Acolhimento Provisório da FEBEM de Campinas, respondendo por “situações infracionais”.

Ferreira⁴⁷ levanta uma hipótese de que as jovens se fixam com maior constância nas ruas quando se envolvem mais concretamente com situações infracionais e, principalmente, com o sistema de exploração da prostituição. Em suas observações sobre as casas dos jovens entrevistados, ela constata que as jovens desde muito cedo assumem as obrigações de todos os deveres domésticos, o que as mantém extremamente ocupadas durante todo o dia, mal restando tempo e condição para sequer freqüentar a escola.

Vamos considerar essas observações da autora como plausíveis e assim como ela, não generalizaremos, pois assim teríamos de aprofundar nossas investigações. No nosso caso, não entrevistamos nenhuma jovem em situação de rua, já que, apesar de termos conseguido marcar com uma delas, ela faltou a todos os nossos encontros. As outras jovens que conhecíamos, ou estavam nas prisões, ou internas nas Unidades Educacionais da FEBEM.

Encontrar as jovens na condição de encarceradas – e os jovens, em outras prisões que visitamos –, fez com que nos remetêssemos ao questionamento sobre a produção da delinqüência, em que esta se projeta sobre aquelas sob a forma de

⁴⁷ FERREIRA, Rosa Maria Fischer. **Meninos da rua: Expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo: CEDEC/Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1979.

periculosidade. A atribuição do significado segundo o qual elas devem ser consideradas “perigosas” em potencial se dá, não tanto sobre se o que fizeram está em conformidade ou não com a lei, mas em nível do que podem fazer, do que são capazes ou estão na iminência de fazer. Como reitera Foucault⁴⁸ : “A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos, não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam” (FOUCAULT, 1999 : 85).

O exercício do controle social, por parte dos órgãos repressivos e dos seus agentes de segurança, está assentado, em muitos casos, sobre virtualidades, principalmente em se tratando dos jovens das classes populares, que são reduzidos a pobres, sujos e brutos. Esta redução está calcada na pressuposição de existência de um “tipo delinqüente” que já está definido *a priori* por certos traços físicos e mentais e que é colocado como atavicamente transgressor.

Esta visão faz “tábula rasa” da realidade histórica. Caso contrário, ao invés de reiterar este tipo de controle, estaria problematizando-o.

Foucault, ao relacionar a construção dos saberes jurídicos às práticas sociais, fá-lo-á a partir da vigilância, do exame. Estes, exercidos ininterruptamente sobre os indivíduos por aqueles que de alguma forma tem supremacia para tanto, não só

⁴⁸ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

produzem a sujeição, mas constituíram os saberes jurídicos. Como observa ele:

Um saber que tem agora por característica não mais determinar se alguma coisa se passou ou não, mas determinar se um indivíduo se conduz ou não como deve, conforme ou não à regra, se progride ou não, etc. Esse novo saber não se organiza mais em torno das questões “isto foi feito? quem o fez?”; não se ordena mais em termos de presença ou ausência, de existência ou não existência. Ele se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer. (FOUCAULT, 1999: p. 88)

O mais importante é enfatizar que a articulação entre práticas sociais e produção de saberes, em particular, os jurídicos, coloca-se como processos de assujeitamento e controle que vão ser exercidos pelas classes mais altas, pelo detentores do poder, sobre as camadas mais baixas, as camadas populares. Na forma de penalidades, o poder se torna assim instrumento das classes ricas sobre as classes pobres, das classes que exploram sobre as classes exploradas, o que confere uma nova polaridade política e social. O bispo Watson, em 1804, segundo texto citado por Foucault (1999), reitera quais seriam as finalidades das leis:

As leis são boas, mas infelizmente, são burladas pelas classes mais baixas. As classes mais altas, certamente, não as levam muito em consideração. Mas esse fato não teria importância se as classes mais altas não servissem de exemplo para as mais baixas. (Watson, *apud* FOUCAULT, 1999: p. 94)

Pelo que nos diz este texto, temos que as leis são boas para os pobres; infelizmente os pobres escapam às leis, o que é realmente detestável. Os ricos também escapam às leis, porém isso não tem importância alguma, pois as leis não foram feitas

para eles. Mas, como os pobres seguem o exemplo dos ricos, se estes últimos não respeitarem as leis, aqueles não o farão. Por isso o bispo conclama os ricos:

Peço-lhes que sigam essas leis que não são feitas para vocês, pois assim ao menos haverá a possibilidade de controle e vigilância das classes mais pobres. (Watson, *apud* FOUCAULT, 1999: p. 94)

A prisão, a forma de reclusão e punição mais comum nos nossos dias, segundo Foucault, não era uma pena do direito no sistema penal dos séculos XVI e XVII. Os legistas eram perfeitamente claros a este respeito. Eles afirmavam que, quando a lei punisse alguém, a punição seria a condenação à morte, a ser queimado, a ser esquartejado, a ser marcado, a ser banido, a pagar uma multa, etc. A prisão não era uma punição.

Tal punição é uma invenção do século XIX e, segundo ele, na França, tem sua origem em uma prática para-judiciária da *lettre-de-cachet*. Esta era uma ordem do rei que concernia a uma pessoa, individualmente, obrigando-a a fazer alguma coisa. Na maioria das vezes era instrumento de punição, sendo a polícia a responsável pelo seu cumprimento. Com ele, o monarca poderia fazer com que os indivíduos fossem abatidos pelo exercício de seu poder soberano ou, em muitos casos, atender aos muitos pedidos de indivíduos demandando que outros fossem punidos ou obrigados a fazer o que queriam. As dezenas de milhares de *lettre-de cachet* enviadas pela monarquia eram, na verdade, solicitadas por indivíduos diversos, como maridos ultrajados por suas esposas, pais de família descontentes com seus filhos, famílias que

queriam se livrar de um indivíduo, dentre inúmeros outros pedidos de caráter punitivo.

O indivíduos ou pequenos grupos interessados em obter as *lettres-de-cachet* solicitavam-nas ao intendente do rei. Este fazia um inquérito para saber se o pedido era justificado. Quando isso se confirmava, ele então escrevia ao ministro encarregado do assunto, solicitando o envio, que permitia a alguém prender sua mulher que o engana, seu filho que é muito gastador, sua filha que se prostitui ou o cura da cidade que não demonstra boa conduta, etc. Quando uma *lettre-de-cachet* era enviada contra alguém, este não era enforcado, nem marcado, nem tinha de pagar multa, mas era colocado em uma prisão e nela deveria permanecer por um tempo fixado previamente.

Fica claro, com isso, que a vigilância e o controle social eram exercidos por um aparelho de Estado, aliás fortemente investido de interesses particulares, que tinha como sanção principal o internamento nas prisões ou em outras instituições de reclusão.

As observações de Foucault sobre as formas de controle e vigilância na história da França nos ajudou a compreender as políticas públicas levadas adiante pelo Estado brasileiro, sobretudo no que diz respeito à educação.

Encontramos um exemplo da rígida estratificação social que tem prevalecido nesta área na sociedade brasileira do século XIX, quando as crianças e os jovens das classes populares eram, em sua maioria, analfabetos, os da elite aprendiam alemão em

casa com preceptores, os filhos de comerciários estudavam em escolas públicas, os de médicos, num colégio particular leigo, os de advogados numa escola religiosa e os filhos de famílias aristocráticas ou recentemente enriquecidas podiam ser educados em colégios internos.

O Estado não garantia – ainda não garante – instrução a todos. A maioria da população era analfabeta. Os ex-escravos e os seus filhos jamais pisariam numa sala de aula. O número de escolas era insuficiente em relação ao crescimento demográfico. Enquanto as crianças e os jovens de recursos tinham várias alternativas, restava ao pobre lutar por um lugar na escola pública. Teria de conciliar os serviços prestados em casa, a contribuição para a economia doméstica, uma ocupação temporária ou mesmo um emprego, com horas livres para estudar.

Em um contexto marcado pelo controle na forma da repressão, como o vivido por esses jovens, ora eles expressam o conformismo, ora a revolta. Esta alternância, muitas vezes abrupta, dependendo de como e com quem se dá a interação, muitas vezes legitima a reação violenta dos órgãos e agentes repressivos ou assistencialista e paternalista. Esta relação ambígua pode ser observada em termos dos conflitos e contradições gerados nas relações em que a tentativa é impor uma “forma padrão” de juventude ancorada na perspectiva da classe média. O resultado, muitas vezes, oscila entre conformismo e revolta, uma vez que as oportunidades não são distribuídas de forma justa entre os diferentes estratos sociais.

Estas desigualdades sobrecaem nos indivíduos, transformando-se, ao serem vividas pelos mesmos, em patologias e disfunções, cristalizadas na delinqüência juvenil. Assim, esta última é vista como conseqüência da pobreza, da ruptura dos laços familiares, das condições precárias de moradia e lazer. Para os “reformadores sociais de plantão” somente uma educação adequada ou a segregação poderia restituir esses indivíduos a um futuro minimamente aceitável. Com efeito, as instituições totais – prisões, reformatórios, internatos, etc. – seriam os únicos espaços em que se poderia promover a “reintegração”, “ressocialização”, reeducação, etc.

No centro dessas preocupações com a juventude e a infância, formou-se uma teoria a respeito da delinqüência juvenil que, delineada pelas práticas reguladoras, incidiu fortemente sobre os filhos das classes trabalhadoras. Nesta perspectiva, desaparece o “sujeito em situação”, cabendo aos indivíduos se adequarem à realidade como “suportes” desta. Se as estratégias construídas por estes “indivíduos suportes” forem a negação da legalidade e dos pilares da sociedade de mercado, cairão na “malha fina” dos agentes repressivos do Estado, tendo estes projetado sobre aqueles a condição de inimigos, portanto, elimináveis.

Nossas observações participantes e as entrevistas com os jovens foram cruciais para que pudéssemos apreender os vários espaços em que os mesmos “circulavam” e “viravam-se”, assim como os contextos de cada um. Elas fizeram com que não compartimentalizássemos os vários espaços em que esses jovens

se situam, tornando-os estanques, pois, apesar das especificidades de cada um, estão articulados pela própria experiência de “circulação” e “viração” desses jovens e seus familiares.

Para os autores com os quais dialogamos na discussão sobre a literatura – e com os quais concordamos – a “circulação” tem sido uma experiência antiga das classes populares, tanto para garantir a sobrevivência de seus membros quanto a forma de socialização, quer da infância ou da juventude desses segmentos. Esta referência é importante, uma vez que possibilita não criarmos um “abismo” entre os jovens em situação de rua e os que permanecem em suas casas, nas favelas ou nos bairros populares, transformando aqueles em “seres exóticos”, “fora do lugar”, como que se tivessem uma dinâmica tão autônoma, quase que independente de situações vividas.

Não é isto que percebemos ao entrevistarmos os jovens e acompanharmos seus percursos. A princípio no entanto, faz-se necessário que os apresentemos.

O primeiro a ser entrevistado, não o podemos colocar na lista dos jovens, muito menos na daqueles que estão em situação de rua. Thales é funcionário público, entre 35 e 38 anos, que viveu nas ruas de Campinas na primeira metade da década de 70. Seu percurso, sua história estão entrelaçados com a dos “anos de chumbo”, um dos períodos mais autoritários, dentre inúmeros e recorrentes que esse país viveu.

A importância da entrevista de Thales está inclusive na forma pela qual ele se refere à situação dos jovens e crianças que estão nas ruas. Ele, em uma de suas afirmações, chega a

diferenciar sua situação, vivida na década de 70, da de hoje, experienciada por jovens e crianças em situação de rua, dizendo que estes estão “no céu”, em relação a ele e seus companheiros da década de 70.

O segundo a ser entrevistado foi Danton. Um jovem entre 16 e 18 anos que limpava pára-brisas de carros num cruzamento de duas avenidas de Campinas. Ele e seus companheiros não moravam em Campinas, mas estavam assiduamente “tramando” neste local todas as vezes que fomos fazer abordagens nas ruas. Outras vezes o encontramos em outros locais, conversando com outros companheiros que estavam “tramando” em um outro semáforo. Hoje ele se encontra internado em uma das Unidades Educacionais da FEBEM, por ter descumprido a medida em que ele estava enquadrado, antes de sua fuga, e “57”, como eles referem-se ao artigo do Código Penal nº 157: latrocínio.

Persival foi nosso terceiro entrevistado. Encontramo-lo na casa da Pastoral do Menor várias vezes com sua atual companheira, juntamente com Arnaldo, outro jovem a quem entrevistamos. O primeiro estava morando com sua companheira em uma pensão e tinha planos de levar este último para morar com eles. Viveu 6 meses nas ruas durante o ano de 1995. Tinha entre 18 anos e 20 e não era de Campinas, mas de uma cidade vizinha.

Ele era, segundo sua narrativa, um jovem atípico em sua experiência nas ruas de Campinas, pois que não usou drogas e nunca esteve “na função”. Segundo ele, era um “bobinho”. Essa autodenominação pode ser colocada em suspensão por sua

resposta, quando perguntei-lhe se fora agredido na rua, assim como sua resposta à pergunta sobre o termo “apavorar” e o desdobramento deste:

Você foi agredido na rua?

Não, eu nunca fui agredido por outros jovens. Além de eu ser bobinho... Mas eles vinham pedir dinheiro... Me apavorar, como é a “língua da rua”, mas eu sempre tinha um negócio mais forte, que eu não deixava eles me apavorar, eu apavorava primeiro, para não ser apavorado, porque eu tinha aprendido isso na rua.

O que é apavorar?

Apavorar é um outro moleque chegar em você falar: “aí, mano, vai dando o que você tem aí que o negócio é o seguinte: eu estou na pior e quero tudo o que você tem”.

Quando isto acontecia o que você fazia?

Eu falava para ele: “aí, mano, eu também estou na pior, fazendo minhas correrias, certo... Se vai querer roubar ladrão agora... Se quiser ver uma parada, a gente vê já” Aí os caras já queria sair na mão; se não queria, eles falava: “aí, está certo, então, falou, beleza.”

O quarto jovem que entrevistamos foi Arnaldo, amigo de Persival. Ele tinha entre 18 e 19 anos e tinha vindo da área rural de uma cidade de Minas Gerais, juntamente com o pai e seus irmãos. Ele dizia que estava nas ruas desde os 7 anos de idade e conta assim sua vinda para as ruas:

É o seguinte: meus pais bebia demais... Então... Meu pai espancava minha mãe... Então... Separaram. Ao separar, meu pai veio parar em Campinas. Ele começou a judiar demais de nós; saiu, para a rua, eu e meu irmão mais velho. Saiu um trombadinha e usava muita droga. Depois de um tempo, parei e fiquei vendendo bala no Windsor [cinema]. Isso dos 7 anos aos 15 anos. Comecei trabalhar na padaria Orly, ficando 1 ano, saindo depois de um tempo, retornando nas drogas e hoje estou aqui.

Encontrávamos com ele, geralmente, de manhã, dormindo no alpendre de uma casa vazia e fechada, próxima à Pastoral do Menor ou à tarde e à noite, no centro da cidade. Estava na região central, segundo nos dizia, fazendo trabalho de vigilância para uma casa de bingo ou para os proprietários dos carros que estavam estacionados. Hoje, Arnaldo está morando nas dependências de uma organização religiosa.

O quinto jovem entrevistado foi Túlio. Ele tinha entre 17 e 19 anos. Ele e seus três irmãos tiveram experiências nas ruas. Durante um tempo, namorou uma jovem também em situação de rua, com quem teve um filho. Encontrávamos com ele nas abordagens de rua em vários locais da cidade.

Túlio, em sua entrevista, conta quem é ele:

Ah! Eu me vejo como jovem humilde, evito arrumar encrenca com os outros, tenho amizade com a maioria dos menores que ficam na rua, assim eu vou vivendo, até o dia que Deus quiser.

Hoje, ele está preso, por ter tentado assaltar o caixa eletrônico de um banco.

O sexto jovem a ser entrevistado foi Selênio. Tinha entre 15 e 16 anos e sua mãe morava em uma cidade vizinha à de Campinas. Ele, no período da entrevista, estava sempre em contato com Túlio. A maior parte das informações que tenho dele foi obtida nas observações participantes, quer na sede da Pastoral do Menor ou na casa reservada pela mesma para que os jovens pudessem tomar banho e lavar suas roupas, quer nas abordagens de rua, encontrando-o em diversos locais da cidade.

Ele iniciou a entrevista, respondeu três questões e ria muito, pedindo para que eu a parasse. Hoje ele está numa Unidade Educacional da FEBEM, por ter sido pego em flagrante ao tentar fazer um assalto junto a um outro garoto, portando uma faca.

O sétimo jovem a ser entrevistado foi Tristão. Ele tinha entre 18 e 20 anos, já havia saído das ruas, para onde tentava não voltar mais. Pela sua experiência as ruas de Campinas eram mais tranquilas do que as da cidade de São Paulo:

Conheci um colega que estava querendo vim [de São Paulo] aqui para Campinas e vim com ele, mas ele voltou, e eu, não; menos sofrimento.

Ele conseguiu, por um determinado período, morando em uma das favelas de Campinas, fazer parte de um projeto da Prefeitura Municipal. Conseguiu empregar-se, mas foi demitido, ao confidenciar aos funcionários responsáveis estar consumindo substância fármaco-depente. Hoje, ele e mais um jovem moram juntos em uma casa cedida por uma organização religiosa. Ambos estão trabalhando.

O oitavo jovem a ser entrevistado foi Germânio. Ele tinha entre 17 e 19 anos. Estava com Arnaldo na casa da Pastoral do Menor quando nos conhecemos. Dali a alguns meses, ele foi internado em uma organização de atendimento para se submeter a um tratamento contra a fármaco-dependência. Fomos com sua mãe e os educadores da Pastoral do Menor visitá-lo algumas vezes nesta organização. Estas visitas nos aproximaram, possibilitando que pudéssemos entrevistá-lo e conhecê-lo melhor. Em uma

dessas visitas, apareceu sua irmã, que estava terminando o 1º grau

Ele, depois que saiu dessa organização, esteve alguns meses trabalhando com outros jovens em uma madeireira. Neste interim, estava em um bairro de Campinas e foi pego pelos policiais militares com porte de *crack*, sendo surrado pelos mesmos a tal ponto de ir parar no hospital. Ultimamente, está procurando emprego, pois a madeireira em que trabalhava faliu.

O nono entrevistado foi Frâncio. Ele tinha entre 20 e 23 anos. Estávamos, eu e os educadores, fazendo uma abordagem em área de tráfico e prostituição em que fica um dos albergues municipais, quando o encontramos. De acordo com os educadores, fazia muito tempo que ele não era visto nas ruas. Ficamos sabendo que ele estava preso, saiu com o indulto de um dos feriados e não havia voltado para a prisão, ainda. Fizemos a entrevista e ele nos mostrou o centro da cidade ou, pelo menos, a forma como ele o localizava em suas andanças. Perguntávamos a ele como se localizava, uma vez que o universo da escrita lhe era estranho.

Nossas últimas informações era que ele havia saído e estava permanecendo nas ruas próximas à agência central do correio.

O décimo entrevistado foi Anderson, a quem havíamos encontrado somente duas vezes em nossas abordagens pelas ruas. A entrevista com ele foi realizada na Unidade de Acolhimento Provisório da FEBEM, quando esperava julgamento por sido pego

em situação de infração. Por tal circunstância, não pudemos gravá-la somente anotamos suas respostas.

Ele alternava sua estadia entre estar nas ruas, permanecer algum tempo em casa e nas organizações de atendimento ou repressivas.

Ultimamente ele esteve na prisão para onde não retornou, ao sair com o indulto de Natal (1999). Nesta condição de instabilidade, diríamos a “meio fio”, ele retornará, caso seja pego por policiais, à prisão.

Gesebel foi nossa única entrevistada e não estava “em situação de rua”. Ela tinha entre 18 e 20 anos. Teve um filho que não vivia com ela naquele momento. Segundo suas palavras, o responsável pela última organização, na qual permaneceu alguns meses antes de completar 18 anos, havia-a impedido de levar a criança quando deixou a instituição. Morava com um jovem que conhecera nessa organização, onde era funcionário.

Cresceu mudando de uma organização de atendimento para outra. Foi trazida para Campinas com 4 anos de idade. Como observa ela:

...eu era muito pequena, n/é. Devia ter uns quatro anos de idade. Lá [primeira organização de atendimento em que ficou em Campinas] fiquei dos 4 até os 11.

[...] Ah! No começo era bem triste, n/é, porque eu estava acostumada lá na minha cidade, n/é... Eu fui tirada de lá à força, n/é, só porque minha irmã queria me conhecer, e logo que eu cheguei que me colocaram frente à frente com ela, ela me rejeitou pela nossa diferença de cor, n/é. Porque a gente somos filha da mesma mãe, só que de pai diferente, n/é. Então a gente tem diferença de cor de

pele. Para mim, foi bastante triste, n/é, porque ela não me aceitava. Até hoje ainda não me aceita corretamente, como se fosse irmã. Então, para mim, foi bastante difícil, n/é.

Segundo ela, só havia ficado nas ruas dos 16 aos 18 anos. Mesmo durante esse período, alternava entre o espaço das ruas e o das organizações de atendimento. Ela fala das incertezas vividas, em particular, nas ruas.

Para mim, nunca existia futuro, porque eu nunca sabia o que ia acontecer, n/é. Hoje eu posso estar aqui, mas durante o dia eu via no jornal muitas coisas de pessoas que matavam meninos e meninas de rua, dormia à noite, n/é, eu via no jornal, isso aconteceu, não só em Campinas, eu não cheguei a ver o caso, mas eu via sempre em São Paulo, no jornal, n/é. Saía inclusive nas primeiras páginas que pessoas, militares, matavam os meninos à noite, dormindo. Eu nunca pensava no amanhã, porque eu sempre tinha aquilo na cabeça: “hoje eu posso estar aqui dormindo, e alguém pode me confundir com alguém, simplesmente, pode me dar um tiro. Então, para mim, pensar no amanhã não existia.”

Gesebel é uma das jovens às quais Fragella (1996), em sua dissertação, se refere, que a conheceu nas abordagens feitas juntamente com os educadores, ao longo de sua pesquisa.

O décimo segundo entrevistado foi Dionísio. Ele tinha entre 18 a 20 anos. Sua idas para as ruas se alternavam com sua permanência em casa. Era muito criança, segundo sua narrativa, 6 anos, quando começaram essas alternâncias. Mas a rua não era um espaço estranho para ele e seus irmãos. A “circulação” entre um espaço e o outro era prática muito comum para eles. Ele se encontra na prisão desde 1999.

A situação dos jovens entrevistados e acompanhados por nós nas observações participantes, tanto os que permanecem em situação de rua como os que saíram, configura-se por condições sociais precárias, pois a “integração” oferecida pela sociedade mais ampla não contempla sequer as garantias mais elementares: moradia, educação, alimentação, saúde, entre outros. Esta ausência é de tal monta que coloca em risco qualquer possível projeto de vida que tenham, mesmo em nível de sobrevivência. Na época em que terminamos a pesquisa – dezembro de 1998 – dos 12 entrevistados, 7 estavam cumprindo pena em regime fechado, quer nas prisões ou nas Unidades Educacionais da FEBEM. Esta “saída”, dificilmente poderíamos afirmar ser opção de qualquer um deles, pois ela é indicadora da gravidade das condições em que se encontram.

Neste capítulo relatamos e comentamos os principais momentos de nossa pesquisa de campo, explicitando os percursos metodológicos. No próximo capítulo procederemos ao exame das entrevistas.

Capítulo 4

Trajetórias e resistência: Negação provisória da ausência de cidadania

Pretendemos, por meio das entrevistas e das observações participantes, mostrar como os jovens modulam seus comportamentos de acordo com as maneiras como se apresentam e se representam em diferentes contextos. Como cada sujeito narra suas experiências nestes, possibilitando-nos entender a construção das “identidades máscaras” como estratégias criadas por “sujeitos em situações” marcadas pela adversidade para resistir às formas de opressão, nem sempre minando-as mas antes reiterando outras de suas formas. Dentre os vários espaços que nos permitirão entender os diferentes contextos desta construção e da vivência dos jovens em situação de rua, privilegiaremos o espaço familiar, o das organizações de atendimento e repressivas, o da rua e, muitas vezes articulado a esses, o espaço do crime.

Gostaríamos de fazer uma ressalva importante, pois termos relacionado esses espaços e os diferentes contextos de vivência desses jovens não significa que os primeiros serão analisados em profundidade, mas que aparecerão através das vivências e das representações desses últimos. Nossa intenção na análise, também, não é de torná-los espaços compartimentalizados e estanques, mas, muitas vezes, complementares, articuláveis ou excludentes entre si, segundo o movimento das vivências, força das situações adversas e as atitudes desses “sujeitos em situação”.

A ordem dos espaços estaria colocada da seguinte maneira: família, organizações de atendimento e repressivas, rua e crime. Ela não será unidirecional e nem abordada de forma a torná-los estanques, pois as situações e condições vividas por esses jovens reverberam em todos esses espaços.

Ao analisarmos a realidade desses jovens com base em seus percursos por diversos espaços, averiguaremos que estão, nas condições dessas passagens e na impossibilidade de permanência neles, a expressão de seus contínuos fracassos, produzidos, em sua maioria, não por eles, mas por uma sociedade de classes, onde a inclusão, para milhares de trabalhadores e seus filhos, tem significado simultaneamente a exclusão em seu sentido mais radical.

Pela forma de atuação da organização de atendimento cujo trabalho acompanhamos, a Pastoral do Menor, pudemos visitar os diversos espaços freqüentados pelos jovens sem muitos problemas, atentando, também, para a sua anuência a nossa proposta de trabalho.

Nossa intenção é mostrar como cada jovem entrevistado e acompanhado nas observações participantes se apresenta e representa em vários espaços e contextos, no que os jovens convergem ou divergem, em relação às suas vivências.

As entrevistas feitas com os jovens que estiveram em situação de rua foram fundamentais, para ampliarmos nossa compreensão da realidade daqueles que continuam. O que mais nos chamou a atenção foi o fato de que muitos deles, mesmo fora das ruas, estavam sempre “na corda bamba” e “no meio fio”,

devido às dificuldades pelas quais ainda passam para garantir sua sobrevivência à forma de inserção social e interações com outros, que sempre os lembram de que não são merecedores de crédito.

Para todos eles – os que estão e os que saíram –, a “viração” e a “circulação”, nas diversas formas que assumem, são comuns. Para um segmento das classes populares, estes dois processos têm feito parte de suas existências, tornando-se corriqueiros e comuns como estratégias de sobrevivência, “naturalizando-se” como inevitáveis e inerentes a tal segmento. As falas e os percursos desses jovens demonstram-nos isso, quer nas relações familiares, quer nas relações com as organizações de atendimento ou as repressivas, quer no cotidiano das ruas.

Começemos pelas formas como se apresentam e representam nas relações familiares.

A fala e o percurso de Danton, o primeiro que entrevistamos e um dos que acompanhamos nas abordagens de rua, expressavam como ele se via e, também, como os outros o consideravam.

Vejamos como ele considerava sua relação com sua mãe e sua irmã:

Minha família? Minha mãe... Minha irmã... Não gosto da minha mãe... Minha mãe puxa o saco da minha irmã... Porque minha irmã é folgada comigo... Tudo é dela lá em casa... Ela quer brigar comigo... Aí minha mãe puxa o saco dela... Então, não gosto de nenhuma das duas... Só tem nós três... Meu tio e minha tia agora, porque antes não tinha... Nós não se dá muito bem não.

Essas relações, baseadas no conflito, levavam-no a não se perguntar como se inseria nas mesmas.

Sua família nunca deixou você “na mão”?

Já ... Algumas vezes... Mas só que a hora que eu mais preciso dela, “tão”.

Quais os momentos?

Quando fui preso... Quando... Ah! Um monte de coisas... Não dá nem para falar... Um monte de coisa...

Ao projetar a “família ideal”, ele retrocedia no tempo, retomando o vivido da sua própria.

O que é família para você? Como seria família para você?

Como seria família? Ah! Que nem era antigamente... eu, meu pai, meu irmão, minha mãe, minha irmã... Ninguém brigava com ninguém... Tudo... Eu não fazia nada de errado... Aí, depois eu fui, assim, para o mundo do crime... Está certo que eu dei mancada, mas depois eu me regeneri... E agora, eles não aceita.

Em sua resposta sobre o fato de sua família tê-lo deixado “na mão” ou não, ele se contradisse, relacionando-a a um “vivido” que ele projetava como se fosse o “ideal de família”.

Em uma de nossas conversas, ao fazermos a abordagem de rua, Danton disse que o tio, “tomado” por um “Exu”, só previra tragédias para ele, além de “cagüetar” ele para sua mãe. O sofrimento seria a marca de seu percurso e teria de ser vivido como algo seu, individual e intransferível. Esta “lógica” faz com que se acentue a experiência familiar como única e exclusivamente dos indivíduos e entre os mesmos, descaracterizando, para eles, a família como uma experiência coletiva na qual muitas vezes a

situação precária, difícil e instável de um revela-se como sendo de todos.

Podemos, de forma diferente, por ser outro o contexto, observar essa “lógica”, também, pela experiência familiar de Arnaldo, já que, para ele, esta questão era um problema dos indivíduos.

É o seguinte: meus pais bebia demais... Então... Meu pai espancava minha mãe... Então... Separaram. Ao separar, meu pai veio parar em Campinas. Ele começou a judiar demais de nós; saiu, para rua, eu e meu irmão mais velho. Saiu um trombadinha e usava muita droga. Depois de um tempo, parei e fiquei vendendo bala no Windsor [cinema]. Isso, dos 7 aos 15 anos. Comecei trabalhar na padaria Orly, ficando 1 ano, saindo depois desse tempo, retornando nas drogas e hoje, estou aqui.

Assim como foi vivenciado, também, por ele e seu irmão nas ruas o primado do indivíduo.

Eu já fui um cara mais tranqüilo, mas meu irmão virou traficante... Depois largou, agora ele é crente... Meu irmão roubou, matou e fez de tudo. Eu não, fiz umas mancadinhas: roubei algumas vezes. Inclusive uma vez, fui roubar um cara, veio 8 com cano de ferro atrás de mim, mataram eu, quase mataram. A [nome da organização] que me achou depois e levou eu para casa [nome de outra organização], durante uma semana. Caí fora, porque só podia fumar um cigarro por dia, e voltei para a rua.

O percurso vivido por ele e seu irmão, dois membros de uma família, fora os outros que estão vivendo em dificuldades, seja os que ficaram em Campinas, seja os que voltaram para Machado, uma cidade do sul de Minas Gerais, foi explicado, de forma a

retirar da família sua perspectiva coletiva. Sua vivência familiar estava vinculada com a da rua.

Eu já aprendi ser um cara mais de fazer amizade. Aqui, você pode chegar em qualquer lugar, vão dizer bem de mim. Meu irmão, não. Depois de um ano nós brigamos, até hoje ele está no canto dele e eu, no meu.

[brigaram] Por causa de droga, ele me deu um couro. Eu era pequeno e ele, maior. Ele tem 22 anos e eu, 19, então, você vê a base, ele era mais grande do que eu.

Túlio e seus 3 irmãos tiveram a experiência de estar em situação de rua. No período em que foi realizada a investigação, em 1998, estavam vivendo essa experiência apenas Túlio e seu irmão mais velho. Ele, do mesmo modo, articula sua experiência de “estar na rua” com a situação de sua vivência cotidiana com os irmãos, sem se reportar às condições difíceis e precárias em que todos eles viviam.

Eu ficava em casa, e eu e meus irmãos brigava muito, comecei a vir para cidade, comecei a dormir com os camaradas, os moleques que eu ando na rua hoje em dia e fui vendo que tem uma partes que até é bem melhor a gente fica na rua do que em casa – porque não se dava bem com meus irmãos, ficava brigando direto. Comecei ficar para a rua direto, um mês encarreado. Ia para casa de vez em quando. Ver minha mãe, cumprimentava, dava uma abraço nela e voltava para a rua, e até hoje eu estou aqui.

Selênio, o mais novo de todos eles, entre 15 e 16 anos, é também aquele que estava há menos tempo nas ruas. Pela entrevista, que não terminou, o único tema que pôde ser explorado foi sobre o “estar na rua”.

Selênio, para você, o que é a vida na rua?

A vida na rua é bom.

O que é isso: “ser bom”?

É bom que a gente dorme a hora que quer, deita a hora que quer, come a hora que você quiser, faz tudo o que você tem vontade; em casa, você não faz isso.

Por que você escolheu a rua, para suas andanças?

É melhor que em casa...

Em uma de nossas abordagens nas ruas da região central da cidade, encontramos Selênio com um jovem mais velho, migrante nordestino, que estava ficando nas ruas, segundo este último, muito mais devido ao uso de drogas. Segundo sua narrativa, ele estava trabalhando em um estacionamento de carros, mas usava todo seu dinheiro para comprar *crack*. Em uma conversa informal, ele expressou sua preocupação com Selênio, pois, na noite anterior, no local em que estavam dormindo, um dos adultos que estavam com eles havia tentado enforcar o jovem, por causa de um cobertor.

Essa situação vivida por Selênio, em meio a uma série de agressões sofridas ou realizadas, talvez tenha colocado em questão, para ele, a experiência na rua como aparência de liberdade.

Em junho de 1999, ele foi pego junto com um jovem, em flagrante, por assalto à mão armada – “57”, como eles costumam se referir a esta “função”. Ele ficou 45 dias na Unidade de Acolhimento Provisório. Ele teria direito a uma Liberdade Assistida, a partir de julho, mas, por insistência da mãe, ele foi enviado a uma Unidade Educacional da FEBEM e, recentemente,

foi removido à Unidade Educacional inaugurada em Campinas em janeiro de 2000⁴⁹.

Frâncio concedeu sua entrevista em um lugar próximo a uma das áreas do narcotráfico e de prostituição, nas redondezas da rodoviária de Campinas. Estávamos fazendo o trabalho de abordagem de rua, quando ele se aproximou, começou a conversar, dispondo-se a realizar a entrevista. Depois de realizada, ele nos levou para conhecer seu “itinerário” na rua. Íamos caminhando com ele, tentando acompanhá-lo para continuarmos a conversa, mas sua única intenção parecia ser apresentar-nos para seus conhecidos.

Perguntado sobre sua família, ele considerou que:

Minha família, a minha gosta de mim, minha mãe gosta de mim, meu pai gosta de mim, se eu sair de casa hoje, se eu sair de casa hoje, a minha mãe sempre me adorou, eu volto outro dia, dou um beijo na boca dela e ela está que estou com cara feliz. Ela é aquela mãe que eu gosto, se eu tiver madrasta, aí já, para mim, não pensar mais nada. Se meu pai arrumar outra, ele vai ficar sozinho, que com minha mãe ele ficou – batia tanto nela – que agora, “se revoltei”, se ele estiver com outra, eu não vou gostar, mas se ele estiver com outra feliz, e não batendo em ninguém, é meu irmão que está nascendo, sou filho dele.

Seu relato estava permeado, ora por uma projeção idealizada de família, ora pela vivência cotidiana das agressões e conflitos. Estes estão presentes, também, em sua narrativa, na diferença de tratamento dada aos filhos e às filhas.

⁴⁹ A Unidade Educacional de Campinas executa medida de internação, conforme artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em, mas, a partir de uma coisa que ela foi feliz, não apanhou e estou em casa e estou apanhando todo o dia... Para mim, ela se acabou, minha irmã acabou, para mim, não converso com mais ninguém, só com minha mãe.

Entrevistamos Anderson quando estava internado na Unidade de Acolhimento da FEBEM. Não pudemos gravar a entrevista, só fizemos anotações de suas falas. Ele estava extremamente preocupado com o seu julgamento, cuja decisão, na avaliação dele, poderia ser-lhe desfavorável, fazendo com que fosse cumprir sua “medida” em uma das Unidades Educacionais da FEBEM. O que não ocorreu, pois o que ficou decidido foi a aplicação de uma medida sócio-educativa em que ele prestaria serviços à comunidade⁵⁰. Essa medida deveria ser cumprida em 1999. Ele a descumpriu, sendo preso quando já havia completado 18 anos. Neste mesmo ano, no Natal, recebeu indulto e deveria voltar à prisão depois das festas de final de ano, mas não o fez. Não tendo voltado e, envolvido com o uso e repasse de *crack*, facilmente será capturado pelos agentes das organizações repressivas.

Pudemos perceber sua relação familiar ao retomarmos sua fala dirigida à educadora do Centro de Defesa, no dia de sua entrevista na Unidade de Acolhimento Provisório.

E a hora que você sair daqui?

Ah! A senhora sabe. Tem que me mandar pra casa da minha tia em São José do Rio Preto. Se eu voltar pra casa da minha mãe eu volto a usar droga. Lá não dá pra ficar. Minha mãe daquele jeito, o dia inteiro, não dá. A casa a senhora conhece, n/é.

⁵⁰ Esta decisão está respaldada pelo artigo 112, Inciso III, do Estatuto da criança e do Adolescente.

Anderson estava se referindo ao fato da mãe ser alcoolista, podendo só encontrá-la constantemente embriagada. Por esse motivo, ele foi criado por uma tia até os 7 anos de idade na cidade citada. Aos 8 anos, passou a residir com os pais em um pequeno barraco de madeira em um dos bairros de Campinas.

Com essa idade passou a estar mais presente nas ruas centrais de Campinas, interagindo de forma contínua com outras crianças e jovens que já estavam em situação de rua. Passou circunstancialmente por várias organizações de atendimento na condição de abrigado. Até os 13 anos, em suas experiências nas ruas, usava somente drogas inaláveis, como cola de sapateiro e esmalte. Com essa idade, começou a usar *crack*.

A segunda temática a ser considerada, com base nas entrevistas e, em conversas com os jovens nas ditas abordagens, foi sobre as organizações de atendimento e as repressivas.

Danton, nas entrevistas e nas abordagens, deu ênfase à sua experiência nas organizações repressivas. Ele começou narrando como foi parar na FEBEM:

Eu matei um moleque. Eu fui roubar um moleque, ele reagiu, eu matei ele. Depois de 15 dias me “caguetaram”, cataram eu em casa dormindo, levaram para a FEBEM, fiquei um dia no 5º distrito, 7 dias no 1º distrito, 45 dias na Unidade de Acolhimento Provisório, 6 meses na Imigrantes, 18 dias na Tatuapé, e fugi.

Em seguida, ele falou de seu cotidiano no local.

Meu dia... Se é que pode chamar de dia... Era só ficar sentado, na Imigrante, não podia levantar, fazer nada. Tinha que pedir para mijar, cagar, para andar... –

Desculpe da palavra, mas é... Agora, na Tatuapé, não. Era lazer.

Como foi sua experiência na FEBEM? Como se vivia lá?

Não tinha negócio de grupo. Tinha a turma de Campinas. Não tinha rixa. Tudo mundo estava no mesmo veneno, todo mundo preso. Mas pode sobrar umas porradas...

Sua resposta em relação ao relacionamento dos jovens com os funcionários:

Ah! Nem tem um relacionamento com aqueles sem-vergonha, não. Só os “caguetas” é que tem. Aqueles caras são folgados, eles batem em nós, depois querem ter um relacionamento com nós, não tem nem idéia com aqueles sem-vergonha, mais “prego” que o maluco.

Você acha que a FEBEM tem alguma serventia?

Para muitos serve... Quem é que ia querer ficar preso de novo lá? Os que entra lá sabe qual é o veneno. Só que é a maior patifaria lá dentro.

Que patifarias são essas?

Os monitores dando porrada; meu relatório, que só vinha ruim.(...) Eles chamavam nós de ladrão... só... tudo era: “O ladrão, vem cá”... Só assim.... Maluco... Desse jeito: “Ô, maluco, chega aí...” Como eles tratavam nós? Deixava a gente no pátio, quem desse mancada, levava couro, quem não desse, não levava... Tratava nós de maneira rígida, n/é... Só... Uns cusão que se juntava de monte para bater. Isto que dava raiva, então vinha um só, se fosse sozinho, dava para dar umas porradas... Fazer o quê...

O processo de controle e vigilância, também, vinculava-se às formas de avaliação da organização repressiva sobre os internos.

De dois em dois meses você assina um relatório: enquanto não for bom, o juiz não deixa você sair. Você precisa de 4 ou 5 boas para sair.

Você obteve isso?

Só ruim, nenhum bom.

O que você fez?

Fugi. Já que eu não saio de um jeito, saio de outro.(...)

Como foi? Foi emocionante. Fizemos 4 facas e um revólver de papelão, enquandramos todos e saímos fora. Só não fugiu quem não quis, porque estava todo mundo trancado dentro do banheiro, só os piralhos do lado de fora, os guardinhas. Ou de burro.

Para Danton, as formas de resistir à repressão da organização pareciam uma aventura. De forma imediata, essa forma de resistência teve como efeito sua fuga e a dos demais, caso o quisessem; mas o circuito pelo qual constrói seu percurso não o fará voltar de novo à prisão? No caso dele e de muitos outros jovens em situação de extrema marginalização, o que muitas vezes, é vivido como aventura, transforma-se em alibi para que as organizações repressivas exerçam seu poder de forma legítima, exterminando a vida de muitos jovens oriundos das classes populares.

Danton reforçava de maneira ingênua a legitimidade do aparelho repressivo.

O que o enquadra e o coloca na cadeia ou na FEBEM? Quem são esses que fazem isto, que lei é esta, quem são essas pessoas?

Quem pega são os policiais, lógico, quem me enquadra são eles, quem coloca na FEBEM, também.

São os policiais? Não há outras pessoas?

Tem também, um pouco [eu]. Porque se eu não fizesse, eles não vinham, profissão deles.

O juiz explicou para você por que estava mandando você para a FEBEM?

Não precisava nem falar... porque eu matei o moleque.

Baseado em que ele deu essa sentença para você? Você sabe?

Baseado porque eu era folgado... Eles são folgados...

Danton, em sua fala, oscilava entre sua culpabilização e a dos agentes da organização repressiva. Além dessa oscilação, que acaba legitimando a ação repressiva, podemos vê-los expressarem uma visão dicotomizada entre o certo e o errado.

Na fala de Arnaldo, esta relação está colocada de maneira mais explícita.

Arnaldo, quais são as coisas que, para você, são certas ou erradas?

O certo: evitar as drogas, não roubar, pedir, quando está com fome; errado é o contrário do certo.

Germânio, também, faz essa mesma relação:

Certo, para mim era eu trabalhar, ajudar minha mãe, estudar, ter uma família; o errado é... Bem dizer, eu já nem sei com eu fui parar na rua, por causa das droga, mas eu não tive assim uma, como eu fui para lá. Aí fui tudo ao contrário: parei de estudar, de trabalhar, de pensar em ter uma família, pensava na droga, só.

A afirmação de Germânio traz a valoração do que ele entendia por certo, mas que, “em situação de rua” – principalmente quando sua ação, para ele, reduziu-se à procura pelas drogas – relativizava-se e tornava-se quase nula. Já a de Arnaldo enfatiza o contraste com o cotidiano vivido nos vários espaços em que esses jovens são obrigados a “circular” e as

estratégias implementadas por eles para subsistirem em condição de rua.

No período em que fizemos a pesquisa, Arnaldo tinha mais proximidade com a Pastoral do Menor. Em sua fala, expressava sua visão positiva sobre o atendimento da mesma.

O que você pensa das organizações de atendimento, em Campinas, para os jovens em condição de rua?

Ah. Esse negócio de Casa Amarela, Casa Dia, Fazenda do Padre Haroldo. Isso tudo não vira nada, porque até hoje o que sei que ajuda é só a Pastoral do Menor e a casa de São Francisco de Assis.

Como você vê o atendimento dessas duas que você citou?

Pastoral do Menor: super 10, eles ajuda. São Francisco de Assis: turma que sai pedindo, levam para uma casa grande, um padre paga o aluguel da casa e ali a turma vai tomar banho, comer e dormir.

Arnaldo salientou o aspecto assistencial e paliativo que estas organizações, lidando com situações agudas criadas pelas desigualdades sociais e ausência de cidadania, tem tido. A Pastoral do Menor e outras organizações ligadas aos movimentos populares têm de enfrentar cotidianamente fortes sinais de impotência frente à demanda e necessidades dos jovens em situação de rua. Isso ocorre mesmo estando inseridas em um órgão de decisão em termos de políticas públicas para determinados segmentos da população juvenil, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

Tanto os jovens que estão em situação de rua como os que estiveram, de uma forma ou de outra são obrigados a procurar pelo que as organizações de atendimento têm a oferecer. Tristão e Gesebel pareceram ser os que mais reconheciam os benefícios

trazidos em sua maneira de viver pela estadia nas organizações de atendimento, sem deixar, no entanto, de pontuar os limites das mesmas e suas resistências a elas em algum momento. Pondera Tristão:

Acho que elas representa para mim um lugar que pode ajudar a pessoa; não pode ajudar totalmente, porque a pessoa que é viciada em droga, a que não é viciada também, ela não precisa de entrar num lugar, para se recuperar, depende de si próprio, para poder se recuperar. Então, tem muita pessoa que fala que você tem de se internar, para se recuperar das drogas; não é por aí: a pessoa, se ela quiser largar das droga ou largar de qualquer coisa [pelo] que ela viciada, é só querer que ela larga. Essas instituições são mais para poder incentivar a pessoa a não pensar em droga, fazer sempre atividades. Eu aprendia muitas coisas em relação a cursos, escolas, várias e várias outras coisas. Cada instituição por que eu passava, eu aprendia um jeito a mais de viver, um jeito de pensar diferente. Então, cheguei à conclusão que toda essa instituição que tem, bem dizer, no mundo inteiro, não é para fazer a pessoa largar da droga, porque a pessoa não larga da droga pela instituição, a pessoa larga por si própria, ela tem de pensar na vida dela, o que ela quer no dia de amanhã, porque se ela não pensar assim, acaba indo tudo para o fundo do poço.

*A que achei mais legal foi a [organização de atendimento], não só ela, como foi o [nome de outra organização]. A [nome da primeira organização] não era totalmente legal, legal. Saía as briga nossa, as discussão nossa, por besteira, mas cada dia que passava, a gente ia aprendendo uma coisa diferente, mudando nosso jeito de ser. No [nome da segunda organização], eles incentivava muito a gente a fazer, não uma coisa que a gente queria, mas sim o que a gente ia precisar, uma hora ou outra, para o nosso futuro, para o dia de amanhã. Então, nós sempre parava e pensava isto, nós tinha obrigação, e tinha que cumprir desde o começo ao fim, se nós desistisse, a punição seria cumprida **[A punição seria cumprida? (Intervenção do entrevistador)]**. A punição seria cumprida, nós ficava*

sem ir para o passeio, sem nos divertir com os outros colega, sem assistir televisão, sem brincar, sem jogar vídeo game. Daí a gente ia vivendo, aprendendo, como muita gente fala.

Mesmo que Tristão pontuasse as positivities das organizações, ele não deixou de resistir às formas de padronização das mesmas, principalmente, porque aquelas, para ele, desarticulava a “circulação” pelas ruas.

Passado um ano e alguns meses, eu conheci a [nome da educadora], acabei pegando amizade com ela, e ela começou a ajudar a gente na rua, e falou que iria ser aberto uma casa para moleque de rua. Nesse tempo, também, peguei amizade com muita gente na rua e começava a roubar, junto com eles, usar drogas de vários tipos, mas nunca tomar baque. Um dia, que estava tempo de chuva, eu e um colega meu estava andando na rua, estava passando mal, perto da praça, bati na porta da casa e veio a [nome da educadora] e uma outra mulher e perguntaram o que era e enfiou a gente para dentro. Tomamos banho, ela deu um pijama para a gente, aí por diante, foi aberta a [nome da organização]. Pegamos amizade com os monitor, veio mais crianças. Comecei a me sentir muito preso ali dentro. E, nessa que sentia muito preso – porque no final de semana podia sair e só voltava muito tarde não tinha para onde ir – se voltasse para a rua, a casa não aceitava que a gente trouxesse droga. Uma vez, eu peguei um abajur novo, estourei o abajur e botei fogo, ligando na tomada. Aí, o monitor entra – não sei o que deu na minha cabeça – bati com a vassoura e tudo explodiu. Fui mandado embora para a rua e comecei a fazer tudo o que tinha deixado de fazer: roubar, usar drogas, apanhar da polícia.

Gesebel viveu, segundo sua narrativa, dos 4 aos 16 anos em organizações de atendimento. Na investigação, realizada por Fragella em 1996, em suas abordagens nas ruas, a presença dessa jovem nas ruas e as conversas entre as duas eram rotineiras. Neste período, ela tinha 16 anos.

Ela relata suas passagens por essas organizações:

[falando sobre sua infância dos 4 aos 11 anos] *Posso dizer que nesta instituição eu não tive, porque era uma instituição religiosa, n/é. A gente tinha mais que ir para a igreja e ficar rezando terço. Então quem fazia minha infância foi eu mesmo, porque eu sou uma pessoa que gosta de bastante aventura, eu subia no muro, corria atrás de pipa, eu era um verdadeiro moleque, n/é. A freira achava que eu estava prejudicando a instituição, porque eu levava as outras criança a querer soltar pipa comigo, pular o muro, ficar correndo, soltar o cachorro, ir no parquinho escondido. Quando eu completei 11 anos de idade, ela [a freira] me levou até a Vara de Infância e me disse “daqui meia hora eu volto para te buscar”, e nunca mais voltou.*

[Na outra organização de abrigo] *No começo foi muito difícil, n/é, porque eu não conhecia ninguém, tive a minha vida no começo e logo que eu saí da minha cidade, foi logo para aquela primeira organização, e lá só tinha meninas. No [nome da organização] era diferente: tinha meninas e meninos. Para mim foi meio difícil, sempre fugia, fugia, mas eu nunca conseguia chegar onde eu queria, chegava na metade do caminho, a polícia já me pegava e já me levava para o [nome da organização] de novo. Para mim, foi – sei lá – bastante triste, porque eu não conhecia ninguém, a minha vida era viver fugindo, apanhando. Eu briguei com uma das funcionárias. Lá dentro, a gente se pegou meio feio, e ela me machucou, isto ninguém levou adiante o caso, deixou por ali mesmo, foi resolvido entre a assistente social. Ela não perguntou o que tinha acontecido, nada. Ela deu razão para a funcionária. Para mim foi bem difícil. [...] Eu fugi, a polícia me levou de volta, e ela: “essa menina, só foge, foge” e pegou e me deu um tapa na cara, eu não gostei da atitude dela e parti para cima dela. E foi aí que a gente brigou.*

Tristão e Gesebel levantaram uma questão, vivida de forma angustiante por todos esses jovens: 18 anos completos. Esta idade, para os jovens, coloca-os de acordo com a maioria penal e, em caso de ato infracional, sob os cânones do Código Penal.

Esta alteração faz com que haja uma confluência entre o “imaginário social” e a efetivação da punição prescrita pelo Código Penal, sendo projetada pelos “sujeitos” a implacabilidade da Lei, em seu caráter repressivo. Sem contar que, para a efetivação do “cumpra-se a lei”, foram sistematizados saberes na forma do Código, manejados, incipientemente, pela maioria que sofre a sanção. De acordo com a maioria penal, legalmente os jovens tornam-se responsáveis para responderem pelos seus atos, tendo-se aí perda da inimputabilidade⁵¹.

No caso dos atos infracionais, para crianças e jovens até 18 anos incompletos, as penalidades e demais implicações para os mesmos estão previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir da maioria legal, ou seja, aos 18 anos completos, os jovens passam a responder, em caso de “situações infracionais”, pelo Código Penal. Além disso, ocorrem outros agravantes, como assinalaram Tristão e Gesebel.

Tristão, como foi essa coisa de você passar pelas organizações de atendimento?

Na [nome da organização de atendimento] era totalmente diferente da [nome da organização anterior]: lá era mais rígido; então, tinha que arrancar toco, tinha de fazer flexão, era punição que machucava a pessoa. Durante o tempo que fiquei lá, um ano e alguns meses, pelo menos durante um ano, nunca aprontei. Mas por causa de um desacordo que teve lá, por causa de um jogo, anunciado em jornal – e o pastor [nome dele] deixou eu ler o jornal –, o monitor invocou comigo, eu bati boca com ele, falei que iria falar para o pastor, e o monitor disse que se eu ia, a punição iria dobrar. Depois disso resolvi ir embora,

⁵¹De acordo com o artigo 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “São plenamente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei.”

voltando para a rua. Procurei a [nome da educadora]. Arrumou para mim ficar no [nome da organização de atendimento], e me mandaram para a [nome da organização de atendimento] de novo, fazendo lá vários cursos: garçom, culinária, indo trabalhar de garçom. Me arrumaram meu emprego na empresa municipal de transporte. Tinha parado de usar [drogas]. Estava trabalhando há um ano, saí da fazenda, fui morar sozinho, dentro da favela, aí dei uma recaída, fui explicar para o patrão e ele disse que ia me dar uma força, mas uma outra funcionária, que nem gostava muito de mim, falou que eu teria de ser mandado embora. Tentei falar para ela que estava sendo honesto, foi eu que contei, sendo que havia muita gente que usava e não contava, e ela reafirmou a decisão de mandar eu embora. Voltei para a [nome do local]. Não dando para mim ficar lá, eu fui ficar com o [nome do educador] na casa dele, saí de lá e fui para o [nome da organização de atendimento], fiquei alguns meses, indo depois procurar minha mãe em São Paulo, junto com o monitor. Minha mãe não gostou da idéia de eu voltar. Aí, o monitor explicou para ela que eu não podia mais voltar para a instituição, porque estava ficando de maior. Voltei para casa, depois de um mês.

Para Gesebel, completar 18 anos trouxe à tona sua crítica às organizações de atendimento.

Ah! Tem muitas pessoas que têm autoridade, eles vê que, sei lá, a gente precisa de ajuda, enquanto a gente de é de menor de idade, n/é, até os 17 anos. Depois disso, eles acham que não têm mais obrigação nenhuma, que a gente já é de maior, que a gente tem que se virar.

Ah! Eu acho errado, n/é, porque, então quer dizer que o trabalho que ele fez antes d'eu completar 18 não adiantou nada, porque sendo 18, ele teria me colocado na rua, sendo que eu não tinha para onde ir. Ele me colocou num lugar entre 4 paredes, onde mal e mal cabia a cama, n/é, minhas roupas ficava no chão, me apresentou para a dona de uma padaria e falou: "oh! ela precisa de serviço" e falou para mim assim: "o resto é com você. Se você quiser arrumar um serviço, você tem tudo na mão, já te apresentei, agora vai ter que se virar". Eu acho errado, n/é. Se eu tivesse no lugar dele, eu

colocaria no pensamento a filha, porque ele tem uma filha de 16 anos. Então, quer dizer, se a filha dele tivesse passando por tudo o que passei, n/é, quando ela tivesse completando 18 anos, o que faria: “ah! Agora você já tem 18 anos, você vai para a rua”. Não, não tem nada disso. Acho que o que fez, a partir do momento que eu completei 18 anos, acho que ele fez errado, n/é. Tudo bem, ele achar no caso que eu não deveria continuar lá, n/é, mas, pelo que eu sei, ele ganha muito bem, ganha muito bem, para manter as crianças lá. Mesmo que já fica “de maior”, sabendo que a pessoa não tem para onde ir, não tem que colocar na rua, ainda mais falando, prometendo mil coisas e acabando fazendo nada. Que nem, no meu caso, ele disse que entregaria meu filho para mim, e acabou fazendo tudo errado, entregou na mão do juiz e hoje está essa batalha toda para mim pegar o menino de volta e até agora não estou conseguindo.

Outra temática que Tristão desenvolveu é a dos “nomes frios”. Nossa hipótese é a de que estes estão relacionados a um processo de “barreira de proteção” às “identidades verdadeiras” desses jovens. Para isto, os jovens em situação de rua montam uma personagem cujas referências são “frias”, invenção pura.

O mais importante disso é que esta “invenção” é compartilhada com aqueles que têm alguma afinidade ou vínculo com quem esteja usando este “disfarce”. Em situação de internação nas Unidades da FEBEM ou nas prisões, “o nome frio” e as “referências frias” são incorporadas no “jogo” das interações, contando para isso com uma certa cumplicidade por parte dos companheiros de infortúnio. Muitas vezes, o que está em questão é a proteção contra possíveis “inimigos de morte”, ter uma “ficha limpa”, proteger a si e sua família de possíveis retaliações, etc. Em situação de rua, os motivos podem ser os mesmos ou uma

proteção em sua “identificação verdadeira”, em que ele efetivamente se reconheça.

Túlio, em sua fala, frisou sua experiência nas organizações repressivas.

Na FEBEM tive uma experiência bem chocante, porque ali os monitores não dão boi nenhum. É mão para trás, não senhor, sim senhor, se um minuto que você ficar andando de mão para frente, normal igual todo mundo na rua, eles já chega, pega você à traição e mete a mão nas costas, dá soco. Ali, quando sai uma rebelião, os monitores só falta matar os menores de tanto bater: paulada, pedaço de ferro, eles usam para bater no menor.

Túlio, como você se via, quem era você dentro dessas relações no interior da FEBEM? Como as pessoas te viam? Como você se via?

Eu já falei. Eu, do mesmo jeito que eu sou humilde aqui, eu fui humilde lá, eu sou humilde, se caso – Deus me livre e guarde – eu tiver que voltar para qualquer outro lugar pior do que lá ou melhor, sei lá. Eu sempre serei humilde, procurando o diálogo com as pessoas, evitando briga.

Em sua fala, pode-se perceber que a categoria menor, para ele, aplica-se ao classificar os jovens que estão em sua situação, internos da FEBEM, e os demais jovens. Remete-nos à prática de classificação jurídica. Talvez, isso se relacione com a sua constante experiência em instituições repressivas. Tanto que os jovens, ao perguntarem de outros e ficarem sabendo que estes estão presos ou internos em unidades educacionais da FEBEM, vão logo especificando em que artigo do Código Penal se enquadrariam.

Selênio interrompeu a entrevista. O que ficamos sabendo, em relação a sua permanência nas organizações de atendimento,

foi por meio das nossas conversas nas abordagens de rua ou mesmo em suas idas à casa da Pastoral, para tomar banho e lavar suas roupas. Sua experiência, segundo ele, foi rápida em uma organização evangélica na qual não se adaptou.

Frâncio, como Danton e Túlio, frisou sua experiência em organizações repressivas, em particular, a FEBEM.

O dia a dia na FEBEM, nós fica tudo sentado, tipo um corredor, nós fica tudo sentado... Se faz bagunça, fica tudo mundo de cabeça baixa, e com mão para cima e é aquilo... O monitor batendo em nós, agora eu não sei, porque eu não estou lá, mas no momento que estava lá puxei 2 anos, ia ficar mais 4 anos, mas eu vim embora para a rua.

Frâncio, no momento em que fizemos a entrevista e em nossos poucos encontros, tinha saído com indulto de feriado e estava na iminência de voltar para a prisão. Recentemente soubemos que ele já saiu da prisão e está de volta nas ruas.

Quando entrevistávamos Frâncio, um jovem que estava nas imediações quis gravar uma observação sobre a atuação da Guarda Municipal.

Sobre o municipal, a Guarda Municipal, eu quero falar que eles são muito violento, senhor, se você está dormindo, eles acorda queimando o seu pé, chutando o seu pé, uma vez eles poram fogo no meu cabelo, já tentaram me matar umas 3 vezes, não matou porque foi Deus, eles judiam muito. Se você está andando na rua, eles enquadra você, dando porrada, nem que não acha nada, eles bate, bate... Sei lá, essa raça... Se eu fosse matador, matava tudo esses municipal, senhor, porque eles são muito violento.

Anderson, quando o entrevistamos, era interno de uma unidade da FEBEM e, ao falar sobre a Unidade de Acolhimento Provisório, conseguia se reportar ao tratamento recebido e às suas aulas na mesma.

[gosto de] *estudar, porque é bom aprender a ler e escrever. Eu tenho vontade de aprender.*

[não gosta de] *ficar preso, de apanhar.*

De ficar preso, como?

Na tranca. [...] a gente ainda fica na tranca quando faz alguma coisa errada. É muito ruim ficar preso, ficar só, sem fazer nada.

É relevante situar aqui o caso de Dionísio, pois ele nos mostra como estar “em situação repressiva” pode fazer emergir a tentativa de metamorfoses ou a negação radical delas. Ao narrar sua permanência na FEBEM

A FEBEM, lá tinha regras, tal. A primeira FEBEM eu fiquei era [nome da Unidade]. Lá era: “sim senhor”, “não senhor”, “mãos para trás”, tinha que ficar sentado o tempo todo. Depois eu desci para o [nome do bairro], lá já era mais livre, mas, mesmo assim, eu me sentia como se tivesse na outra FEBEM, mas só que lá não tinha nada a ver. Daí, comecei a sentir que lá era melhor do que numa instituição, bem dizer assim, porque lá tinha piscina, campo, quadra, tinha tudo lá. Eu comecei a me sentir melhor, tal. Só que tinha uma coisa que era ruim, porque eu não podia sair para a rua, não podia ver a família, tinha que ficar lá dentro. Os monitores, se bagunçasse, batia, eles levava para o escritório. Lá eles batia. Então, para mim, eu tive um pensamento de querer estar saindo da rua, quando eu saísse de lá, até que lá dentro eu tive umas neuras, que começaram atacar mesmo. Eu comecei a mudar de idéia, querer sair para a rua, detonando, acabando mesmo; querer destruir todo mundo, acabar com o mundo, não só eu, não queria ir sozinho, queria levar o mundo inteiro, eu queria ser um assassino, para

mim isso não foi idéia. Depois, eu passei a querer ser traficante, lá dentro da FEBEM, mesmo. Daí eu fiz uma para saí da FEBEM. Daí, eu consegui.

A terceira temática a ser considerada por meio das entrevistas e em conversas com eles nas abordagens é sobre o espaço da rua e os diferentes contextos vividos por esses jovens no mesmo.

Danton construiu uma significação da rua em função do uso que fazia dela.

Ah! Significa meu lugar de trampo... onde eu trampo... meu viver... pagar minhas contas... Antigamente, eu estava ajudando minha mãe, agora não estou ajudando mais não porque ela está puxando o saco da minha irmã, não vou ajudar mais ela não, agora vou começar a ajudar ela, porque agora eu estou pensando, eu vi você aqui, se não eu não iria ajudar ela, ela está folgando, eu estava dando dinheiro, agora parei de dar dinheiro, a rua significa isso aí, eu preciso trabalhar na rua, não tem lugar para mim trabalhar.

A rua, em sua experiência, concretizava-se para ele como seu *locus* de trabalho. Estar no semáforo, junto com outros jovens e crianças, todos conhecidos seus, sendo a maioria dos mesmos bairros, limpando pára-brisas de carros era uma atividade que ele caracterizava como trabalho. Mas também indica algo mais importante, a nosso ver: o uso que as classes populares e seus filhos fazem da rua está no interior de uma “lógica” de sobrevivência que não projeta sobre ele uma marca exclusivamente negativa, como o fazem determinados segmentos das classes médias e altas.

Ao fazer da rua espaço de trabalho, os jovens vão sempre tentando encontrar brechas não utilizadas por outros ainda,

muitas vezes provisórias e precárias, para ganharem dinheiro e garantirem formas de sobrevivência. Dentro do quadro de empobrecimento das classes populares e difusão do narcotráfico, os jovens acabam se utilizando de estratégias, tanto para sobreviver como para fazer uso dos fármaco-dependentes, que os colocam na mira dos agentes das organizações repressivas, que por sua vez estão longe de terem ilibada e idônea reputação – a polícia, a Guarda Municipal, por exemplo.

Danton mostrou-nos como a identidade “meninos de rua” é criada por um conjunto de situações que são provisórias para ele, sem avaliar as implicações dessa “identidade máscara” que, no limite, como estratégia da “viração”, aprisiona.

Danton, geralmente, os jovens que fazem da rua o espaço de sobrevivência são colocados pela imprensa, por alguns outros órgãos, etc e tal, são chamados de “meninos de rua”. Você se considera menino de rua”?

Eu não. Lógico que não. Menino de rua é quem não tem casa. Agora eu tenho casa, não sou menino de rua, só trampo na rua.

Você tem encontrado com quem a imprensa e outros órgãos chamam de “menino de rua” na rua?

Ah! Encontrei... Tem um monte que eu conheço. Normal, eu já morei na rua também, quando fugi da FEBEM em São Paulo.⁷

Como foi isso? Morar na rua?

É ruim morar na rua, porque você passa o maior frio, não tem nada e eu ainda estava com o pé quebrado em dois lugares. Quando eu fugi, quebrei o pé ao pular o muro, dá a maior tristeza. Mas depois fui trampo e arrumei uns bagulhos na rua, joguei o dinheiro e vim embora.

Você fez amigos na rua?

Amigos não, conhecidos.

Você pode considerar que nessa experiência sua, nesse momento, poderia ter sido chamado de “menino de rua”?

Podéria. Eu estava morando na rua. Eu não ia ligar, não.

Como era seu esquema de sobreviver na rua?

Quando vivi na rua, eu não fazia nada, eu fiquei só duas vezes na rua em São Paulo. Eu pegava o baldinho de comida, ia lá, colocava na porta do restaurante, os cara pegava, depois que as pessoas comiam, colocava o resto por um real. Só para 1 real que eu fazia, eu ia querer mais o quê? Fumar, eu estava fumando, passava na rua, serrava... Eu não ia roubar, porque senão voltaria para a FEBEM de novo.

Você nunca pensou em roubar? Quando você estava na rua?

Não, lógico que pensei... Não ia roubar... Eu estava do lado de onde fugi.

Tem um jeito para fazer isso... Roubar?

Lógico que tem. Tem que pôr pânico nas vítimas. Que, às vezes, o ladrão chega, está com uma faca, as pessoas entregam tudo. Agora tem gente que tem uma PC na cintura e, do jeito que chegar, o maluco dá umas bordoadas e ainda tira o revólver.

Como é que é isso, “pôr pânico”?

Se tem que falar “na fita”, se o cara desapertar, dá o dele, chumbo no pé.

Danton explicitava possíveis formas de agenciamento para o narcotráfico

[a coisa mais importante que aconteceu, para ele, na rua] Que agradou teve sim, quando a [nome da pessoa] chamou eu para morar na casa dela, fui morar na casa dela e do [nome da outra pessoa]. A melhor coisa. Eles eram traficantes. Depois saí, fui para a rua de novo, depois vim embora.

De todos os jovens entrevistados, os que mais conseguiram explicitar como se dão as estratégias da “viração” de forma a

entrar em ação a “identidade máscara”, foram Germânio e Gesebel, jovens que não estavam mais “em situação de rua”.

Germânio esclareceu como se constituíam as formas de sobrevivência com que ele manipulava as pessoas.

Germânio, na rua vale tudo?

Vale tudo. De mim, eu manipulava as pessoas, falando que não tinha casa, não tinha mãe, não tinha pai, não tinha nada. Eles ficava com dó e dava dinheiro; ia juntando, ia juntando, ia usando [drogas]; olhar como, também, quando o pessoal parava uma família, eu falava que não tinha família, nem pai – tinha morrido. Minha mãe tinha abandonado eu, eu falava que estava com fome. Fazia três dias, sem comer e estava usando... Eu manipulava muito as pessoas: falava que meu pai faleceu, precisava de dinheiro para ajudar minha mãe, ela estava passando fome. Isto não pesava na minha consciência – hoje eu penso um pouco no que fiz, mas não fico me cobrando muito.

Germânio não teve hesitação nenhuma em se colocar como um personagem, engendrado por sua atuação. O personagem criava vida em situações em que ele tinha de convencer as pessoas de suas necessidades. Ele modulava seu comportamento de acordo com estratégias calcadas no movimento da “identidade máscara”. Ele só começou a ver este ato como estritamente negativo ao se submeter a um tratamento para usuários de fármaco-dependentes em uma organização de atendimento, imputando então a esses o fato de ter agido de forma manipuladora

[diferença entre o personagem que ele representava e ele mesmo] *Existia, porque eu já estava no efeito da droga. Bem dizer, não é eu que quero falar, é a droga que faz você falar, faz você manipular as pessoas. Hoje eu sou diferente daquela [época] lá, quando, quando eu queria*

ser manipulador, ou seja, era fácil; quando eu não queria, é só eu sem substância química, sem o álcool, sem a droga.

Germânio, você apavorou na rua? Como era apavorar e enquadrar?

Ah! Ficar drogado assim é de chegar e catar: boy, não gostava de boy. Chegava, enquadrava ele, conversava numa boa, falava que conhecia ele, estudei com ele. Aí já chegava falando que saí da FEBEM, estou drogado, estou com uma faca do lado, se ele não me der o dinheiro, eu vou sacar a faca no pescoço dele. Aí ele dava, numa boa. Aí, já ia usar de novo. [riso do entrevistador]

Gesebel tornou mais claro como, para ela, a manipulação servia para angariar simpatias. Na escola, por exemplo.

Como era o tratamento que a escola dava para você? Como era seu relacionamento com outros colegas?

Meu relacionamento era normal, n/é. A escola tratava muito bem, sempre era eu que dava prejuízo, ia para a diretoria [risos] quase todo o dia, levei suspensão; cheguei – já chegava – a pensar até em me expulsar da escola mas eu sempre com o meu jeitinho de meiga, carente, chorava: “não, porque eu preciso estudar” e acabava conseguindo que eles me desse mais uma oportunidade.

Como é que era essa coisa que você falou de ser meiga e carente?

Para mim era uma diversão, n/é, porque, no fundo mesmo, eu estava falando: “nossa, essa pessoa é trouxa, não pode ver a gente chorando, derramando algumas lágrimas, pedindo perdão que já não: “coitadinha, eu perdô, tudo bem, não precisa mais chorar”; isso, para mim, as pessoas acaba cedendo através de lágrimas, são idiotas.

Na rua, Gesebel disse que ninguém a via como “menina de rua” e como eram suas estratégias de “se virar”

[como se deu sua aprendizagem] *Me ensinar ela não ensinou, porque eu já tinha o costume também, mas assim ela não chegou a falar nada para mim, ela só falou, um dia para mim, que eu tinha que ver ela fazendo, depois disso eu tinha que fazer igual. Foi assim que eu aprendi, n/é. Ninguém sabia que...Eu não parecia menina de rua, porque eu não gostava de ficar suja, n/é, igual a elas, eu sempre tomava banho, sempre arrumava um lugar para tomar banho, vestia roupa limpa. Então quem olhava para mim não me via como uma menina de rua, era mais à noite, n/é, na hora de dormir que eu tinha que dormir junto com elas. Eu aprendi quase que praticamente sozinha, foi só visão mesmo, eu via ela fazendo, ela falava: “olha, você tem que fazer isso”, a única coisa que ela falou para mim, ela falou: “você tem que correr, tem que saber correr, se algum dia você for pega assim, n/é, você tem que ter perna para correr, ou você corre ou fica e apanha”.*

[estratégias] *Ah! Era assim, n/é, puxar relógio do pulso das pessoas, n/é, esperar pessoas nas porta de banco, depois seguir atrás. Então, era mais isso.*

Perguntada sobre a relação entre certo errado, sua resposta remete às circunstâncias.

Existia. No começo eu tinha dó, n/é. “Poxa” – Eu pensava assim – “poxa a pessoa saiu do serviço agora, trabalhou tudo isso para receber, para comprar o que tem, não é justo a gente pegar”. Só que ela falava, colocou uma coisa na minha cabeça: “mas, também, não é justo você ficar passando fome; porque se você pedir, eles não vão dar, então ou você rouba para você se manter, ou você vai ficar aí passando fome”. Foi aí então, que eu apaguei da minha cabeça, n/é, aquela dó que eu tinha e parti para ser igual a elas também.

Como vimos acima, em sua narrativa, ora ela se aproximava das demais jovens, ora marcava sua distância em relação as mesmas.

[ela, na rua, quem era.] *Ah! Gesebel ela quase não existia, porque ninguém me via como uma menina de rua.*

Eu andava sempre bem arrumada, n/é, sempre de cabelinho arrumado, de roupinha de marca, ninguém me via, como uma menina de rua, n/é, que nem eu disse, era mais à noite, n/é. Eu também não era viciada, não tinha contato com droga. Então, durante o dia, eu sempre sumia, n/é, sempre sumia de perto delas, n/é, sempre dava um jeito de ir para a casa de alguém, n/é, era mais à noite mesmo só para dormir.

Arnaldo traça um quadro do estar na rua, quando falava de suas dificuldades

Ah! mais difícil. Teve muitas. Quando vinha uns caras de fora, dando de folgado só porque a gente era pequeno; quando passava muito frio; quando ficava louco de droga, as polícias vinha, dava um couro; quando cheirava cola, a polícia passava cola no cabelo da gente. Essa época.

Ele, ao narrar suas estratégias de sobrevivência nas ruas, dividiu-as em dois momentos: o do uso ininterrupto das drogas e do ter parado.

Bom antes eu só vivia louco. Doidão, roubava, apavorava. Agora, não, estou sossegado, estou trabalhando. Agora é só alegria, só zoeira. Eu trabalho onde tem bastante gente, só que continuo morando na rua, faço segurança. Faço trampo no bingo. Agora, vou começar a tirar meus documentos.

Para Arnaldo, assim como para todos os jovens que entrevistamos e acompanhamos, a representação negativa, reiterada nas ruas pelos transeuntes, agentes das organizações repressivas e algumas organizações de atendimento, é motivo de sofrimento.

Tem muitas [tristezas]. Certas horas em que você é humilhado.

Chamar você de ladrão, quando você não tem lugar para tomar banho, chamar você de sujeira. A pessoa ver você, desvia de medo.

Quanto à polícia, organização repressiva, ele demonstrou uma visão positiva que soa como justificativa para a ação da mesma.

Bom. Nada contra. Você não fizer nada de errado, ela não faz nada para você. Agora se você fizer algo de errado, lógico, é a profissão deles.

Arnaldo, ao fazer referência às regras do “estar na rua”, apontava imposições comportamentais que, comuns a todos os jovens, nem sempre eram cumpridos.

Arnaldo, quais são as regras da rua? O que vale, o que não vale na rua?

O que vale: você não pode mexer com a mulher de malandro, não pode “cagüetar”, não pode ser rato de mocó. Porque se fizer isso, morre cedo.

O que é rato de mocó?

Você tem uma coisa e guarda, depois seu próprio amigo pega e vende.

Uma das questões importantes que merece ser explorada é a referente aos grupos.

Há grupos rivais que fazem horror na rua?

Bom. Até 1995 tinha isso: a turma da Boca do Lixo, a da Casa Aberta e da área de baixo. Eu fazia parte da área de baixo. Agora não, a maioria dessas turmas estão quase tudo morto: uns pegaram aids, outros foram mortos por traficantes. Agora acabou...Todo mundo é amigo, unido ao outro, mas tem algumas coisas.

O que é, Arnaldo, que tem?

Só briga entre si, mano a mano, um quebra o galho para o outro, por causa de droga. Tem alguns que são de

bairro e estão vindo para o outro, detonam os próprios amigos.

A projeção otimista que Arnaldo fez das relações interindividuais e intergrupais foi desconstruída por ele mesmo. Observamos nas abordagens de rua que é quase inexistente a experiência em grupos, caracterizada pela reciprocidade, exceto pelo grupo do qual fazia parte Danton, por serem todos conhecidos e oriundos dos mesmos bairros.

Túlio, na narrativa sobre sua vivência nas ruas, reitera nossa observação.

Eu procuro andar sozinho ou com dois camaradas sempre por lugar movimentado, onde tem bastante gente, bastante luz, porque para andar em rua deserta, ruas abandonada, casa abandonada, onde ninguém possa estar vendo. É difícil, porque, geralmente, muitas pessoas pega a gente, leva para outro lugar. Ninguém viu, ninguém sabe de nada e acaba pegando um homicídio, mata muitos menor de rua, muita gente de rua.

Ao relatar o cotidiano nas ruas, ele frisava

Muito difícil de falar assim o que acontece no dia-a-dia, porque são muitas coisas que acontecem: policial batendo em menor na rua, na madrugada, a gente fica com fome, passa momentos desagradáveis...

[regras das ruas] Não dar mancada com ninguém, não arrumar dívida com traficante, para não ser perseguido. Porque aqui na cidade até um real que você fica devendo para os outros, já está na sua captura.

[tristeza e alegrias na rua] Os momentos mais alegres que eu acho aqui na cidade ou, então – como qualquer outro lugar [em] que eu esteja na rua – é quando eu fico sem usar droga, porque aí eu converso com todo mundo, nós damos risada, todo mundo se diverte, procuro alguma coisa para fazer. Os momentos mais triste é quando você pega um dinheiro na mão, vai para a Boca

do Lixo ou qualquer outro lugar comprar uma droga, você usa, acabou, você fica errado, fica meio grilado, porque não tem mais para usar. Aí você tem que começar a fazer coisa errada, para poder usar de novo.

Frente às estratégias de sobrevivência é interessante observar como Túlio se via.

Ah! eu vejo como jovem humilde, evito de arrumar encrenca com os outros, tenho amizade com a maioria dos menores que ficam na rua, com todo mundo, assim eu vou vivendo, até o dia que Deus quiser.

Túlio não abordou a questão da sexualidade, mas, em nossas observações participantes, conhecemos a jovem com a qual ele teve um filho. Os dois tiveram um relacionamento rápido, porque ele ficou internado na FEBEM, logo depois. Gesebel fez um comentário em relação ao namoro dos dois, único termo sobre o que ela aceitou falar, pois quando perguntei-lhe sobre a relação sexual entre os jovens nas ruas, ela ficou em silêncio e depois respondeu que nunca tinha visto.

Não cheguei acompanhar muito de perto, n/é, porque a [nome da jovem] que já estava grávida, n/é, então acho que, o pai da criança ainda estava preso, estava na [nome da organização].

[continua narrando sobre outros namoros] Só a [nome da jovem] que ficava com o [nome do jovem] na rua, mas o caso deles mesmo era assim, quando um conseguia levantar dinheiro para fumar; quando era ele que conseguia dinheiro, ele chamava ela; então, quando era ela, ela chamava ele. Por eles serem namorados, então eles achavam que eles tinham que sempre estar juntos, fumando junto. Fora isso, uma relação normal, nunca vi, assim, ele judiando dela; nem ele fazendo tipo, obrigando ela a fazer alguma coisa.

Existia o namoro, mas assim, era difícil a gente ver alguma menina de rua namorando com menino, com menino que fosse de rua...

Pela investigação de Fragella (1996), é possível encontrar referências sobre a prostituição das jovens e, entre elas, Gesebel, aqui, com o pseudônimo de Ivone

Das 11 garotas que encontrei, 3 apenas faziam programa. Lia trabalha em um bairro que é zona de prostituição. Lara e Ivone também a praticam, embora evitassem assumir aos educadores. Lara, no dia em que nos encontrou, junto com Marcos, disse que se prostituiu algumas vezes, inclusive com Marcos, para não ter que roubar; segundo ela, havia parado. Semanas seguintes, disse-me que havia pensado em se prostituir novamente, por que era rentável.

Ivone já foi mais relutante em assumir tal prática. Uma vez que não roubava e não pedia – e isto era perceptível, a julgar pela falta de jeito em agir de ambos os modos –, os educadores e eu ficávamos a imaginar como ela se virava para comer. Perguntamos dos programas. “Já fiz uns dois, tia, porque estava com fome, mas agora não faço mais não.” (FRAGELLA, 1996: p. 287)

Das considerações da autora, o que nos interessa é o fato de ela mencionar Gesebel (Ivone) em plena atividade sexual. Não obstante, quando lhe perguntamos sobre a relação sexual entre os jovens, ela silenciou. Apenas concordou em responder à pergunta quando mudamos o termo para “namoro” e sobre os casos dos outros jovens, sem nos referirmos aos seus relacionamentos. O importante dessa observação não é saber se Gesebel se prostituía ou não, mas que isso pode ser uma estratégia de sobrevivência, tanto para as jovens como para os jovens. No caso destes últimos, vamos encontrar essa prática nas falas de Germânio e, no caso de

Persival, quando Arnaldo o delatou, tecendo comentários sobre o desabafo da jovem que estava morando com aquele.

Arnaldo reproduziu o desabafo da jovem. Ao mencionar o fato de Persival tê-la contaminado com uma carga de piolhos púbicos. Esta, esbravejando teria dito: “ Você vai dormir com aqueles veados e vem passar piolhos para mim. Não agüento mais”. Pela narrativa de Arnaldo, esta não era uma prática recente de Persival.

Na entrevista de Germânio, ele mencionava a prostituição, ao se reportar à sua experiência nas ruas.

Germânio, o que é rua, para você?

Rua é d’eu está na rua me drogando, me prostituindo, está vivendo uma vida sem auto-estima, passando fome, sem amigos, porque na rua não tem amigos, está vivendo um caos, passando fome, tendo atrito com traficante, vivendo uma vida mal, sem família, sem amigos, sem nada. Está na rua em fazer alguma coisa para mim, d’eu está arrumando dinheiro, para mim usar [drogas] para mim conseguir viver na rua. Na rua tem muito atrito com traficante, pessoas que você está dormindo, chega um, mata você, não sabe quem que é. No meu caso mesmo, eu dormia de dia. Dormir de noite, os cara é capaz de ir lá e matar eu. Rua, para mim, é um inferno.

Em relação à experiência de Selênio nas ruas, nossas considerações puderam ser feitas, com base nas observações participantes. Ele estava muito próximo a jovens que realmente constituíam um grupo, sendo que a maioria vinha dos mesmos bairros, alguns mantinham entre si inclusive relações de parentesco.

Selênio, cujo cotidiano conseguíamos acompanhar, enquanto estava na rua, havia passado por algumas organizações de atendimento e sempre reafirmava não ter se “adaptado” a nenhuma delas. Em 1999, ele foi enviado para a Unidade de Acolhimento Provisório, por ter sido pego em flagrante com mais um dos jovens do único grupo existente, por assalto à mão armada. Da Unidade, depois da sentença do juiz, ele foi enviado a uma Unidade Educacional da FEBEM e depois transferido para a Unidade Educacional de Campinas em fevereiro de 2000.

Selênio, para você, o que é a vida na rua?

A vida na rua é bom.

O que é isso: ser “bom”?

É bom que a gente dorme a hora que quer, deita a hora que quer, come a hora que você quiser, faz tudo o que você tem vontade; em casa, você não faz isso.

Por que você escolheu a rua, para suas andanças?

É melhor que em casa...

Estas respostas estão entre as poucas que Selênio nos forneceu. Ele estava vivendo há pouco tempo nas ruas e expressa, por isso, uma perspectiva otimista que, com o passar do tempo e a ação das organizações repressivas, vai sendo profundamente alterada.

Frâncio, ao relatar suas experiências nas ruas, conseguia somente falar do momento em que ele se encontrava: cumprindo medida em sistema fechado, a prisão.

Vejamos como ele fez uma menção à rua, a partir da prisão.

Eu estou vendo o pé de coqueiro... Eu estou vendo uma pá de mulher... Lá dentro eu não estou vivendo nada,

nada... Nem uma visita, nem uma carta, mas agora eu vou ver... Aí, estou orando, meu Deus... Meu Deus é só meu, de mais ninguém.

[as regras da rua] As regras da rua é isso: se os polícia te pegar depois da meia noite, eles gosta de bater, mas, a partir de uma coisa que eu sai de lá, e até agora eles não me relaram a mão. Mas, tem mais nada a falar.

Na rua, você pode andar por todos os lugares?

Eu vou para todo o lado e até ninguém falou nada para mim, eu vou para cima, volto para baixo, se eu for para baixo e volto para cima até agora ninguém falou nada para mim; eu sou sozinho, ando sozinho, ando sozinho, onde eu vou, sou bem recebido.

Seja de onde Frâncio fala, ou suas perspectivas de vida naquele momento, estão sempre se referindo ao mundo da prisão.

Até agora não, n/é, mano... No último dia eu já não quero mais... Já está acabando minha cadeia... Eu passo para semi-aberto... Até agora não vi nada, mas eu vou ver agora, mano, depois do Natal, mas agora eu vou ser feliz, e elas também... Estou saindo para rua.

O espaço do crime e os diferentes contextos vividos pelos jovens, tal como o das organizações repressivas, foram evidenciados, a partir das observações participantes e das entrevistas com os jovens. É nesse espaço do crime onde se criam possibilidades de atividades que os jovens podem desempenhar, como o repasse das drogas para os traficantes ou mesmo a venda de objetos roubados por aqueles. Estas atividades estão na “lógica” de suas estratégias cotidianas de sobrevivência.

Essas estratégias não estão exclusivamente ou começam no universo das ruas. Haja vista a atuação do narcotráfico nos bolsões de miséria, sejam nas áreas de favelas ou os bairros das classes populares de baixa renda. Muitos dos jovens que atuam no

narcotráfico não estão nas ruas, mas em seus espaços de moradia, implementando a venda de fármaco-dependentes.

Para os jovens em situação de rua, as situações infracionais mais comuns são o repasse e o uso de drogas, latrocínio (assalto à mão armada), furto, estelionato, receptação e, dificilmente, homicídios. Como se fossem os maiores *experts* no Código Penal, arrolam os artigos em que foram enquadrados, demonstrando um para o outro que entendem do universo da “malandragem” e estão, no “jogo” das interações, entre iguais.

Essa incursão pelo universo da “malandragem” pode ser ilustrada pela fala de Dionísio

Como é que ser “malandrão” – como você está dizendo aí? Como é que ser “malandrão”?

Ser malandro, para mim, era querer ser maior dos outro; querer catar mais do que os outro; era meio bandidagem, n/é. Então, era querer roubar mais do que o outro, desafio: quem roubasse mais, era o maior, bandido, tal, era o melhor.

Pela sua narração, desde pequeno, em função da pressão e agressão dos companheiros, ele foi aprendendo como era ser “malandrão”:

Dionísio, você já teve essa experiência de ter pisado na bola com alguém do seu grupo?

Eu tive. Logo no começo que eu fui roubar, a primeira vez que eu fui roubar, foi uma casa de polícia, n/é. Lá nós catamos muitas armas e, na hora que a gente já estava saindo, chegou os polícia, daí meus amigos se esconderam. Eu, pequeninho, não sabia o que falar pr’os polícia. Os polícia pegou uma tábua lá e começaram a bater em mim, aí eu falei onde estavam meus amigos. Daí, na hora que eu saí dali, os caras me deram o maior couro, chutaram minha cara, me zoou para caramba,

n/é... Mas daí para frente eu aprendi, e vi que malandragem era para quem queria, n/é. Então, comecei a dar uma de malandrão, também, fazer várias artes.

A agressão estava presente para resolver pendências com quem descumprisse as regras.

Regras é o que nós combinasse uma coisa, tinha que cumprir. Não valia um catar coisa do outro, escondido, nem na cara. Se o cara roubasse ali e quisesse dar mancada, se nós tivesse junto, nós começava a brigar.

Da mesma forma que era no “jogo das interações” que ia se constituindo um “tipo”, este não era definitivo, mas vivido como sempre inacabado. Dionísio não se via como “menino de rua” que, para ele, “pegava mal”. Preferia “menino carente”.

Eu me considerava menino de rua pela arte que eu fazia. Só que no termo menino de rua já era trombadinha, tal, pegava um pouco meio mal, também. Eu ficava como moleque carente, n/é.

Eu me considerava um menino carente, porque eu não tinha aquele apoio. Eu fazia arte por fazer, aquela era minha infância. Então, eu não era menino de rua. Eu precisava de uma ajuda. Então, quando eu ia lá, pedia um dinheiro, tal, a pessoa fechava o vidro do carro então, isso não estava ajudando, poderia sentar ali e conversar.

Para mim não tinha menino de rua, n/é. Menino de rua é aqueles, nem tem, não existe menino de rua.

Ele não refletiu no uso do termo “menino de rua” como invenção, nem foi esta sua intenção. Mas não poderíamos considerar esta e outras classificações como tal, já que feitas a partir da redução de determinados segmentos das classes populares à periculosidade e à delinqüência, que tem um longo percurso histórico?

Voltarmos à entrevista de Thales é importante, pois ele viveu nas ruas de Campinas de 1972 a 1979, dos 5 aos 12 anos, e relata, sua vivência em vários espaços e contextos. Além de fazer isso, através de uma retrospectiva de sua trajetória, tece observações sobre a realidade vivida por crianças e jovens nas ruas de Campinas, afirmando que, hoje, crianças e “jovens nas ruas” estão em melhores condições.

Thales, em seus relato retrospectivo, ao explicitar suas relações familiares, dá ênfase ao ser transformado em “mais uma boca”.

Morava em Santa Fé do Sul, área rural e, em Campinas, vim conhecer o mundo. Em casa, meu problema maior era ser mais “uma boca”, só podia comer quem trabalhasse. Morava num barraco. Minha mãe era lavadeira e lavava roupa o dia inteiro num hotel de 4 andares, lavava tudo na mão, ela saía a pé de casa às 3 horas da manhã, para chegar lá.

Essas condições vividas no espaço e contexto familiares vão projetar-se de forma a impedi-lo, segundo ele, de trilhar o caminho da decência. Ele ilustra com um fato.

[roubo] Eu estou pegando o que tiram de nós, minha mãe lavava roupa o dia inteiro num hotel de 4 andares, como eu disse antes, lavava tudo na mão, ela saía a pé de casa às 3 horas da manhã.

Ele repete e acentua a exploração de sua mãe, assim como acima, foi crítico em relação ao ser transformado em “uma boca” e vincula isto ao trabalho. Movido pela necessidade e, diferentemente de seus irmãos, segundo ele, pacíficos, ele se revoltou.

Os meus irmãos era pacífico, eu não. Minha idéia era: os outros tinha, eu tinha que ter. Depois do roubo, tínhamos carne todo o final de semana.

Essa estratégia fazia com que Português, o comerciante, dissesse-lhe:

Essa raça tem que matar no ninho: menor delinqüente, bandido mirim, filhote do crime.

Essa era a retórica, também dos policiais, quando ele estava “em situação de rua”. Em relação à sua vivência e das demais crianças nas ruas, observava:

A gente não falava, a gente vivia... A nossa fala era o nosso dia a dia... Ser escória, ser negros... Como dizia a Prefeitura, na época, a cidade limpa. Nós manchávamos o que a Prefeitura falava: cidade limpa. Não éramos considerados seres humanos. A casa é o mundo, o telhado é as estrelas. Dormia sonhando com pernil. Ficava 20, 30, 60 dias longe de casa. Para minha mãe saber que eu estava vivo, mandava xerox das mãos, dos pés. Não sabia escrever. Na rua, na noite de Natal, pela fome, pelo frio e a cola ser cobertor, mesma coisa de ficar bêbado, comi barata como se fosse castanha.

Não tem como dizer montamos um grupo. Tínhamos um respeito um pelo outro. Achávamos que tínhamos que ficar juntos, medo da polícia, fome, frio. Estávamos na rua por necessidade.

Nas ruas do centro, andei todas, a gente corria na porta das lojas que tinha televisão, para assistir o Sítio do Pica-pau Amarelo. Tinha o Saci, Visconde de Sabugosa, Preto Velho. A gente via a imagem do preto velho que ficava na loja de produtos para Umbanda.

Em relação à escola, disse que queria freqüentá-la, mas havia situações desagradáveis.

Não tinha condições nem para ir à escola. Uniforme, não tinha. Eu tinha vergonha de ir até lá, pois não tinha caderno. Meu irmão, na gráfica, grampeava papel de pão

e fazia as linha, para que pudesse escrever. Havia também uma espécie de nojo. Você fica muito tempo com uma mesma roupa, cheirava ruim. Tomava sopa por último. Uma das coisas boas que eu tinha.

Uma das coisas que se lembra em sua vivência com as outras crianças nas ruas, era, segundo ele, a figura do bandido e assaltante que representava o pai.

Tigrão, o assaltante, bandido – sabíamos onde morava –, quando estávamos com necessidade diferente, ele ajudava: dava conselhos. Eu fantasiava nele a imagem do pai

Parece que, para Thales, a rua era sempre passagem, nunca permanência, tal como a denominação “meninos de rua”. Ao explicitar isso, dá o exemplo.

Hoje tem pessoas formadas que viveu com a gente na rua..

Hoje, com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente aprovado em 1990, uma nova onda discursiva coloca crianças e adolescentes na condição de “sujeitos de direito”. O que é isso, em uma sociedade em que a ausência dos direitos mais elementares está posta? Em que ser cidadão é equivalente a ser consumidor? Em parte, não é por isso que o “mundo do crime” grassa? Poderá ser exagero, mas o narcotráfico, por exemplo, não floresce onde predominam as mais sedutoras e, porque não, fiéis “leis de mercado”? Se tal atividades não colocasse em risco a vida dos indivíduos que participam dela e os que não, seria “ideal”, do ponto de vista do mercado. E, se não fosse pela repressão do Estado, ela se desenvolveria livre, sem o controle regulador do mesmo: a grande “utopia” liberal conservadora.

Nossa investigação fez-se em torno da questão da identidade. A pesquisa empírica possibilitou-nos, por meio da análise das entrevistas e da pesquisa de campo com os “jovens em situação de rua”, tornar visível uma categoria extremamente importante: “a identidade máscara”. Esta última, principalmente pelos depoimentos, revela-se na experiência de “duplicação”: a “identidade verdadeira” e a “identidade máscara”.

Os jovens, quer em suas experiências nas organizações de atendimento ou repressivas, quer nas ruas e espaços ou contextos do “mundo do crime”, protegem suas “verdadeiras identificações” com “identidades máscaras”. Eles, “em situação de rua”, utilizam estratégias de sobrevivência que incluem a drogadição, o roubo, a prostituição, entre outras. O mais importante disso é que nenhum deles quer ser *drogadito*, assaltante ou prostituto, mas as condições não permitem que saiam. Diante disso, fica claro que eles não são determinados pelos contextos, mas seus comportamentos são. Drogar-se, prostituir-se e roubar são estratégias utilizadas em uma realidade marcada pelos “becos sem saída”.

Essa identidade dupla consiste em uma “identidade e desejos verdadeiros” de cada jovem, expressos em termos da projeção que faz da “família ideal”, de sua valoração, reiteradora dos padrões convencionais; e a outra, “identidade máscara” análoga à máscara do teatro grego: papel do ator. Nesta última poderíamos citar como exemplo a de “menino de rua”; caso o jovem “se enquadre” neste papel, tem de “apavorar”, ser briguento,

fazer uma série de coisas com as quais, muitas vezes, não concorda.

Pelos depoimentos e conversas com os jovens, podemos observar que no caso da família, eles vislumbram uma “situação ideal” que, muitas vezes, não está em um “plano imaginário”, mas em situações concretas já ocorridas. Neles é possível perceber que o espaço e contexto vividos que, embora conflitivos, configuram-se como os mais legítimos, acabam sendo os da família. Em relação a esta eles têm um sentimento de pertencimento.

Vivendo situações hostis e adversas, eles diferenciam entre o que é temporário, circunstancial, indesejável e o que é exterior a eles. Entre os vários espaços pelos quais são obrigados a “circular” ou “se virar”, quer o da família, das organizações repressivas ou de atendimento e da rua, é com o da família que eles mantêm maior identificação, mesmo que esta seja “idílica”.

A família, para eles, aparece como alternativa à rua, mas ela não é, porque foi um dos espaços nos quais se produziu o fracasso que os expulsou para a rua. Esta, concretamente, retirou deles a possibilidade de terem projetos e realizá-los. A “identidade máscara”, muitas vezes, pode transformar-se em uma “camisa de força”, mas é a tentativa de preservar o pouco que restou: a decência.

O trabalho, em nível dos desejos desses jovens, aparece como estratégia legítima para salvaguardar a decência e garantir a sobrevivência. Tanto é que na maior parte das atividades que eles desempenham, esforçam-se para que se pareçam com trabalho remunerado.

A pesquisa revela que há jovens que se vêem como “meninos de rua” e outros, não. Estar “em situação” tem sido a experiência do massacre, seja por outras pessoas, seja pelas condições materiais de existência.

Ao iniciarmos este trabalho, tínhamos como preocupação entender como aqueles que os meios de comunicação de massa denominavam “meninos de rua” constituíam suas identidades. À medida em que fomos buscando nortes para desenvolvermos a pesquisa empírica, além da bibliografia sobre a temática, fomos (des)construindo essa denominação, tentando entender suas implicações ideológicas, com base na inserção social daqueles que, longe de serem “meninos”, são jovens, oriundos das classes populares.

Para nós, a possibilidade de entender como “funcionava”, para eles, essa “identificação”, deu-se através de um referencial teórico que nos permitiu apreender os “jogos dos papéis”, como processo de ir se constituindo “em situação”. Foi importante mostrar, também, pela pesquisa empírica, o que poderíamos denominar de “duplicação” da identidade: a “identidade verdadeira” e a “identidade máscara”. Os “jovens em situação de rua” vivem cotidianamente este duplo movimento, ou como estratégia de proteção de suas verdadeiras identificações, ou muitas vezes da própria vida.

Uma das constatações mais dramáticas em relação às idas e vindas desses jovens por vários espaços e contextos é o fato da “circulação” e do “se virar” inserirem-se dentro da “lógica” da produção, reprodução e controle da pobreza e dos indivíduos das classes populares, em particular dos jovens oriundos das mesmas.

A experiência da “circulação” e da “viração” realizam-se com os “jogos interativos” dos jovens, quer “em situação de rua”, quer nas organizações de atendimento ou nas repressivas, quer na família, quer no “mundo do crime”. Estas experiências, no limite, têm impedido os jovens de constituir sua autonomia, pois o que tem restado a eles é a produção de uma série de fracassos que os empurra de espaço em espaço, fazendo com que experienciem contextos cuja tônica é a violência e o conflito.

Os “jovens em situação de rua” que entrevistamos e acompanhamos na pesquisa de campo mostraram-nos, em suas falas, em suas projeções, que, além das poucas condições que possuem para realizar seus desejos, estas estão “mergulhadas” em uma dimensão de “decência malandra”, única possibilidade de manterem suas “identificações verdadeiras”. No caso dos jovens pesquisados, eles, basicamente, voltam-se, para salvaguardá-las, aos contextos familiares, apesar de todos os conflitos que perpassam esta instância.

Em um texto publicado na coletânea de artigos utilizados em um curso de iniciação funcional para assistentes sociais e psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Sílvia Alapanian Colman⁵², da Vara da Infância e da Juventude da Comarca da Capital, enumera uma série de itens que devem ser observados, quando se trata de jovens flagrados “em situações infracionais”. O que nos interessa, nesta enumeração, feita por

⁵² COLMAN, Sílvia Alapanian. “Aspectos do atendimento ao adolescente que pratica delitos”. In: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual do curso de iniciação funcional para assistentes sociais e psicólogos judiciários**. 1991/1992, pp. 85 - 92.

ela, é o item V, sobre a clientela, pois nela se define o que foi denominado de alguns “tipos” básicos de adolescentes infratores.

Alguns “tipos” básicos formam o que se chama usualmente de adolescente infrator. Esses grupos, divididos apenas para uma melhor compreensão, do ponto de vista didático, apresentam-se-nos de maneiras diversas. São eles:

O drogadicto – usuário de substâncias tóxicas (bebida alcoólicas, maconha, solventes, cocaína, anfetaminas, e toda a sorte de novas drogas que surgem no “mercado”).

Meninos de Rua – crianças e adolescentes que vivem nas ruas da cidade, cujo vínculo com a família ou responsável já foi perdido. Têm nos grupos formados por vários meninos de rua a sua referência. (COLMAN, 1991: p. 88 – 89)

Mesmo que esse “tipo” seja mencionados somente a título de “informação” para os profissionais da Vara da Infância e Juventude que lidam com “jovens em situação de infração”, “meninos de rua”, como “tipo”, é uma classificação que “funciona” como “molde”, servindo para que os “especialistas forenses” reconheçam de antemão e enquadrem os jovens, possibilita-lhes quase não terem dúvidas de que tratam com “delinqüentes”. Nesse sentido, o exercício do poder por parte dos “especialistas forenses” contra os jovens das classes populares tem sua legitimidade em uma classificação (pré)concebida que não deixa nenhuma margem a dúvidas sobre quem são os delinqüentes e quais os seus “tipos”.

Em um outro artigo dessa mesma coletânea⁵³, Dayse Cesar Franco Bernardi, a partir de três itens – I) Quem é?, II) Como vive?

⁵³ BERNARDI, Dayse Cesar Franco. “O jovem com práticas de delitos”. In: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Manual do curso de iniciação funcional para assistentes sociais e psicólogos judiciários**. 1991/1992, pp. 95 – 124.

e III) Por que infraciona – traça o “perfil” dos jovens com prática de delitos. Utilizando-se da legislação penal vai delineando quais os “delitos” em que os jovens podem incorrer. A autora não pára aí. Com base em perspectivas sociologizantes e psicologizantes, tenta mostrar quem são esses jovens e seus percursos para se transformarem em “meninos de rua”. Por mais que haja matizes críticos nestas perspectivas, o que mais se acentua nelas é uma linearização do processo de tornar-se “menino de rua” que impede à autora de problematizar suas “conclusões”: o que acaba prevalecendo nestas é a justaposição de criminalidade e delinqüência, como se uma “produzisse” necessariamente a outra. Ir para além disso é colocar em questão a reificação de milhares de jovens, oriundos das classes populares para os quais são negados inclusive os direitos elementares e constatar que, em última análise, esta negativa se dá em nome da defesa da propriedade privada, das “leis de mercado” e de uma inclusão que se realiza via exclusão. Com todos os equívocos que possamos cometer, não é a justificação desse processo que a Lei tem trazido em sua aplicabilidade?

No movimento de “conformismo” e resistência dos jovens em situação de rua estava, para nós, uma das vias para compreender a construção e (des)construção de suas identidades.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Helena Wendel. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". In: **Revista Brasileira de Educação**, nºs 5 – 6, número especial: São Paulo: Anped, 1997, pp.25 – 36.
- _____. **Cenas juvenis: Punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Página Aberta/Anpocs, 1994.
- ADORNO, Sérgio. "Violência contra crianças e adolescentes, violência social e estado de direito". In: **São Paulo em Perspectiva**, 7(1), janeiro/março de 1993.
- _____. "A experiência precoce da punição". **O massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil**. Editado por José de Souza Martins. São Paulo: Hucitec, 1991.
- _____. "Violência contra crianças e adolescentes, violência social e estado de direito". In: **São Paulo em Perspectiva**, 7(1), jan/março de 1993.
- ALMEIDA, Ana Maria Fonseca de. **A escola dos dirigentes paulistas**. Tese de doutorado. FE/UNICAMP, Campinas, 1999.
- ALMEIDA, Fernanda Gonçalves e CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. "Projeto Axé: Relato de uma experiência". In: **Cadernos CRH**, Salvador, nº 23, pp. 76-97, julho/dezembro1995.
- ALMEIDA, José Luis Vieira. "Educadores de rua do estado de São Paulo, as representações que informam sua prática educativa". Tese de Doutorado. Faculdade de Educação/USP, 1997.
- ALMEIDA, Maria Suely Kofes. "Entre nós os pobres, eles os negros". Dissertação de Mestrado, IFCH/ UNICAMP, 1976.
- ALVES, Alda Judith. "O planejamento de pesquisas qualitativas em educação". In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo (77): 53-61, maio de 1991.
- ALVIM, Roseline (coord.). **Candelária 93: Um caso limite de violência**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.
- _____. "Histórias de vida e trajetória sociais de crianças de rua", mimeo, s/d.

- ANDRADE, Marcia Regina de Oliveira. "A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do movimento dos trabalhadores rurais sem terra". Tese de Doutorado. FE/UNICAMP, 1998.
- AQUINO, Júlio (Org.). **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1998.
- ARAÚJO, Vania Carvalho de. **Criança: Do reino da necessidade ao reino da liberdade**. Vitória: Edufes, 1996.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO/ REGIÃO SÉ. **Pastoral do Menor: Estrutura de atendimento**, sdt.
- BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade *et ali*. "Mercado de Trabalho e Exclusão Social no Brasil". In: **Revista Latinoamericana de Studios del Trabajo**, ano 2, nº 2, 1996, pp.9 – 28.
- BARBOSA, Irene Maria Ferreira. "Socialização e relações raciais: um estudo de famílias negras em Campinas". Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP, São Paulo, 1978.
- BARCELAR, Jeferson. **Etnicidade. Ser negro em Salvador**. Salvador: Ianamá, 1989.
- BERLINCK, Manoel Tosta. "Reflexões sobre o corpo e sua concepção". In: **GRADIVA**, novembro/dezembro 1983.
- BRIOSCHI, Lucila Reis e TRIGO, Maria Helena Bueno. "Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas". In: **Ciência e cultura**, 39(7), julho 1987.
- BRUSCHINI, Cristina. "Uma abordagem sociológica de família". In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, V. 6, nº 1, janeiro/junho de 1989, pp. 1 – 23.
- CALIGARIS, Contardo. **Crônicas do individualismo**. São Paulo: Ática, 1996.
- CAMARGO, Ana Maria Faccioli de. **A Aids e a sociedade contemporânea – Estudos e histórias de vida**. São Paulo: Letras & Letras, 1994.
- CAMARGO, Jaquelina de. "Crianças na cidade: políticas públicas e universo cultural". In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 96, fevereiro de 1996, p.50 – 57.

- CARDOSO, Ruth C. L. (Org.) **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CARVALHO, Ana Maria A. . “Interação criança-criança de uma área de pesquisa e suas perspectivas”. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 71, São Paulo, novembro de 89.
- CÊSAR, Maria Rita de Assis. “A invenção da adolescência no discurso psicopedagógico”. Dissertação de Mestrado. FE/UNICAMP, Campinas, 1998.
- CHALHOUB, Sidney. “Classes Perigosas”. In: **Trabalhadores**, nº 6, 1990, pp. 2 – 22.
- _____. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. “A não-violência do brasileiro um mito interessantíssimo”. In: **Almanaque**, nº 11, Brasiliense, São Paulo, 1980.
- CHINITMAN, D. F. (Org.). **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de psicologia social**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.
- _____. (Org.). **Identidade: teoria e pesquisa**. São Paulo: EDUC, 1985.
- CIVILETTI, Maria Vittoria Pardal. “O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravagista”. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo nº 76, fevereiro de 1991, pp. 31 – 40.
- DAUSTER, Tania. “Uma infância de curta duração: trabalho e escola”. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 82, agosto de 1992, pp. 31 – 36.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. Rio de Janeiro: 34, 1992.
- DEMARTINI, Zeila de Brito F. “Relatos orais: a participação dos sujeitos na pesquisa histórico-sociológica”. In: **Cadernos CERU**, nº 5, série 2, 1994.
- _____. “Trabalho com relatos orais: reflexões a partir de uma trajetória de pesquisa”. In: **Cadernos do**

- Projecto Museológico sobre Educação e Infância**, nº 47, Portugal.
- DEMARTINI, Zeila de Brito F. *et ali* (Org.). Educação e multiculturalismo – Favelados e meninos de rua. **Cadernos CEDES**, nº 33. Campinas: CEDES/Papirus. 1993.
- DURHAM, Eunice R. “A dinâmica cultural na sociedade moderna”. In: **Ensaio de Opinião**, nº 22.
- ELIAS, Nobert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FALEIROS, Vicente. “A fabricação do menor”. In: **Humanidades**, nº 12, fevereiro/abril, 1987, pp. 6 – 15.
- FARIA, Ana Lúcia G. “Direito à Infância: Mário de Andrade e os Parques Infantis para crianças de família operária da cidade de São Paulo (1935 - 1938)”. Tese de doutoramento, FE/USP, 1994.
- FERNANDES, Heloisa Rodrigues. “Infância e modernidade: doença do olhar”. In: **Plural**, sociologia, São Paulo: USP, 3, 1º semestre 1996, pp. 60 – 81
-
- _____. **Sintoma social e moralização infantil**. São Paulo: Edusp e Escuta, 1994.
-
- _____. “Técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa”. In: **Cadernos CERU**, nº 3, série II, 1991.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. “História oral: Um inventário das diferenças”. In: **ENTRE-VISTAS**, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, pp. 1 – 13.
- FERREIRA, Rosa Maria Fischer. **Meninos da rua: Expectativas e valores de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo: CEDEC/Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1979.
- FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
- FONSECA, Márcio Alves. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.
- FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.
- FRAGELLA, Simone Miziara. “Capitães do asfalto’: a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas ‘de

- rua' em Campinas". Dissertação de Mestrado. IFCH/UNICAMP, 1996.
- FREITAG, Barbara. **Sociedade e consciência: um estudo piagetiano na favela e na escola**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara. 1988.
- _____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes. 1985.
- _____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva. 1974.
- GOIFMAN, Kiko. **Valetes em slow motion - a morte do tempo na prisão**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.
- GOMES, Jerusa Vieira. "Jovens urbanos pobres: anotações sobre escolaridade e emprego". In: **Revista Brasileira de Educação**, nºs 5 - 6, número especial, São Paulo: Anped, 1997, pp.53-62
- GOUVEA, Maria Cristina Soares. "A criança de favela em seu mundo de cultura". In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 86, São Paulo, agosto de 93.
- GREGORI, Maria Filomena. "Meninos nas ruas: a experiência na viração". Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 1997.
- GUIRADO, Marlene. **Instituição e Relações Afetivas: o vínculo com o Abandono**. São Paulo: Summus, 1986.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. "A dimensão política da cultura negra no campo: uma luta, muitas lutas". Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 1990.
- GUSMÃO, Neusa Maria de *et ali* (Org.). "Educação e Diferenciação Cultural". In: **Cadernos CEDES**, nº 32. Campinas. CEDES/Papirus, 1993.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. "Recuperando a história da Educação Infantil em São Paulo". In: **Escola Municipal**, ano 18, nº 13, 1985.

- KOSMINSKY, Ethel Volfzon. "Internados - Os filhos do Estado Padrasto". In: Martins, José de Souza (Org.). **O Massacre dos Inocentes": a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- KRAMER, Sonia. "Infância e Sociedade: o conceito de infância". In: **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1992.
- LANG, Alice Beatriz da S.G. (Org.). "Reflexões sobre a pesquisa sociológica". In: **Cadernos CERU**, nº 3, 2ª série, São Paulo, 1992.
- LARROSA, Jorge e PÉREZ DE LARA, Nuria (orgs.). **Imagens do outro**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. "A roda de expostos o óbvio e o contraditório da instituição". In: **Revista RESGATE**, nº 03, Centro de Memória/ UNICAMP, Campinas, 1991.
- LERNER, Júlio. **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.
- LOPES, Helena Theodoro. "Educação e Identidade". In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 63, novembro de 1987.
- LOSURDO, Domenico. "Marx, a tradição liberal e a construção histórica do conceito universal de homem". In: **Educação e Sociedade**, nº especial 57, ano XVII, dezembro de 1996.
- MARQUES, Maria Ornélia da Silveira. "Escola noturna e jovens". In: **Revista Brasileira de Educação**, nºs 5 - 6, número especial, São Paulo: Anped, 1997, pp.63-75.
- MARQUES, Walter Ernesto Ude. "Crianças trabalhadora, família e identidade: desafios para o mundo atual". In: **Trabalho e Educação**, nº 3, Núcleo de Estudos sobre trabalho e Educação da UFMG, janeiro/julho 1998.
- MARTINS, José de Souza. "Regimar e seus amigos - A criança na luta pela terra e pela vida". In: _____ (Org.). **O massacre dos Inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, Heloisa Helena Teixeira de Souza. "O jovem no mercado de trabalho". In: **Revista Brasileira de Educação**, nºs 5 - 6, número especial, São Paulo: Anped, 1997.

- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1993.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. "O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)". In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.8, nº 16, março/agosto 88, pp.37 – 55
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. "Definindo história oral e memória". In: **Cadernos CERU**, nº 5, 1994, pp. 53 – 68.
- MILITO, Cláudia. **Vozes do meio-fio**. Rio de Janeiro: Relume-Dunaré, 1995.
- MORAES, Reginaldo. "Neoliberalismo: o que é para onde leva". In: **Cadernos em Tempo**, texto de apoio da edição nº 300/301, s/d.
- MOTT, Maria Lucia. "A escravidão e a criança negra". In: **Ciência Hoje**, vol.8, nº 48, suplemento, novembro de 1988.
- MUCHAIL, Salma Tannus. "A identidade normalizada". In: **Boletim do grupo de pesquisa sobre identidade social**, nº 2, PUC/SP, novembro de 1983.
- _____. "Notas sobre as relações entre a filosofia e as ciências humanas". In: **Série Cadernos PUC**, nº19, São Paulo: Educ, 1984, pp.137 – 145.
- MYLTAINHO. "Os escravos do Brasil". In: **IMPRENSA**, ano VII, nº 81, junho de 1994, pp. 30 – 37.
- NEV (Núcleo de Estudos da Violência). A criança menORIZADA: banco de referência bibliográfica, série **Dossiê NEV**, nº 03, 1991, Universidade de São Paulo.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de e HENRIQUE, Wilnês. "Determinantes da Pobreza no Brasil: um roteiro de estudos". In: **São Paulo em Perspectiva**, 4(2), abril/junho 1990, pp. 25-28
- PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993.
- PANÚNCIO, Maria Paula. "Crianças e adolescentes em situação de risco: entendendo a opção pela vida de rua". Dissertação de Mestrado. FE/UNICAMP, Campinas, 1995.
- PASSETI, Edson (coord.). **Violentados: crianças, adolescentes e justiça**. São Paulo: Imaginário, 1999.

- PASTORAL DO MENOR DE SÃO PAULO. "Projeto: alternativas de atendimento aos meninos de rua", 1987, sdt.
- PECHULA, Marcia Reami. "A tensão entre o religioso e o político: a relação da Igreja com a modernidade na trajetória da Pastoral Operária de Campinas". Dissertação de Mestrado. FE/UNICAMP, 1995.
- PELBART, Peter Pal. "Subjetividades contemporâneas". In: **SEDES SAPIENTAE**, 1997.
- PERALVA, Angelina. "O jovem como modelo cultural". In: **Revista Brasileira de Educação**, nºs 5 – 6, número especial, São Paulo: Anped, 1997, pp.15-24.
- PERLONGHER, Nestor. "Droga e êxtase". In: **PRIMEIRA VERSÃO**, nº 34, 1991.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio e ADORNO, Sérgio. "Violência contra crianças e adolescentes, violência social e estado de direito". In: **São Paulo em Perspectiva**, 7(1), janeiro/março.1993. pp. 106 – 117.
- PINO, Angel. "As categorias de público e privado na análise do processo de internalização". In: **Educação e Sociedade**, nº 42, ano XIII, agosto 1992, pp. 315 – 327.
- _____. "A questão do menor e o significado da infância na sociedade burguesa". In: **Educação e Sociedade**, nº 28, dezembro de 1987.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação de vida**. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, s/d.
- RIBEIRO, Renato Janine. "Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme". In: **Tempo Social**, São Paulo: USP, nº 11(1), maio de 1999, pp. 189-95.
- ROSA, Maria Inês. **Trabalho, subjetividade e poder**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: Letras & Letras, 1994.
- ROSEMBERG, Fúlvia. "Raça e desigualdade educacional no Brasil". In: AQUINO, Júlio (Org.). **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

- _____. “Estimativa de crianças e adolescentes em situação de rua na cidade de São Paulo”. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 91, nov. 1994, pp.30-45.
- _____. “O discurso sobre criança de rua na década de 80”. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 87, novembro de 1993.
- _____. “Raça e Educação inicial”. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 77, maio de 1991.
- _____. “Educação: para quem?”. In: **Ciência e Cultura**, nº 28/12, dezembro de 1976.
- SADER, E. e GENTILI, P. (orgs.). **Pós liberalismo—as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SEVERINO, Antonio Joaquim (Org.). **Sociedade civil e educação**. Campinas: Papirus/Cedes/Ande/Anped, 1992.
- SINGER, Helena. **República de crianças: sobre experiências escolares de resistência**. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- SNOW, David A. e ANDERSON, Leon. “Resgatando o eu”. In: _____. **Desafortunados: um estudo sobre o povo de rua**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- SPOSITO, Marília Pontes. “Estudos sobre juventude em educação”. In: **Revista Brasileira de Educação**, nºs 5 – 6, número especial, São Paulo: Anped, 1997, pp.37-52.
- _____. “A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade”. In: **Tempo Social**. 5(1-2), São Paulo: USP, 1993, pp. 161 – 178.
- TAJFEL, Henri. **Grupos Humanos e Categorias Sociais: estudos em psicologia social**. Vols. 1 e 2. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.
- TEODORO, Maria de Lourdes. “Identidade, Cultura e Educação”. In: **Cadernos de Pesquisa**, nº 63, novembro de 1987.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- THOMPSON, Paul. "A transmissão cultural entre gerações dentro das famílias: uma abordagem centrada em histórias de vida". In: **CIÊNCIAS SOCIAIS HOJE**, 1993, pp. 9 – 19.
- TOURAINÉ, Alain. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VIOLANTE, Maria Lúcia V. **O dilema do decente malandro**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.
- VON SIMSON, Olga R. Moraes. "Depoimento oral e fotografia na reconstrução da memória histórico-sociológica: reflexões de pesquisa". In: **BOLETIM DO CENTRO DE MEMÓRIA DA UNICAMP**, vol. 3, nº 5, janeiro/junho, 1991, pp. 14 – 24.
- _____. "Entrevistas com gravador: histórias de vida, depoimentos pessoais ou depoimentos com roteiro", mimeo, s/d.
- ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as grandes organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. "Exclusão social e violência". In: SEVERINO, Antonio Joaquim (Org.). **Sociedade civil e educação**. Campinas, SP: Papirus/CEDES/Ande/Anped, 1992, pp. 113 – 123.